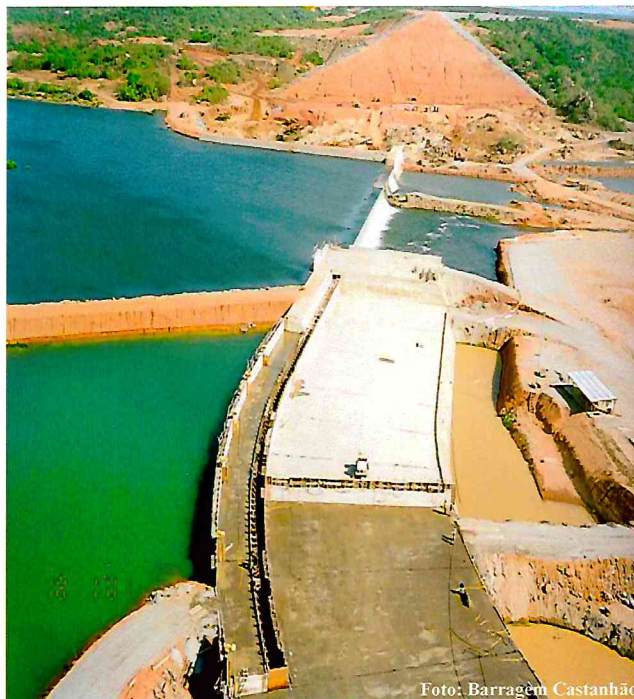


BARRAGEM FEIJÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS - SRH/CE

PROJETO PILOTO DE GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS
PROGERIRH - PILOTO



ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA, AMBIENTAL,
ECONÔMICA E FINANCEIRA DA BARRAGEM FEIJÃO

FASE III - Estudos de Viabilidade Ambiental

VOLUME 1 - ESTUDOS DE VIABILIDADE AMBIENTAL - EVA

TOMO 1.1 - Diagnóstico Ambiental

0289 / Fase 03 / V.02 / T. 01



ÍNDICE

0 3/1/10

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	5
1 - INTRODUÇÃO.....	7
2 - LOCALIZAÇÃO E ACESSOS.....	10
3 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS	14
4 - ASPECTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS	16
5 - O PROJETO	23
5.1 - IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR	24
5.2 – LOCALIZAÇÃO E ACESSOS.....	24
5.3 - OBJETIVOS E USOS MÚLTIPLOS.....	24
5.4 – ESTUDOS DE ALTERNATIVAS LOCACIONAIS	25
5.5 – DESCRIÇÃO E ARRANJO GERAL DAS OBRAS.....	28
6 - DIAGNÓSTICO AMBIENTAL	31
6.1 - ÁREAS DE ABRANGÊNCIA	32
6.1.1 - Área de Influência Física	32
6.1.2 - Área de Influência Funcional.....	32
6.2 - MEIO ABIÓTICO.....	32
6.2.1 - Aspectos Geológicos e Geomorfológicos.....	32
6.2.1.1 - Geologia	32
6.2.1.2 - Geomorfologia	33
6.2.1.3 - Recursos Minerais	33
6.2.1.4 - Sismicidade Induzida	34
6.2.2 - Solos	35
6.2.2.1 - Caracterização dos Solos da Área do Empreendimento	35
6.2.2.2 - Uso Atual dos Solos.....	37
6.2.3 - Clima	38
6.2.4 - Recursos Hídricos	39
6.2.5 - Recursos Hídricos Subterrâneos.....	40
6.3 - MEIO BIÓTICO	41
6.3.1 - Flora	41
6.3.2 - Fauna.....	42
6.3.3 - Unidades de Conservação	42
6.4 - MEIO ANTRÓPICO.....	43
6.4.1 - Área de influência Funcional.....	43
6.4.1.1 - Aspectos Demográficos.....	43
6.4.1.2 - Infra-estrutura Física e Social.....	44
6.4.1.3- Atividades Econômicas	46

6.4.1.4 - Estrutura Fundiária.....	47
6.4.2 - Área de Influência Física	47
6.4.2.1 - Generalidades.....	47
6.4.2.2 - Estrutura Fundiária.....	47
6.4.2.3 - População Atingida	47
6.4.2.4 - Terras Indígenas	48
6.4.2.5 - Infra-Estruturas de Uso Público a serem Atingidas	48
6.4.2.6 - Atividades Econômicas a serem Paralisadas.....	48
6.4.2.7 - Patrimônio Cultural, Histórico, Arqueológico e Paleontológico	49
7 - IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS	50
7.1 - METODOLOGIA ADOTADA	51
7.2 - CHECKLIST DE AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS.....	51
7.3 - DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS IDENTIFICADOS	55
7.3.1 - Impactos sobre o Meio Abiótico	55
7.3.2 - Impactos sobre o Meio Biótico.....	57
7.3.3 - Impactos sobre o Meio Antrópico	59
8 - PLANOS DE MEDIDAS MITIGADORAS E/OU COMPENSATÓRIAS	63
8.1 - GENERALIDADES.....	64
8.2 - PLANO DE DESMATAMENTO ZONEADO DA BACIA HIDRÁULICA.....	64
8.3 - PLANO DE PROTEÇÃO E MANEJO DA FAUNA.....	66
8.4 - PLANO DE RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS DE JAZIDAS DE EMPRÉSTIMOS, BOTA-FORAS E CANTEIRO DE OBRAS.....	68
8.4.1 - Generalidades	68
8.4.2 - Reabilitação das Áreas de Jazidas de Empréstimos	69
8.4.3 - Disposição Adequada da Infra-estrutura e Recomposição da Área do Canteiro de Obras.....	71
8.5 - PLANO DE REMOÇÃO/RELOCAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA	72
8.6 - PLANO DE PEIXAMENTO DO RESERVATÓRIO	73
8.7 - ADOÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO	75
8.8 - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	76
8.9 - PLANO DE REASSENTAMENTO DA POPULAÇÃO.....	77
8.9.1 - Generalidades	77
8.9.2 - Diretrizes a Serem Adotadas no Projeto de Reassentamento.....	78
8.9.3 - Estudo de Alternativas e Anteprojeto de Reassentamento	79
8.9.4 - Arcabouço Legal.....	80
8.9.5 - Programas de Reativação da Economia.....	80
8.9.6 - Programa de Implementação do Projeto de Reassentamento	81
8.10 - PLANO DE IDENTIFICAÇÃO E RESGATE DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E PALEONTOLÓGICO.....	81
9 - MONITORAMENTOS AMBIENTAIS E GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	84

9.1 - GENERALIDADES.....	85
9.2 - GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS REPRESADOS/ESTABE-LECIMENTO DE OUTORGAS E TARIFAÇÃO D'ÁGUA	85
9.3 - PLANO DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA REPRESADA	87
9.4 - PLANO DE MONITORAMENTO DO NÍVEL PIEZOMÉTRICO E DO RESER-VATÓRIO.....	88
9.4.1 - Monitoramento do Nível Piezométrico.....	88
9.4.2 - Monitoramento do Nível do Reservatório.....	89
9.5 - PLANO DE MONITORAMENTO DA SEDIMENTAÇÃO NO RESERVATÓRIO	89
9.6 - PLANO DE DELIMITAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA FAIXA DE PROTEÇÃO DO RESERVATÓRIO	90
9.6.1 – Delimitação da Faixa de Proteção.....	90
9.6.2 – Administração da Faixa de Proteção do Reservatório.....	90
9.7 - ZONEAMENTO DE USOS NO RESERVATÓRIO	90
9.8 - MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA IMPLANTADA.....	91
9.9 – CUSTO DE IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE MONITORAMENTO E DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	92
10 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	94
11 - BIBLIOGRAFIA	96
12 - DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA.....	99

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

O Consórcio ANB/HIDROSTUDIO, no âmbito do Contrato N.º001/PROGERIRH-PILOTO/SRH/2002, firmado com a Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará e com base nas definições contidas no Edital, vem desenvolvendo os Estudos de Viabilidade Técnica, Ambiental, Econômica e Financeira da Barragem Feijão, localizada no município de Morada Nova, no Estado do Ceará.

Os referidos estudos serão apresentados através dos relatórios abaixo relacionados:

FASE I - Estudos Preliminares

- VOLUME 1 - Condições Sócio-Econômicas e Ambientais da Área
 - Tomo 1.1 - Relatório Preliminar
- VOLUME 2 - Estudos de Alternativas Locacionais das Barragens e Adutoras
 - Tomo 2.1 - Localização dos Eixos

FASE II - Desenvolvimento dos Estudos Básicos e dos Anteprojetos das Barragens e Adutoras

- VOLUME 1 - Estudos Básicos e Anteprojetos
 - Tomo 1.1 - Topografia
 - Tomo 1.2 - Geologia e Geotecnia
 - Tomo 1.3 - Hidrologia
 - Tomo 1.4 - Aspectos Sócio-Econômicos
- VOLUME 2 - Anteprojetos
 - Tomo 2.1 - Relatório Geral
 - Tomo 2.2 - Desenhos e Plantas

FASE III - Estudos de Viabilidade Ambiental (EVA)

- VOLUME 1 - Estudos de Viabilidade Ambiental (EVA)
 - Tomo 1.1 - Estudos Básicos e Diagnósticos Ambientais

FASE IV - Avaliação Econômica Financeira dos Projetos

- VOLUME 1 - Viabilidade dos Projetos
 - Tomo 1.1 - Avaliação Técnico-Econômica-Financeira e Ambiental

O presente documento refere-se ao Tomo 1.1 - Diagnóstico Ambiental (Fase III - Estudos de Viabilidade Ambiental - EVA, Volume 1 - Estudos de Viabilidade Ambiental - EVA), dos Estudos de Viabilidade Técnica, Ambiental, Econômica e Financeira da Barragem Feijão, localizada no município de Morada Nova, no Estado do Ceará.

1 - INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem sido uma das preocupações máximas do Governo, dotar o Estado de uma infraestrutura hídrica capaz de atender as demandas das populações, quanto ao abastecimento de água. No último decênio muito tem sido realizado no setor. Além da criação de todo um aparelhamento institucional, vem dedicando-se o Governo na execução de obras, através de programa específico, tais como o PROURB e o PROGERIRH que visam tanto fortalecer o sistema comunitário municipal, como equacionar e resolver os problemas de abastecimento de água das populações.

Este trabalho trata dos Estudos de Viabilidade Técnica, Ambiental, Econômica e Financeira da Barragem Feijão, localizada no município de Morada Nova, no Estado do Ceará.

O Estado do Ceará tem desenvolvido um extenso programa de recursos hídricos que inclui, desde a mobilização de água através da perfuração de poços ou em reservatórios, até sua distribuição às populações, através de adutoras, após tratamento para torná-la potável. O armazenamento de água para as populações e outros usos no Estado, historicamente, é feito através de mananciais artificiais constituídos por barramentos de rios, formando os açudes. No passado a construção destes reservatórios, tinha sempre um caráter emergencial, isto é, eles eram implantados sempre que se instalava uma seca mais prolongada. Nos anos de pluviometria normal, praticamente não se exercia essa atividade de modo continuado. Os açudes públicos eram construídos em locais muitas vezes não estratégicos, face à localização dos maiores contingentes de usuários, deixando-se de levar em conta outros fatores importantes, os quais só tiveram maior destaque com criação, o desenvolvimento e o debate dos aspectos ambientais.

Com o crescimento mais acelerado da população a partir da década de 1940, e sua concentração nas cidades, iniciada nos anos 60, o problema do abastecimento de água, no Estado, passou a ser encarado de modo a atender a requisitos mais técnicos tais como a localização dos açudes relativamente às cidades e às aglomerações rurais. Também tiveram um grande incremento os usos múltiplos da água, a qual passou a ser encarada como um bem econômico, sendo mais largamente utilizada, notadamente na agricultura irrigada, pecuária, piscicultura e nas atividades de lazer. Este aumento de consumo aliado às irregularidades pluviométricas, induziu o governo do Ceará, a partir do final da década dos anos 80, instituir programas que tratam a questão hídrica de modo racional, com continuidade e procurando sempre conferir um caráter de sustentabilidade as iniciativas do setor, podendo assim assegurar um desenvolvimento mais equilibrado do Estado.

Diante dessa realidade, a partir de 1987 o Governo Estadual vem institucionalizando a implementação de políticas públicas destinadas a encaminhar a questão da água. Assim, foram criados a partir da Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH, a Superintendência de Obras Hidráulicas – SOHIDRA e a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará – COGERH; foram também elaborados o Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH e o Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FUNORH.

O estudo objeto deste trabalho, se insere nas ações que o governo estadual está implantando em todo o território cearense, o qual consiste na construção de novos barramentos permanentes, de portes médios, e de adutoras que conduzam a água até as cidades, de modo a dotar os centros urbanos do interior de fontes de água seguras, que garantam o abastecimento nos períodos secos.

Atualmente, as ações empreendidas pelo Governo do Estado, no tocante a construção de obras hídricas, devem satisfazer a critérios técnicos, ambientais e sócio-econômicos, antes de terem garantido recursos para suas implantações.

O estudo objeto deste trabalho é uma das etapas deste processo de seleção de locais para obras hídricas e da comprovação de suas viabilidades técnica, financeira e econômica, além da avaliação das condições ambientais que advirão com a concretização dessas obras.

Nesse trabalho, buscamos estudar mais detalhadamente, as alternativas de atendimento às demandas de água junto às cidades e aglomerados urbanos que se situam nas áreas de influência direta destes reservatórios, e subsidiariamente atender as necessidades de promover o desenvolvimento de atividades econômicas, através da irrigação de áreas estrategicamente situadas em relação aos açudes, da piscicultura intensiva e promoção de atividades de lazer.

Apresentamos, em seguida, uma caracterização da região em estudo, a nível municipal e a nível local, onde os dados apresentados refletem a realidade atual, uma vez que eles foram colhidos recentemente, durante viagem de inspeção aos municípios e povoados situados na área de influência e nos próprios locais dos eixos barráveis.

2 - LOCALIZAÇÃO E ACESSOS

2 - LOCALIZAÇÃO E ACESSOS

O local escolhido para o estudo da Barragem Feijão localiza-se no riacho de mesmo nome, afluente pela margem direita do rio Pirangi, no município de Morada Nova, Estado do Ceará.

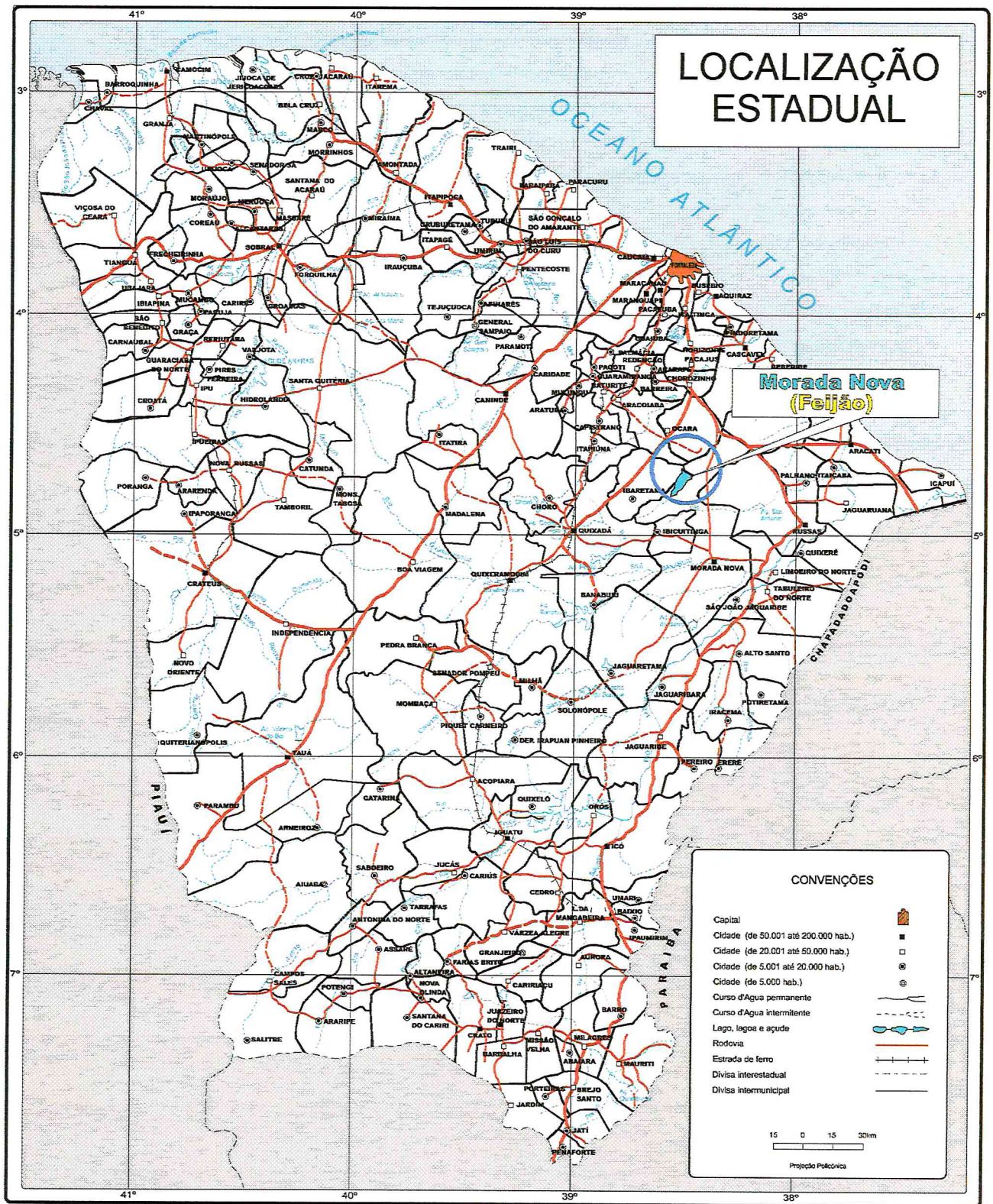
O município de Morada Nova localiza-se na região Centro Leste do Estado do Ceará com latitude 5° 06' 24" S e longitude 38° 22' 21" W, ocupa uma área de 2796,6 Km², com altitude média da sede em torno de 89 m acima do nível do mar. Limita-se ao Norte com Russas, Beberibe, Cascavel e Ocara, ao Sul com Jaguaritama, Jaguaribara, Alto Santo e São João do Jaguaribe, ao Leste com São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte, Limoeiro do Norte e Russas e a Oeste com Ocara, Ibaretama, Quixadá, Ibicuitinga e Banabuiú.

O acesso à sede do município de Morada Nova, a partir de Fortaleza, se faz pela rodovia federal BR-116 e pela rodovia estadual CE-138, percorrendo-se 144 km.

Para o acesso ao eixo selecionado a partir da sede do município toma-se a rodovia estadual CE-138, no sentido Norte, trafega-se por 30 km, até uma localidade conhecida como Lagoa Funda, onde toma-se no sentido Oeste uma estrada de terra que alcança a localidade de Boa-água após 15 km, prosseguindo-se no acesso a Nova Vida trafega-se por mais 15 km e alcança-se o sítio selecionado, próximo da propriedade do Sr. Genival.

O percurso entre a sede municipal de Morada Nova e o local do barramento é, portanto, cerca de 60 km.

As figuras apresentadas a seguir, mostram o mapa de localização e acessos no contexto estadual e o mapa do município de Morada Nova.



3 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

3 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA) ora apresentado, tem o objetivo de identificar e avaliar os impactos ambientais causados pelo barramento do riacho Feijão, no município de Morada Nova, no Estado do Ceará. Visa, ainda, a sugestão de medidas mitigadoras de modo a restabelecer o equilíbrio ecológico e promover o desenvolvimento regional a partir dos usos múltiplos propostos para o referido reservatório.

Os estudos desenvolvidos foram pautados nos critérios e diretrizes preconizados pela Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Foram executados levantamentos dos fatores abióticos, bióticos e sócio-econômicos das áreas de influência física e funcional do empreendimento, visando caracterizar a situação vigente antes da implantação da Barragem Feijão.

Com base no diagnóstico ambiental da área de influência do empreendimento e nos estudos de concepção do projeto elaborados pelo Consórcio ANB/HIDROSTUDIO, foram estabelecidas relações entre os componentes ambientais existentes e as ações propostas para o empreendimento. Em seguida foram identificados os principais impactos potenciais, os quais foram discriminados quanto ao caráter, extensão, reversibilidade, intensidade e duração/periodicidade. Por fim, foram definidas medidas visando a mitigação dos impactos adversos, além de programas de monitoramento e educação ambiental.

4 - ASPECTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS

4 - ASPECTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS

O aproveitamento dos recursos hídricos no Estado do Ceará é de extrema importância para o seu processo de desenvolvimento, uma vez que este estado é frequentemente assolado por secas periódicas. O problema de escassez da água associado ao crescimento acelerado da população, vem provocando o aparecimento de regiões cujas potencialidades hídricas estão esgotadas ou sujeitas a racionamento do uso da água nos períodos de seca. Tal situação torna necessário a implantação de reservatórios para o atendimento da crescente demanda hídrica. Tendo em vista, que este tipo de projeto em geral encontra-se associado a uma ampla gama de impactos ambientais, faz-se necessário à implementação de um planejamento racional que abranja também os efeitos da degradação ambiental decorrentes da implantação deste tipo de projeto.

Assim sendo, faz-se necessário o conhecimento do suporte institucional existente, de modo a compatibilizar as ações preconizadas pelo projeto com a legislação ambiental vigente. Para tanto foram elaboradas sínteses dos aspectos legais e institucionais que regem a legislação ambiental, as quais são apresentadas a seguir.

A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, alterada pelas Leis nº 7.804/89 e 8.028/90 e regulamentada pelo Decreto nº 99.274/90, dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, definindo diretrizes gerais de conservação ambiental, compatibilizando o desenvolvimento das atividades econômicas com a preservação do meio ambiente. Dentre às políticas ambientais a nível federal pertinente a projetos hidráulicos e ao meio ambiente, destacam-se os seguintes dispositivos legais:

- Constituição Federal;
- Decreto nº 88.351, de 01 de junho de 1983: regulamenta a Lei nº 6.938/81 e estabelece os critérios para licenciamento das atividades modificadoras do meio ambiente;
- Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986 (modificada no seu Artigo 2º pela Resolução CONAMA nº 011, de 18/03/86) : estabelece definições, responsabilidades , critérios básicos e diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente;
- Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934: decreta o Código das Águas;
- Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (alterada pela Lei nº 7.803, de 18/07/89): institui o Código Florestal;
- Resolução CONAMA nº 004, de 18 de setembro de 1985 (alterada pela Lei nº 7.803/89): define critérios, normas e procedimentos gerais para a caracterização e estabelecimento de reservas ecológicas;

- Resolução CONAMA nº 020, de 18 de junho de 1986: estabelece a classificação e os padrões de qualidade das águas doces, salobras e salinas do território nacional;
- Lei nº 3.824, de 23 de dezembro de 1960: exige o desmatamento da área da bacia hidráulica de reservatórios;
- Lei nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967: dispõe sobre a proteção à fauna;
- Portaria SUDEPE nº N-0001, de 04 de janeiro de 1977: dispõe sobre a observância de medidas de proteção à fauna aquática nos projetos de construção de barragens;
- Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1991: dispõe sobre a criação de estações ecológicas e áreas de proteção ambiental;
- Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997: institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- Portaria MINTER nº 124, de 20 de agosto de 1980: baixa normas no tocante à prevenção de poluição hídrica;
- Decreto nº 28.481, de 07 de dezembro 1940: dispõe sobre a poluição das águas;
- Lei nº 7.754, de 14 de abril de 1989: estabelece medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos cursos d'água;
- Decreto nº 84.426, de 24 de janeiro de 1980: dispõe sobre erosão, uso e ocupação do solo, poluição da água e poluição do solo;
- Decreto nº 89.336, de 31 de janeiro de 1984: dispõe sobre reservas ecológicas e áreas de relevante interesse ecológico e dá outras providências;
- Resolução CONAMA nº 011, de 18 de março de 1986: altera e acrescenta incisos na Resolução CONAMA nº 001/86 que torna obrigatória a elaboração de estudos de impacto ambiental para determinados tipos de empreendimentos;
- Resolução CONAMA nº 005, de 15 de junho de 1988: exige o estabelecimento de processo licenciatório para as obras de captação de projetos de sistemas de abastecimento d'água, cuja vazão seja acima de 20,0% da vazão mínima da fonte hídrica, no ponto de captação, e que modifiquem as condições físicas e/ou bióticas dos corpos d'água;
- Portaria Interministerial nº 917, de 06 de junho de 1982: dispõe sobre a mobilização de terra, poluição da água, do ar e do solo;

- Resolução CONAMA nº 006, de 24 de janeiro de 1986: institui e aprova modelos para publicação de pedidos de licenciamento, sua renovação e respectiva concessão;
- Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997: revisa os procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental.
- Resolução CONAMA nº 009, de 03 de dezembro de 1987: regulamenta a questão das audiências públicas;
- Decreto-Lei nº 95.733, de 12 de fevereiro de 1988: dispõe sobre a inclusão no orçamento dos projetos e obras federais, de recursos destinados a prevenir ou corrigir os prejuízos de natureza ambiental, cultural e social decorrentes da execução desses projetos e obras.

Por fim, a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Quanto às políticas ambientais a nível federal pertinente a proteção do patrimônio pré-histórico destacam-se os seguintes dispositivos legais:

- Decreto-Lei nº 4.146, de 04 de março de 1942: dispõe sobre a proteção dos depósitos fossilíferos;
- Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961: dispõe sobre a proteção dos monumentos arqueológicos e pré-históricos;
- Resolução CONAMA nº 005, de 06 de agosto de 1987: aprova o Programa Nacional de Proteção ao Patrimônio Espeleológico;
- Portaria nº 07, de 01 de dezembro de 1988, da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: estabelece os procedimentos necessários para pesquisa e escavações em sítios arqueológicos;
- Portaria IBAMA nº 887, de 15 de junho de 1990: dispõe sobre a proteção do patrimônio espeleológico nacional;
- Decreto nº 99.556, de 01 de dezembro de 1990: dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no Território Nacional e dá outras providências;
- Portaria IBAMA nº 57, de 05 de junho de 1997: institui o Centro Nacional de Estudo, Proteção e Manejo de Cavernas - CECAV, que tem por finalidade normatizar, fiscalizar e controlar o uso do patrimônio espeleológico brasileiro;

- Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985: disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e dá outras providências.

A penalização pelo não cumprimento da legislação pertinente ao patrimônio pré-histórico citada é prevista no Código Penal Brasileiro (Parte especial, Título II - Dos crimes contra o patrimônio, Capítulo IV - Do dano).

No Estado do Ceará, o sistema de controle ambiental é integrado pela Secretaria da Ouvidoria Geral e Meio Ambiente, criada pela Lei nº13.093, de 08 de janeiro de 2001, à qual encontram-se vinculados o Conselho Estadual do Meio Ambiente (COEMA) e a SEMACE, ambos criados pela Lei nº 11.411, de 28 de dezembro de 1987, que dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente. Os dispositivos legais a nível estadual pertinentes a projetos hidráulicos e ao meio ambiente são os seguintes:

- Constituição Estadual;
- Lei nº 10.148, de 02 de dezembro de 1977: dispõe sobre a preservação e controle dos recursos hídricos existentes no estado e dá outras providências;
- Portaria SEMACE nº 14, de 22 de dezembro de 1989: estabelece normas técnicas e administrativas do sistema de licenciamento de atividades utilizadoras dos recursos ambientais no Estado do Ceará;
- Portaria SEMACE nº 097, de 03 de abril de 1996: estabelece padrões de lançamentos nos corpos receptores para efluentes industriais e de outras fontes de poluição hídrica;
- Lei nº 12.524, de 19 de dezembro de 1995: considera impacto sócio-ambiental relevante em projetos de construção de barragens, o deslocamento das populações habitantes na área a ser inundada pelo lago formado e dá outras providências;
- Lei nº 11.996, de 24 de julho de 1992: dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e institui o Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Hídricos no Estado do Ceará, o qual está a cargo da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH).

Por sua vez, o Decreto nº 23.067, de 11 de fevereiro de 1994, regulamenta o Artigo 4º da Lei nº 11.996/92, na parte referente à outorga de direito do uso dos recursos hídricos e cria o Sistema de Outorga para Uso da Água. Segundo reza o referido decreto, dependerá de prévia outorga da Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), o uso de águas dominiais do Estado que envolva:

- Derivação ou captação de parcela dos recursos hídricos existentes num corpo d'água, para consumo final ou para insumo de processo produtivo;

- Lançamento num corpo d'água de esgotos e demais resíduos líquidos e gasosos com o fim de sua diluição, transporte e assimilação;
- Qualquer outro tipo de uso que altere o regime, a quantidade e a qualidade da água.

No caso específico do lançamento de esgotos e de outros resíduos líquidos nos corpos d'água, a SRH não está ainda emitindo a concessão de outorga. Tal fato tem como justificativa a complexidade que envolve o assunto decorrente, principalmente, do caráter intermitente da quase totalidade dos cursos d'água do Estado.

O pedido de outorga de direito de uso de águas deverá ser encaminhado à SRH através do preenchimento de formulário padrão fornecido por esta, na qual deverá constar informações sobre destinação da água; fonte onde se pretende obter a água; vazão máxima pretendida; tipo de captação da água, equipamentos e obras complementares, bem como informações adicionais para a aprovação do pedido.

Quando a outorga envolver obras ou serviços de oferta hídrica sujeitos à licença prévia da SRH, conforme previsto no Decreto nº 23.068, de 11 de fevereiro de 1994 (açudes, transposição de água bruta, barragem de derivação ou regularização de nível d'água, e poços), será obrigatória a apresentação desta, aproveitando-se sempre que possível os dados e informações já apresentados para o licenciamento.

Outra legislação que se apresenta relevante para o projeto ora em pauta, embora tenha aplicação em termos legais restrita aos recursos hídricos da Região Metropolitana de Fortaleza, é a Lei nº 10.147, de 01 de dezembro de 1977, que dispõe sobre o disciplinamento do uso do solo para fins de proteção dos recursos hídricos.

Ressalta-se, ainda, embora não constitua dispositivo legal, o Plano Estadual de Recursos Hídricos elaborado pela SRH em meados de 1991, e a proposta para enquadramento dos principais cursos d'água do Estado do Ceará, elaborada pela SEMACE, tendo como base à classificação preconizada pela Resolução CONAMA nº 020/86. A referida resolução estabelece padrões de qualidade para os cursos d'água em função de seus usos preponderantes e da sua capacidade de autodepuração. A nível municipal figuram como dispositivo legal à lei orgânica do município de Morada Nova.

O futuro reservatório irá inundar terras pertencentes a terceiros, fazendo-se necessária à elaboração de um plano de desapropriações. Deverá ficar a cargo da SRH a execução de um levantamento cadastral dos imóveis na área diretamente afetada pelo projeto. A desapropriação deverá ser efetivada através de Decreto Estadual Específico, ficando a negociação e aquisição parcial ou total dos imóveis, que são abrangidos em parte ou na sua totalidade pela área de inundação máxima futura e pela faixa de proteção do futuro reservatório sob a responsabilidade da SRH.

O órgão empreendedor do projeto é a SRH. Os recursos financeiros necessários à implantação do empreendimento serão oriundos do Governo do Estado e de empréstimos obtidos junto ao Banco Mundial. Além do órgão empreendedor, prevê-se o envolvimento de outros órgãos governamentais na operação futura do reservatório.

Não foram constatados conflitos envolvendo a implantação do projeto ora em análise com outros programas ou projetos governamentais, pelo contrário, a obra encontra-se inserida num programa mais amplo denominado Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará (PROGERIRH).

5 - O PROJETO

5 - O PROJETO

5.1 - IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

O órgão empreendedor do Projeto Básico da Barragem Feijão é a Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará (SRH), órgão prestador de serviços, inscrito sob o CGC/MF nº 11.821.253/0001-42, estabelecido a Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, 01 - Centro Administrativo do Cambé, Edifício SEDUC - Bloco C, 1º e 2º Andar, no município de Fortaleza, Estado do Ceará, com telefone para contato (85) 488-8500 e FAX (85) 488-8579.

5.2 – LOCALIZAÇÃO E ACESSOS

A Barragem Feijão será formada pelo barramento do riacho Feijão, afluente do rio Pirangi, em seu médio curso, porção centro leste do Estado do Ceará. A obra fechará o boqueirão existente a cerca de 60,0 km da sede do município de Morada Nova. O reservatório terá sua bacia hidráulica totalmente inclusa no território do município de Morada Nova.

O acesso ao sítio do barramento partindo-se de Fortaleza é feito através da rodovia federal asfaltada BR-116, no sentido de Russas até o Triângulo de Cristais. Daí segue-se na direção sul, pela CE-138 por cerca de 23 km até a localidade de Lagoa Funda. Percorrem-se então 15 km por uma estrada de terra na direção oeste até a localidade de Boa Água, prosseguindo até a localidade de Nova Vida trafega-se por mais 15 km até o local do eixo barrável. A extensão total do percurso é de aproximadamente 174 km. O mapa de localização e acessos da área do projeto em relação ao Estado do Ceará pode ser visualizado no capítulo 2.

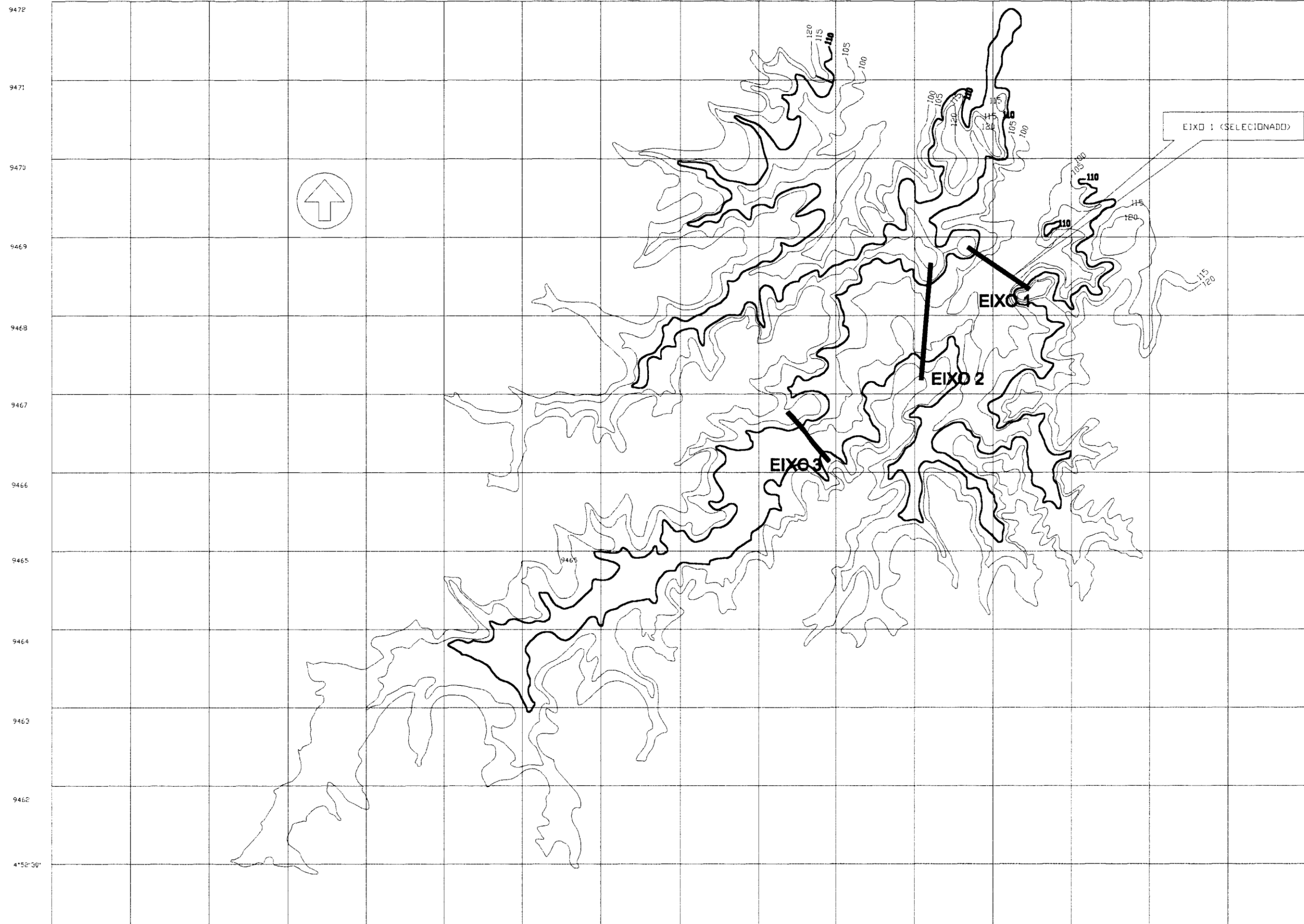
5.3 - OBJETIVOS E USOS MÚLTIPLOS

A implantação da Barragem Feijão tem como objetivo servir para usos múltiplos, trazendo benefícios às zonas urbana e rural do município. Em primeiro lugar garantirá o abastecimento d'água humano dos povoados de Boa Água e Nova Vida, beneficiando no horizonte do projeto uma população urbana da ordem de 1.610 habitantes. Permitirá, ainda, o abastecimento da população ribeirinha de jusante. Foi previsto o atendimento de uma demanda humana de 0,145 l/s.

O segundo uso importante da Barragem Feijão será o desenvolvimento da pesca no lago a ser formado e de atividades associadas à recreação/lazer, além da dessedentação animal. Poderá haver, ainda, desenvolvimento hidroagrícola nas aluviões posicionadas na área de jusante, ressalta-se, no entanto, que as opções para abastecimento d'água ou irrigação são excludentes, ou seja, ou se faz o abastecimento humano ou a irrigação.

100 250 LT FR. 1 06/02

535 536 537 538 539 540 541 542 543 544 545 546 547 548 549 550



FONTE:
DNOS

NOTA:

ESCALA:
1/50.000

DATA:
JULHO/2002

BARRAGEM FEIJÃO
FIGURA 5.1 - ALTERNATIVAS DE EIXO PARA BARRAMENTO
 ANB - Águas do Nordeste do Brasil Ltda.

Quanto à disponibilidade de materiais de construção dentro de uma distância econômica da área das obras, constata-se que as jazidas de materiais terrosos estão situadas uma a cerca de 100 m da Estaca 45 do eixo na ombreira direita e a outra cerca de 4.000 m a montante do eixo, no sentido do povoado de Boa Água (J-02), portanto fora da área da bacia hidráulica. Afloramentos rochosos adequados à exploração de materiais pétreos e/ou enrocamento são observados a cerca de 4.000 m a montante do eixo na margem direita do caminho de acesso a localidade de Retiro, na propriedade do Sr. Expedito dos Santos. O material granular poderá ser obtido na calha do riacho Feijão, imediatamente a montante ou a jusante do eixo, uma vez que as areias aí existentes apresentam excelente qualidade.

No que se refere aos fatores ambientais, nenhuma das alternativas estudadas apresenta interferências com áreas de unidades de conservação ou terras indígenas. Quanto aos riscos de salinização das águas do futuro reservatório, estes se apresentam elevados, dado a presença de solos salinos na sua bacia de contribuição e na própria bacia hidráulica. Os riscos de poluição das águas represadas por efluentes de esgotos domésticos e industriais, ou pelo aporte de agrotóxicos apresentam-se praticamente nulos quaisquer que seja a alternativa analisada. Situação semelhante é observada em relação aos riscos de dilapidação dos patrimônios histórico, arqueológico e paleontológico. Assim sendo, a única diferenciação observada entre as alternativas está associada à extensão da área a ser desmatada, que apresenta-se menor nos eixos 2 e 3, em relação ao Eixo 1.

Quanto aos aspectos socioeconômicos, observa-se que os solos a serem submersos são, em sua maioria (85,0%), de reduzido potencial agrícola. Apresentam como restrições ao uso agrícola a pedregosidade e/ou rochosidade superficial, a pouca profundidade efetiva e a susceptibilidade a erosão, no caso dos Litólicos. Os Planossolos e Solonetz apresentam problemas de encharcamento/fendilhamento e elevados teores de sais nos horizontes subsuperficiais, não se prestando ao uso agrícola. Os Solos Aluviais, por sua vez, apresentam potencial agrícola médio a elevado, mas sofrem riscos de inundações periódicas.

Com relação a relocação de contingentes populacionais, esta se apresenta praticamente igual para todas as alternativas de eixo estudadas, as quais resultam na inundação de cerca de 108 habitações, perfazendo um contingente populacional a ser relocado de aproximadamente 458 pessoas, já que as áreas acrescidas no caso dos eixos 2 e 3 não são habitadas.

Em termos das áreas a serem desapropriadas dos imóveis rurais, a maior extensão de área é verificada no Eixo 1, atingindo valores da ordem de 817 ha. Nas demais alternativas estas áreas se reduzem para valores da ordem de 600 e 500 ha para as alternativas de eixo 2 e 3, respectivamente.

No que se refere à interferência com infra-estruturas de uso público, estas são praticamente equivalentes nas áreas dos eixos estudados, estando restritas a cinco escolas, das quais duas estão desativadas, um posto de saúde e trechos de estradas vicinais que permitem o acesso as propriedades da área.

A ponderação dos fatores acima descritos permitiu a análise comparativa das diferentes alternativas de eixos barráveis, tendo-se chegado a conclusão que a alternativa do Eixo 1 é a mais interessante, principalmente sob o ponto de vista construtivo, onde a implantação do vertedouro não interfere diretamente com as obras da barragem. Além disso, suas condições topográficas extremamente favoráveis permitem o aproveitamento da sela topográfica e do talvegue, quase de forma natural, demandando menores volumes de escavações.

Com base no acima exposto foram selecionados os eixos 1 e 3 para serem submetidos a uma análise comparativa mais detalhada. Sobre estes eixos foram efetuados comparações considerando as cotas do sangradouro, capacidade de acumulação d'água, volumes anuais regularizados com 90,0% de garantia, áreas irrigáveis, quantidade de pessoas abastecidas e custo de implantação (abaixo estão especificadas as informações do eixo escolhido). Deve-se frisar que as opções de irrigação intensiva e abastecimento humano estudadas são excludentes, ou seja, ou se irriga ou se faz o abastecimento d'água dos núcleos urbanos.

Pode-se afirmar que o Eixo 1 apresenta a menor relação de custo-benefício, ou seja, uma menor rentabilização de recursos hídricos. Face ao exposto, foi assumido pelo Consórcio HIDROSTUDIO/ANB para o local de implantação da Barragem Feijão, o boqueirão associado ao Eixo 1.

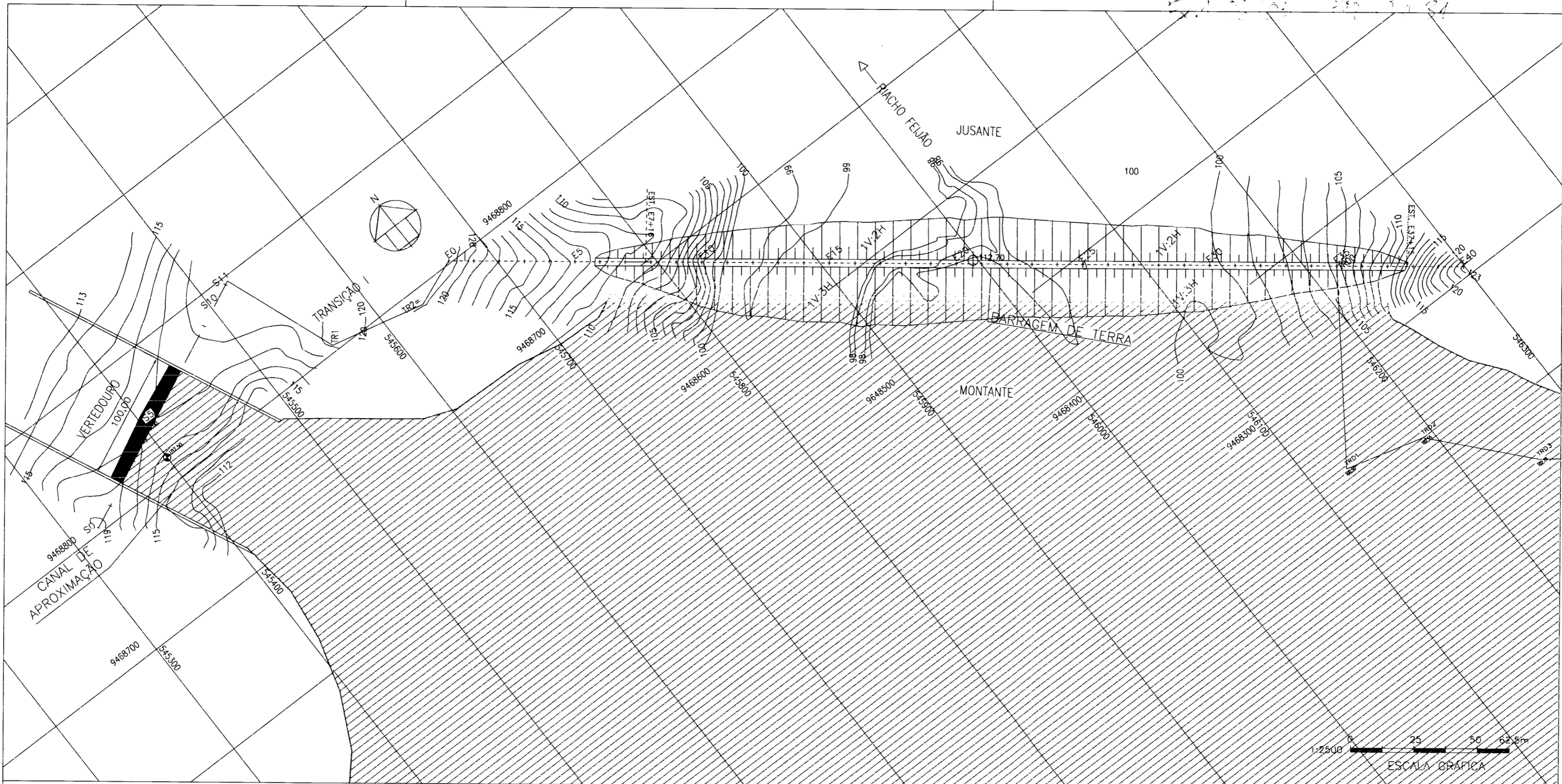
Alternativa	Cota (m)	Capacidade de Acumulação (m³)	Vol. Reg. (hm³/ano) 90% garantia	Área Irrigável (ha)	População Abastecida (hab)	Custo de Implantação (R\$ 1000)
Eixo 1	110	35.884.311,33	13,25	1.325	1.610	4.153,70

5.5 – DESCRIÇÃO E ARRANJO GERAL DAS OBRAS

A Barragem Feijão terá uma capacidade de acumulação de 35.884.311,0 m³ e vazão regularizada de 10,1 hm³/ano com 90,0% de garantia, com a área da bacia hidráulica abrangendo 817 ha. A bacia de contribuição do reservatório, com área de 173,63 km², está inclusa no território do município de Morada Nova, na Bacia do Pirangi. O tempo médio de detenção do reservatório será de 03 anos e este apresenta uma eficiência hidrológica (volume regularizado anual/ capacidade total do reservatório) de 37%. A razão entre a área de inundação e a vazão regularizada será de 19,45 km²/m³/s, enquanto que o coeficiente de armazenamento (volume armazenado/volume afluente) será de 1,51.

O estudo do arranjo das estruturas ligadas à Barragem Feijão baseou-se no melhor aproveitamento das condições topográficas e geológico-geotécnicas do local das obras, buscando para cada estrutura um posicionamento favorável técnica e economicamente. O arranjo geral das obras pode ser visualizado na Figura 5.2, e consta das seguintes estruturas:

- uma barragem principal de terra, com altura máxima de 15,11 m, comprimento da crista de 636m e volume total de 245.000 m³;
- um dique de terra, com altura máxima de 1,14 m, comprimento da crista de 80 m e volume total de 350 m³;
- uma tomada d'água, localizada na margem esquerda;
- vertedouro dimensionado para a capacidade total de extravasão, localizado numa cela topográfica após a ombreira esquerda, apresentando largura de 100 m e soleira na cota 110,0 m, composto por um canal de aproximação, cordão de fixação, muros e guias laterais.



LEGENDA

NOTAS

1. COTAS E DIMENSÕES EM METRO.
2. PARA CORTES VER DESENHO N° CM-05.
3. O CANAL DE JUSANTE DO VERTEDOURO DEVERÁ TER O FUNDO EM ROCHA Sã EM EXTENSÃO DE 10,00m A JUSANTE DA SOLEIRA. LOCALMENTE ONDE ESTA CONDIÇÃO NÃO OCORRA O MATERIAL SERÁ REMOVIDO EM ESPESSURA MÍNIMA DE 1,50m E SUBSTITUÍDO POR ENROCAMENTO D₉₀=0,50m.

DESENHOS DE REFERÊNCIA

REVISÕES			
No	NATUREZA DA REVISÃO	DATA	APROVO

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS - SRH

BARRAGEM FEIJÃO
MORADA NOVA-CEARÁ

ARRANJO GERAL

PROJETO:	DESENHISTA:
VISTO:	JORGE
VERIFICADO:	DATA DA EMISSÃO:
APROVO:	JAN/03
	ESCALA:
	1:2500
	REV.:
	A
	No DO DESENHO:
	FIGURA 5.2

ANB - ÁGUAS DO NORDESTE DO BRASIL LTDA.

6 - DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

6 - DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

6.1 - ÁREAS DE ABRANGÊNCIA

6.1.1 - Área de Influência Física

A área de influência física do empreendimento está representada pela bacia hidráulica do reservatório e por sua faixa de proteção periférica, perfazendo, aproximadamente, um total de 817 ha, compreendendo parte da zona rural do município de Morada Nova, pelas áreas de jazidas de empréstimos, localizadas dentro da bacia hidráulica do reservatório ou nas suas cercanias, bem como pelas áreas do canteiro de obras e dos bota-foras.

6.1.2 - Área de Influência Funcional

A área de influência funcional do empreendimento compreende aquelas áreas que serão influenciadas pela operação do reservatório, quais sejam:

- O município de Morada Nova que será contemplado com o fornecimento d'água regularizado aos povoados de Boa Água e Nova Vida, atendendo as demandas humana e industrial, beneficiando no horizonte do projeto uma população urbana de 1.610 habitantes;
- Áreas periféricas ao reservatório que se beneficiarão com o desenvolvimento da pesca no lago a ser formado;
- Áreas ribeirinhas de jusante que serão beneficiadas com a regularização de vazão e conseqüente desenvolvimento da irrigação difusa, além do abastecimento humano difuso e dessedentação animal.

6.2 - MEIO ABIÓTICO

6.2.1 - Aspectos Geológicos e Geomorfológicos

6.2.1.1 - Geologia

A geologia da área da bacia hidráulica do reservatório é constituída predominantemente por rochas cristalinas pertencentes ao Pré-Cambriano (Complexo Gnáissico-Migmatítico), aparecendo em menor escala as coberturas sedimentares terció-quaternárias representadas pelas Aluviões do riacho Feijão.

O Complexo Gnáissico-Migmatítico ocorre em cerca de 85,0% da área englobada pela bacia hidráulica do futuro reservatório. Litologicamente, a seqüência é constituída por uma ampla e complexa associação de rochas onde predominam os migmatitos, gnaisses, gnaisses migmatizados e granitóides, anfíbolitos, quartzitos, metarcóseos, calcários cristalinos, xistos, itabiritos, calcossilicatadas e rochas em decomposição.

Em termos estruturais, verifica-se um autêntico mosaico de blocos. Falhamentos profundos, extensos são freqüentes e condicionam a ocorrência das faixas de rochas metassedimentares. Zonas de cisalhamento são comuns, sendo uma das principais aquela relacionada à Falha de Senador Pompeu.

Na área das obras observa-se a ocorrência de afloramentos rochosos de quartzitos, além da planície aluvial que apresenta espesso corpo de Aluvião, constituído por cama das de areias siltosas e argilas escuras com matéria orgânica.

Nas ombreiras foram observados afloramentos de rocha e exposições de solo residual, os quais apresentam espessuras reduzidas variando de 0,75 a 1,30 m. Após a ombreira esquerda constata-se a ocorrência da sela topográfica onde deverá ser localizado o vertedouro. A existência de outra sela topográfica após a ombreira direita exige a construção de uma barragem auxiliar.

Estima-se que o pacote aluvionar na calha do riacho Feijão possa alcançar uma profundidade de cerca de 5,0 m, tendo como base a inspeção de cacimbas existentes nas imediações do eixo do barramento. A sondagem efetuada no leito do riacho atingiu uma profundidade de 1,5 m, tendo sido paralisada em face a presença do lençol freático.

6.2.1.2 - Geomorfologia

Na região onde será assente o empreendimento observa-se duas unidades de relevo: a Depressão Sertaneja e a Planície Fluvial do riacho Feijão e tributários.

A Depressão Sertaneja é o domínio geomorfológico de maior representatividade na região. Corresponde a uma superfície de aplainamento, onde o trabalho erosivo se fez sobre as rochas do Complexo Gnáissico-Migmatítico. Caracteriza-se por apresentar topografia suave ondulada, cortada ocasionalmente, por afloramentos rochosos.

No território da área do empreendimento, destaca-se a planície fluvial do riacho Feijão, como a mais significativa. O vale do riacho Feijão é aberto, com encostas relativamente suaves e fundo plano coberto por uma planície aluvial relativamente significativa.

6.2.1.3 - Recursos Minerais

Com relação à ocorrência de minerais na área a ser ocupada pela bacia hidráulica da Barragem Feijão, durante a pesquisa de campo efetuada pelo Consórcio ANB/HIDROSTUDIO constatou-se apenas a presença de materiais pétreos, terrosos e granulares usados principalmente na construção civil. Segundo informações prestadas pelo DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral não foram requeridos junto a este órgão, até o presente momento, licenças para a exploração de recursos minerais na área englobada pela bacia hidráulica da Barragem Feijão.

Não foi constatada a presença de rochas carbonatadas na área, não havendo riscos de ocorrência de pontos de fuga que possam vir a comprometer a integridade do reservatório e a morfologia da região de entorno.

6.2.1.4 - Sismicidade Induzida

No Ceará as regiões sísmicas estão concentradas na região nordeste do Estado: Cascavel (Pitombeiras), Chorozinho, Pacajus e Palhano. Dessas regiões, foi Pacajus a que apresentou eventos de maior magnitude, chegando a atingir em 1980, 5,2 graus na escala Richter e intensidade VII na escala Mercalli. O Quadro 6.1 mostra a relação dos sismos com magnitudes superiores a 3,0 mb ocorridos no Estado do Ceará.

Quadro 6.1
Relação dos Sismos com Magnitude mb \geq 3,0
Ocorridos no Estado do Ceará

Localidade	Data	Magnitude (Mb)	Intensidade (MMI) (1)	Observações
BATURITÉ	02/1903	3,9	-	3 sismos
BATURITÉ	02/1903	4,1	VI	2 sismos
MARANGUAPE	24/11/1919	4,5	IV	-
ARACATI	14/04/1928	4,0	VI	-
PEREIRO	1968	3,9 – 4,5	V - VII	5 sismos (janeiro a março)
BEBERIBE	03/1974	-	V	vários sismos
SÃO LUIZ DO CURU	1974/1976	3,4	VI	Sismos alternados
IBARETAMA	07/1976	-	V	-
IBARETAMA	12/03/1977	3,9	-	-
PACAJUS	20/11/1980	5,2	VII	-
CASCAVEL (PITOMBEIRAS)	22/04/1995	3,8	VI	-

FONTE: Ferreira, J.M., Sismicidade no Rio Grande do Norte in Simpósio sobre Sismicidade Atual em João Câmara (RN). Rio de Janeiro, 10 a 11 de novembro de 1986.p.32-48.

Berrocal, J. et alli, Sismicidade do Brasil. São Paulo, JAG/USP, 1984

Defesa Civil do Ceará.

Nota: (1) *Intensidade Modificada de Mercalli.*

Quanto à ocorrência de eventos sísmicos na área do estudo, observa-se que num raio de 100 km em torno do eixo estudado, há registro de ocorrência de atividades sísmicas em 16 localidades, das quais cinco são consideradas como áreas com tradição em eventos sísmicos (Serra Azul em Ibaretama, Morada Nova, Pitombeiras em Cascavel, Aracati e Canindé), cujas distâncias aproximadas da área do eixo são de 26,5 km, 45,0 km, 57,5 km, 90,0 km e 97,5 km, respectivamente. Dentre as áreas que apresentam eventos sísmicos isolados figuram rio Pirangi em Morada Nova a 10,0 km do eixo; Serra do

Félix/Patos e Serra do Félix/São Joaquim, ambos em Morada Nova, distando do eixo 15 e 16 km; CE-138 em Morada Nova (21,5 km); Cipó dos Anjos em Quixadá (45,0 km); Baturité (57,5 km); São João do Jaguaribe (60,0 km); Itacima em Guaiúba (67,5 km); Palmácia (71,5 km); Beberibe (78,0 km) e BR-020 em Caucaia (98,5 km).

Tendo em conta que os eventos sísmicos registrados são de magnitude baixa a moderada, e que a carga hidráulica associada ao reservatório é baixa, com valor máximo de 13,0 m, não são esperados questionamentos associados a sismicidade induzida que, tradicionalmente, são apenas tratadas em regiões de sismicidade moderada e para cargas hidráulicas máximas da ordem de 100 m.

6.2.2 - Solos

6.2.2.1 - Caracterização dos Solos da Área do Empreendimento

Os solos de maior expressão na área englobada pela bacia hidráulica da Barragem Feijão são os Planossolos Solódicos, em associação com Solonetz Solodizados e os Litólicos Eutróficos. Em seguida aparecem numa escala relativamente reduzida os Solos Aluviais da planície do riacho Feijão.

Observa-se que, em termos de potencial agrícola, a maior parte (85,0%) dos solos que serão submersos apresentam reduzido potencial agrícola, tendo como fatores restritivos aos seus usos, além da escassez de recursos hídricos, a pequena profundidade efetiva e a presença de pedregosidade/rochiosidade superficial no caso dos Litólicos. Os Planossolos e os Solonetz apresentam problemas de encharcamento/fendilhamento, além de elevados teores de sais nos horizontes subsuperficiais.

Os solos com potencial para desenvolvimento hidroagrícola estão representados pelas Aluviões, os quais estão sujeitos a riscos de inundações periódicas. Foi constatada a presença de solos salinos tanto na bacia hidráulica do futuro reservatório como na sua bacia de contribuição. Apresenta-se a seguir a descrição dos tipos de solos identificados na área do empreendimento.

a) Planossolos Solódicos

São solos moderadamente profundos a rasos, moderadamente ácidos a praticamente neutros, bastante susceptíveis à erosão, imperfeitamente drenados e de baixa permeabilidade, sofrendo encharcamento durante o período chuvoso e fendilhamento na época seca. Apresentam teores elevados de sódio nos horizontes subsuperficiais. Normalmente estão associados aos solos Litólicos Eutróficos.

Os fatores limitantes à utilização agrícola são as estruturas colunar ou prismática, soma de bases trocáveis alta, baixa profundidade efetiva, elevada saturação de sódio, susceptibilidade à erosão, excesso de água nos períodos chuvosos e ressecamento nas estações secas, com o horizonte B apresentando condições físicas pouco favoráveis à penetração de raízes. São fortemente limitados pela falta d'água.

Atualmente a exploração destes solos centra-se no extrativismo da carnaúba, além da pecuária extensiva suplementada com pastagens naturais. São aproveitados, também, em pequena escala, com culturas de subsistência.

Do ponto de vista do potencial para exploração com agricultura irrigada, são solos de muito baixo ou nenhum potencial. O seu aproveitamento preferencial é dirigido para a pecuária com a implantação e intensificação da utilização de novas forrageiras, introdução do sistema de capineiras, bem como o emprego de reservas de forragens para o período seco.

b) Solonetz Solodizados

Compreende solos halomórficos com horizonte B solonético ou nátrico, distinguindo-se por possuir estrutura colunar ou prismática, e alto teor de sódio nos horizontes subsuperficiais. São solos rasos a pouco profundos, imperfeitamente a mal drenados e bastante susceptíveis à erosão.

Quimicamente apresentam reação moderada a ligeiramente ácida no horizonte A e neutra a alcalina nos horizontes subsuperficiais, os quais apresentam, também, elevados valores para somas de bases trocáveis, saturação de bases e saturação com sódio trocável, principalmente no horizonte C.

Apresentam como restrição ao uso agrícola o elevado teor de sódio trocável nos horizontes subsuperficiais, além de condições físicas muito desfavoráveis ao manejo, grande susceptibilidade à erosão e escassez d'água no período seco. A exploração dos carnaubais nativos constitui o seu aproveitamento mais econômico. Atualmente a maior parte destes solos não é cultivada, sendo aproveitada com pecuária extensiva. Verifica-se, também a exploração de pequenos cultivos de subsistência.

c) Litólicos Eutróficos

São solos rasos, de textura arenosa/média, apresentando pedregosidade/ rochosidade superficial, drenagem moderada a acentuada, sendo bastante susceptíveis à erosão face à reduzida espessura.

Não se prestam ao uso agrícola, razão pela qual geralmente apresentam a sua cobertura vegetal preservada. Apresentam fortes limitações no que se refere à deficiência d'água no período seco e à difícil mecanização, em face da pequena profundidade dos solos e da pedregosidade/rochosidade superficial. São comuns as presenças de afloramentos rochosos associados a este tipo de solo.

São geralmente destinados à pecuária extensiva, sendo necessária a introdução de pastagens artificiais e a formação de reserva forrageira para o período seco. Atualmente constata-se nas áreas onde o horizonte A é mais espesso, pequenos cultivos de subsistência.

d) Solos Aluviais Eutróficos

São solos de fertilidade natural alta, com drenagem moderada a imperfeita, sem problemas de erosão, mas com riscos periódicos de inundação. São moderadamente profundos a muito profundos. Ocupam as partes de cotas mais baixas da região, em relevo plano a suave ondulado, possuindo maior expressão geográfica quando ocorrem ao longo do riacho do Sangue, a montante do eixo barrável.

Apresentam texturas variadas desde arenosas até argilosas. Quanto às propriedades químicas, apresentam reação desde moderadamente ácida até alcalina, argila de atividade alta, baixa saturação de alumínio e alta saturação de bases.

São solos de grande potencialidade para a agricultura, não sofrendo maiores restrições ao seu uso, devendo ser cultivados intensivamente. A principal limitação ao uso agrícola decorre da falta d'água, face às insuficientes precipitações pluviométricas nas áreas semi-áridas. Há limitações ao uso de maquinário agrícola, principalmente nos solos argilosos imperfeitamente drenados. Além disso, as áreas destes solos estão sujeitas aos riscos de inundações periódicas.

Nas áreas secas, há necessidade de irrigação e drenagem, as quais devem ser conduzidas rigorosamente de maneira racional, a fim de evitar os riscos de salinização dos solos, haja vista que os teores de sódio em algumas áreas são significativos. Nas áreas de ocorrência destes solos, nota-se um aproveitamento agrícola intensivo, estando as várzeas do riacho Feijão exploradas pela iniciativa privada através da agricultura de sequeiro.

6.2.2.2 - Uso Atual dos Solos

Com base nas imagens de satélite LANDSAT, na escala de 1:100.000, complementadas com checagem de campo, o uso atual dos solos na região onde será implantada a Barragem Feijão, caracteriza-se como uma zona de potencialidade agrícola média, cujas atividades sofrem a influência das irregularidades climáticas. A pecuária é a atividade principal, sendo caracterizada pela criação extensiva de bovinos de leite. A agricultura tradicional integrada está baseada nos cultivos de milho, feijão, mandioca, cajueiro, sorgo e capineiras com produções voltadas para subsistência, alimentação do rebanho e abastecimento do mercado local. O plantio de fruteiras apresenta-se pouco representativo. A cultura do algodão, apesar de tradicional, não tem respondido às expectativas de produção, devido ao ataque de pragas (bicudo).

Quanto à situação das matas ciliares, as várzeas do riacho Feijão apresentam trechos com cobertura vegetal substituída por cultivos agrícolas, capeamentos gramíneo/herbáceos e capoeiras de caatinga de pequeno porte.

Na área da bacia hidráulica da Barragem Feijão observa-se o predomínio da caatinga de porte arbustivo, a qual apresenta maiores níveis de degradação ao longo da planície fluvial do riacho do Sangue. Constata-se ao longo deste curso d'água e em alguns trechos de terras altas a substituição da caatinga por cultivos de subsistência (milho, feijão e algodão) e capineiras. Observa-se, ainda, a presença de áreas

degradadas pelo extrativismo da lenha e para formação de pastos, bem como áreas em descanso, prática associada à agricultura itinerante desenvolvida na região. Não foi constatado o desenvolvimento de atividade hidroagrícola na área da bacia de contribuição da Barragem Feijão, enquanto que na área englobada pela sua bacia hidráulica apenas um proprietário informou fazer uso de irrigação (aspersão).

6.2.3 - Clima

Segundo a classificação de Köppen, a área do empreendimento possui um clima do tipo BSw'h' - quente e semi-árido, com estação chuvosa no outono. Dentro dos parâmetros estabelecidos por Gaussen, o clima local é 4 ath - tropical quente de seca acentuada, com o período de estiagem durando de 7 a 8 meses e um índice xerotérmico entre 150 e 200. Para caracterização do clima da área do projeto, optou-se pela adoção dos dados provenientes da estação hidroclimatológica de Morada Nova, a qual localiza-se relativamente próxima à área do estudo e apresenta uma boa disponibilidade e qualidade de dados.

O regime pluviométrico da região é caracterizado pela heterogeneidade temporal, verificando-se uma concentração da precipitação no primeiro semestre, e uma variação em anos alternados de seus totais. Geralmente a estação chuvosa tem início no mês de fevereiro e se prolonga até maio. O trimestre mais chuvoso é o de março/maio respondendo por 59,3% da precipitação anual. No semestre janeiro/junho este índice atinge 89,3%. A pluviometria média anual é de 872,2 mm, podendo-se constatar desvios acentuados em torno desta média, em decorrência da distribuição irregular das chuvas.

A temperatura média anual oscila entre 26,0°C e 28,4°C, apresentando, no decorrer do dia, valores mínimos entre 6 e 7 horas e máximos entre 14 e 15 horas. Os meses de setembro, outubro, novembro e dezembro apresentam as mais altas temperaturas do ano, enquanto que as menores temperaturas são registradas nos meses de junho, julho e agosto.

A umidade relativa média anual é de 67,5%, apresentando seus maiores valores no trimestre mais úmido (março/maio), quando atinge até 80,0%. Já no período de estiagem, as taxas decrescem, atingindo valores em torno de 57,0%, de agosto a dezembro.

A insolação média anual é da ordem de 2.982,6 horas, o que corresponderia, em tese, a aproximadamente 68,0% dos dias do ano com luz solar direta. O trimestre de maior insolação é o de agosto/outubro e o de menor insolação é o de fevereiro/abril.

A nebulosidade definida como as décimas partes encobertas do céu, apresenta valores máximos nos meses mais chuvosos, chegando a atingir 6,7 décimos em março e o mínimo de 3,0 décimos no mês de agosto, período de estiagem. A nebulosidade média anual é de 4,7 décimos.

A evaporação média anual é da ordem de 2.235,3 mm, com o período de estiagem (julho/dezembro) respondendo por 65,3% do total anual, apresentando no mês de ápice, taxa média em torno de 9,31 mm/dia. Nos meses chuvosos, essa taxa cai para 2,92 mm/dia, sendo que o trimestre março/maio responde por apenas 13,0% da evaporação anual.

6.2.4 - Recursos Hídricos

a) Hidrografia

A bacia hidrográfica do riacho Feijão até o local do barramento no município de Morada Nova abrange uma área de 173,63 km², estando localizada na Bacia do Pirangi.

Drenando uma área de 4.374,1 km², a Bacia do Pirangi apresenta forma retangular longilínea com comprimento do talvegue de 117,5 km, índice de compacidade de 1,52, fator de forma de 0,14 e largura média variando de 35 km, no alto e médio curso, a 55 km no baixo curso. Apresenta relevo suave, com cerca de 80,0% do seu talvegue apresentando declividade da ordem de 0,05%, praticamente se anulando no seu trecho final, onde é comum a presença de inúmeras lagoas com níveis altimétricos muito semelhantes.

A rede hidrográfica apresenta um padrão do tipo subparalelo, na região do baixo curso, onde ocorre, ainda, o tipo dendrítico. No médio e baixo curso, as estruturas comandam, de modo quase completo, o traçado dos rios que se apresentam com um padrão retangular (confluências formando ângulos retos). A área de domínio do embasamento cristalino mostra-se mais dissecada do que a sedimentar, apresentando um maior número de rios, demonstrando um controle da geologia sobre a drenagem.

Com tributários distribuídos de forma homogênea em ambas as margens, não apresentam nenhuma afluência significativa. Todos os cursos d'água da bacia apresentam caráter intermitente, exceto próximo ao litoral, onde o rio Pirangi se torna perene, sofrendo inclusive a influência das marés, formando um estuário composto por 200 ha de manguezais.

O nível de açudagem da Bacia do Pirangi é pouco desenvolvido, sendo composto por pequenos e médios açudes, não contando com grandes reservatórios que permitam a perenização dos seus cursos d'água. O volume d'água armazenado em açudes interanuais é da ordem de 13,4 milhões de m³. O programa de açudagem para o sistema de perenização proposto pelo Governo Estadual prevê a implantação de quatro açudes no território da Bacia do Pirangi, sendo um no município de Ibaretama (açude Macacos – 10,2 hm³), um abrangendo terras dos municípios de Morada Nova e Ocara (açude Batente - 28,9 hm³), outro no município de Beberibe (açude das Amarelas – 31,7 hm³) e a Barragem Feijão ora em análise.

Com relação ao riacho Feijão, os cursos d'água de sua bacia hidrográfica apresentam regime intermitente. O nível de açudagem desta bacia é pouco significativo, contando apenas com reservatórios de pequeno porte, que não permitem a perenização dos seus cursos d'água. Não conta com perímetros de irrigação em seu território.

b) Fontes de Poluição Hídrica Existentes e Potenciais

• Poluição por Efluentes de Esgoto Urbano

Atualmente, um dos maiores problemas enfrentados pela região que compreende a Bacia do Pirangi é a poluição dos recursos hídricos pelo aporte de efluentes de esgotos domésticos, industriais e hospitalares lançados a céu aberto, ou canalizados diretamente para os cursos d'água sem tratamento prévio.

A bacia de contribuição da Barragem Feijão, no entanto, não conta com núcleos urbanos de médio e grande porte posicionados no seu território, que possam vir a contribuir com o aporte de efluentes sanitários e industriais a este manancial hídrico, sendo considerados praticamente nulos os riscos de poluição das águas aí represadas por efluentes de esgotos.

• Riscos de Poluição das Águas Represadas por Agrotóxicos

Não foi constatada a presença de perímetros públicos de irrigação na bacia de contribuição da Barragem Feijão. Além disso, a irrigação difusa é uma prática pouco disseminada nesta região, dado à escassez de recursos hídricos. Assim sendo, pode-se afirmar que os riscos de poluição das águas represadas na Barragem Feijão pelo aporte de agrotóxicos são atualmente praticamente nulos.

• Riscos de Salinização das Águas Represadas

A Barragem Feijão conta com a presença de solos salinos na sua bacia de contribuição, e embora apresente um baixo tempo de detenção da água no reservatório, há riscos médios de salinização das águas aí represadas. Assim sendo, esta questão precisa ser considerada na operação deste reservatório.

c) Qualidade das Águas Superficiais

Dado o seu caráter intermitente não foi possível apresentar no presente relatório dados sobre a qualidade das águas do riacho Feijão em termos físico-químicos e bacteriológicos, devendo-se, por ocasião do estabelecimento da quadra invernososa, ser efetuada pela SRH uma campanha de amostras com esta finalidade.

6.2.5 - Recursos Hídricos Subterrâneos

Os sistemas aquíferos que ocorrem na bacia hidráulica da Barragem Feijão podem ser classificados como aquíferos cristalino e sedimentar, este último representado pelas Aluviões do riacho Feijão. O aquífero cristalino chega a ocupar cerca de 85,0% da área. Dentro do contexto aqui estudado, a implantação da Barragem Feijão poderá influir na alimentação destes aquíferos através de processos de infiltração vertical.

O aquífero cristalino apresenta a sua permeabilidade e coeficiente de armazenamento associados à extensão, grau de abertura e conexão das zonas de fraturamento das rochas, tendo um potencial hidrogeológico fraco. A recarga se dá através da pluviometria, rede hidrográfica e Aluviões, apresentando, no entanto, a circulação bastante restrita. Quanto à qualidade das águas, os aquíferos cristalinos apresentam potabilidade dentro do limite de passável a medíocre, devido a elevada concentração salina.

O aquífero Aluvial apresenta potencial hidrogeológico elevado a médio, tendo sua alimentação assegurada pelas precipitações e pelas infiltrações laterais provenientes dos cursos d'água nos períodos de enchentes. Funcionam como exutórios a evapotranspiração e os rios para os quais as águas do aquífero são drenadas no período de estiagem. Quanto à qualidade das águas, as Aluviões, apesar da alta vulnerabilidade, apresentam águas de boa potabilidade, com resíduo seco, quase sempre, inferior a 500 mg/l.

6.3 - MEIO BIÓTICO

6.3.1 - Flora

A cobertura vegetal da área engloba pela bacia hidráulica da Barragem Feijão pode ser dividida nos seguintes ecossistemas: caatinga hiperxerófila e matas ciliares. A caatinga hiperxerófila constitui a principal formação vegetacional da área em estudo, sendo caracterizada pelo caráter xerófilo. Em termos fitofisionômicos a cobertura vegetal da área apresenta na sua quase totalidade uma fisionomia arbustiva densa, relativamente degradada nas imediações do leito do riacho Feijão.

Aparecem entre as espécies arbóreas desta comunidade: pereiro (*Aspidosperma pyrifolium*), pau branco (*Auxemma onocalyx*), jucá (*Caesalpinia ferrea*), catingueira (*Caesalpinia pyramidalis*) e cumaru (*Amburana cearensis*), entre outras. O estrato arbustivo é composto por velame (*Croton campestris*), mofumbo (*Combretum leprosum*), matapasto (*Cassia sericea*) e mameleiro (*Croton sonderianus*). Nas áreas degradadas é freqüente a presença da jurema preta (*Mimosa acustitipula*).

Na área da bacia hidráulica do reservatório a caatinga apresenta-se preservada nos trechos de encostas, apresentando-se degradada pela interferência antrópica, através da agricultura itinerante, pecuária extensiva e retirada de lenha. Observa-se a presença de áreas ocupadas com capoeiras de caatinga de porte arbustivo e com capeamentos gramíneo/herbáceos.

As planícies fluviais dos cursos d'água que cortam a área são ocupadas por matas de várzeas, onde se observa a ocorrência de espécies como oiticica (*Licania rigida*), juazeiro (*Zizyphus joazeiro*), ingá bravo (*Lonchocarpus sericeus*) e mulungu (*Erythrina velutina*), além de capeamentos gramíneo/herbáceos, arbustos e trepadeiras. A mata ciliar do riacho Feijão apresenta-se descaracterizada, estando substituída em diversos pontos por campos capeamentos gramíneo/herbáceos e capoeiras de caatinga, sendo observado um aumento progressivo das áreas antropizadas nos trechos onde o vale apresenta-se mais largo.

6.3.2 - Fauna

A semi-aridez vigente na região da bacia hidráulica do reservatório, aliada aos constantes desmatamentos e caça predatória vem contribuindo para que a fauna local se apresente pobre em espécies e com baixo grau de endemismo.

Dentre os mamíferos, as espécies remanescentes apresentam, geralmente, pequeno porte e são reprodutivamente prolíficos, apresentando em geral hábitos noturnos. Aparecem como representantes desta classe: raposa, preá, peba e guaxinim, entre outros. Com relação aos répteis, aparecem com certa abundância cobras, camaleões, tejos e tijubinas, com destaque para as cobras venenosas, dentre as quais a jararaca e a cascavel.

As aves apresentam-se bastante diversificadas na área, muito embora sejam alvo predileto dos caçadores. Na área em pauta as espécies abundantes são anuns, rolinhas, nambus, tetéus, caborés, etc. As espécies extintas ou ameaçadas de extinção são periquito, seriema, sabiá, etc.

Quanto aos insetos, encontra-se na região pragas nocivas à agricultura como o bicudo do algodoeiro, gafanhotos, formigas de roça e lagartas, bem como espécies transmissoras de doenças (barbeiros, muriçocas e baratas). Os aracnídeos encontram-se representados pelas aranhas, escorpiões e lacraias, tendo como habitat preferencial, a caatinga.

A ictiofauna dos rios da região é pobre e altamente adaptada à ecologia regional. As espécies nativas mais comuns são: traíra, curimatã comum, cangati, cará, piaba e piau comum. Algumas espécies de peixes (curimatã, piau, piaba) descem e sobem o rio "mãe" na época da desova, fenômeno conhecido como piracema. Quanto às espécies piscícolas predadoras, foi constatada a presença de piranhas e pirambebas na Bacia do Pirangi, importadas da Bacia do Jaguaribe via Canal do Trabalhador.

6.3.3 - Unidades de Conservação

As áreas previstas para implantação das obras, bem como a bacia hidráulica da Barragem Feijão não interferem com territórios de unidades de conservação, nem tão pouco irão resultar em pressão antrópica sobre estas áreas.

Com efeito, a bacia hidrográfica do rio Pirangi não conta com unidades de conservação posicionadas em seu território, estando as unidades de conservação situadas mais próximo da área do barramento representadas pela Estação Ecológica do Castanhão e pela APA da Lagoa de Uruaú. Estas unidades de conservação distam cerca de 85,0 e 80,0 km da área da bacia hidráulica da Barragem Feijão, respectivamente, estando a primeira situada na região da Serra da Micaela, nos municípios de Jaguaribara e Alto Santo, na Sub-bacia do Médio Jaguaribe, enquanto que a segunda localiza-se na região litorânea, no município de Beberibe, na bacia homônima.

6.4 - MEIO ANTRÓPICO

6.4.1 - Área de influência Funcional

6.4.1.1 - Aspectos Demográficos

Compõe a área de influência funcional do empreendimento, o município de Morada Nova situado na porção centro leste do Estado do Ceará, na Microrregião Baixo Jaguaribe, ocupando uma área de 2.796,6 km². De acordo com o IBGE, em 2000, a população total do município era constituída por 64.394 habitantes. Nesse ano, a taxa de urbanização atingiu um percentual de 52,6%.

A carga demográfica calculada para o município foi de 23,13 hab/ km² bem inferior à densidade demográfica constatada para o Estado (50,77 hab/ km²). No que se refere à análise da estrutura populacional por sexo observou-se uma dominância do sexo masculino sobre o feminino, com 50,7% contra 49,3%.

A taxa anual de crescimento da população total verificada no período intercensitário de 1996/2000, demonstrou crescimento de 1,60% ao ano. Nesse período, a população urbana apresentou um crescimento significativo, com taxa de 2,88%, enquanto a população rural permaneceu estagnada com uma taxa de crescimento de 0,28% ao ano.

A estrutura etária da população revela a predominância da população jovem, traço comum na região Nordeste e no Estado. Tal fato é confirmado pelas estatísticas, visto que 46,3% da população total do município é composta por pessoas com idade inferior a 20 anos de idade. A população em idade adulta (20-59 anos), equipara-se à população jovem, correspondendo a 44,2% da população total. Com uma participação bem inferior, 9,5% do contingente populacional, aparecem os maiores de 60 anos.

Com relação à distribuição de renda, os dados do IBGE (2000) indicam que 85,6% das pessoas responsáveis pelos domicílios recebe mensalmente rendimentos menores que dois salários mínimos, comprovando o baixo padrão de vida da população.

A taxa de analfabetismo atinge um percentual de 32,0% de analfabetos e semianalfabetos entre o total de pessoas maiores de dez anos de idade, índice superior ao registrado para o Estado (24,7%).

Constitui outro importante parâmetro para análise da qualidade de vida e o progresso humano de populações, o Índice de Desenvolvimento Humano, que leva em conta para o seu cálculo, além do PIB "per capita", variáveis como expectativa de vida, longevidade e nível educacional. Para o município de Morada Nova o IDH-M em 1991, atingiu 0,431, índice considerado baixo se comparado ao IDH-M do Estado (0,517).

6.4.1.2 - Infra-estrutura Física e Social

a) Setor Educacional

O setor educacional do município dispõe de dois níveis regulares de ensino (educação infantil e fundamental). Os estabelecimentos de ensino somavam, em 1999, um total de 219 escolas, das quais 89,9% pertencem à administração municipal.

O número de alunos matriculados nestes estabelecimentos, no período letivo de 1999, atingiu 23.888 alunos. O maior número de alunos foi matriculado no ensino fundamental (79,5%). O corpo docente que ministra aula aos ensinos de educação infantil e fundamental perfaz um total de 694 professores, enquanto que o ensino médio conta com 69 professores.

A taxa de evasão do ensino fundamental corresponde a 14,81%. A taxa de repetência nesse nível de ensino atinge 15,39%.

b) Setor Saúde

Os serviços de atendimento médico-hospitalar no município estão abaixo das reais necessidades da comunidade, conforme acontece na maior parte das cidades nordestinas. Em 1998, o número de unidades de saúde ligadas ao SUS – Sistema Único de Saúde correspondia a nove. O município dispunha apenas de um hospital com 94 leitos. Nesse mesmo ano estava disponibilizada uma equipe de 370 profissionais de saúde, destes 13,8% eram médicos, 6,2% enfermeiros e 32,2% agentes comunitários de saúde.

No ano de 1998, 119 agentes comunitários de saúde atuavam no Programa de Saúde da Família, estratégia governamental que visa melhorar o estado de saúde e a qualidade de vida da população. No município de Morada Nova foram acompanhadas pelo PSF o total de 14.135 famílias, perfazendo uma população assistida de 62.335 pessoas.

A Taxa de Mortalidade Infantil, definida como o número de óbitos até um ano de idade entre 1.000 nascidos vivos, apresenta valor pouco satisfatório no município de Morada Nova Pinheiro, tendo sido registrado uma taxa de 43,86‰ em 1999, maior que a taxa observada para o Estado do Ceará como um todo (34,96‰).

Tendo em vista que a qualidade de vida começa na infância, refletindo sobremaneira na qualidade de vida da família e do futuro adulto, alguns indicadores se mostram importantes como o índice de crianças mamando, vacinação, subnutrição e peso ao nascer. No município de Morada Nova, em 1999, foi constatado dentre as crianças acompanhadas pelo Programa de Saúde da Família, um percentual de 50,0% de crianças até quatro meses de idade só mamando, ainda longe do ideal de 100,0% de mães amamentando. Dentre as crianças de 0 a 11 meses de idade, 86,0% estavam com as vacinas em dia e 8,0% encontravam-se subnutridas, este último percentual se eleva quando se trata da faixa etária de 12

a 23 meses, atingindo 16,0% de crianças subnutridas. O índice de crianças propensas a adoecerem ou morrerem em virtude do baixo peso ao nascer ser inferior a 2,5 kg chegou a 7,0%.

Em relação à ocorrência de doenças de veiculação hídrica, parâmetro diretamente relacionado às condições sanitária vigentes em uma comunidade, no ano de 1999 foram confirmados no município 29 casos de hepatite viral. Quanto às diarreias, no ano de 1997 foram registrados no município 3.770 casos. Embora seja considerado área indene, quanto a transmissão de esquistossomose, o município de Morada Nova tem o controle desta doença monitorado pela Secretaria de Saúde Estadual, dado a presença do Perímetro de Irrigação de Morada Nova no seu território.

c) Setores de Comunicação e Transportes

No caso específico da telefonia, existiam, até junho de 2001, 1.850 terminais telefônicos instalados no município de Morada Nova. A entidade mantedora dos serviços telefônicos é a TELEMAR. A ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, mantinha em 1998, uma agência de correios e onze postos de correios na sede municipal.

O setor de transportes é constituído por rodovias estaduais e municipais, sendo a malha rodoviária estadual composta pelas CE-265, que liga Morada Nova a BR-116 (triângulo de Limoeiro) e a Quixadá, a CE-138 que interliga Morada Nova ao triângulo de Cristais na BR-116 e a CE-371, que permite o acesso a Jaguaratama, todas asfaltadas. As estradas municipais que permitem o acesso às localidades e fazendas mostram-se em situação física precária na estação chuvosa.

O acesso aéreo é permitido pelo campo de pouso existente no município de Morada Nova.

d) Energia Elétrica e Saneamento Básico

Em 1998, existiam no município um total de 12.637 ligações de energia elétrica nas diversas classes de consumo, predominando a classe residencial, com 63,1% das ligações. Na zona rural, eram atendidos 3.646 consumidores (28,8% do total). O consumo total de energia atingiu no referido ano, 30.126 Mwh, sendo a maior taxa de consumo alcançada pelo setor rural (35,6% do consumo total). O fornecimento de energia elétrica se encontra a cargo da COELCE – Companhia de Eletrificação do Ceará.

O sistema de abastecimento d'água, atualmente operado pela CAGECE – Companhia de Água e Esgoto do Ceará, tem como fonte hídrica o rio Banabuiú, apresentando um índice de cobertura de 89,5%. Os povoados de Boa Água e Nova Vida, que serão beneficiados com fornecimento d'água regularizado, são abastecidos atualmente por pequenos açudes que secam frequentemente, fornecendo água de péssima qualidade.

Segundo dados do IBGE, em 2000, 35,4% dos domicílios do município eram desprovidos de rede geral de abastecimento de água, enquanto 54,7% contava com esse tipo de benefício. O percentual restante (9,9% dos domicílios) se utilizava de poços como fonte de abastecimento d'água.

Quanto ao sistema de esgotamento sanitário, o município de Morada Nova apresentava, em 2000, 67,6% dos domicílios atendidos com fossas sépticas e/ou rudimentares como escoadouro dos efluentes sanitários, enquanto 32,4% dos domicílios não dispunha de instalações sanitárias.

Com relação ao destino final do lixo, em 2000, segundo o IBGE, 36,3% dos domicílios do município eram atendidos pela coleta pública, sendo predominante o percentual de domicílios que lançava o lixo em terrenos baldios ou destinavam o lixo à queima e/ou enterrio, entre outros (63,7%).

6.4.1.3- Atividades Econômicas

a) Setor Primário

De acordo com o IBGE, em 1996, a atividade agropecuária predominante no município era a agricultura, participando com cerca de 52,3% do valor bruto da produção do setor. Com relação à área colhida, dados do IPLANCE de 1999, apontam as culturas do feijão, caju e arroz como as mais representativas, com respectivamente, 6.850 ha, 3.965 ha e 2.106 ha colhidos. Quanto ao valor da produção, a cultura mais representativa era o arroz, vindo em seguida o feijão.

O município de Morada Nova conta com o Perímetro de Irrigação de Morada Nova em seu território, o qual abrange também terras do município de Limoeiro do Norte, tendo como fonte hídrica o rio Banabuiú, perenizado pelo açude Arrojado Lisboa. Possui uma área total de 10.849 ha, sendo 2.939 ha irrigados por gravidade e o restante da área destinada a agricultura de sequeiro e a pecuária extensiva de baixo padrão tecnológico.

A pecuária do município apresentava como efetivo de principal retorno econômico, em 1997, o rebanho bovino (49.896 cabeças). Quanto aos efetivos de pequeno e médio porte, destaca-se o plantel avícola com 79.063 cabeças, ovino (45.165 cabeças), caprino (14.538 cabeças) e suíno (12.055 cabeças). Geralmente, boa parte dos efetivos de pequeno e médio porte são destinados à subsistência dos produtores.

b) Setores Secundário e Terciário

O setor industrial do município de Morada Nova dispunha, em 1998, de 68 estabelecimentos cadastrados, dos quais 95,6% pertencem ao ramo de indústrias de transformação, merecendo destaque os ramos de Mobiliário com 17 estabelecimentos e o de Produtos Alimentares com 15 fábricas. Além destes, destacam-se, também, os ramos de Madeira (9 indústrias), Produtos Minerais Não Metálicos com seis estabelecimentos e Confecções com 5 fábricas.

Quanto ao setor terciário, foram cadastrados em 1998, 600 estabelecimentos comerciais ativos, sendo 61,5% destes pertencentes ao ramo de Produtos de Gêneros Alimentícios e 13,3% ao ramo de Vestuário, Artefatos de Tecidos, Calçados e Miudeza. O sub-setor Serviços, por sua vez, conta com 25 estabelecimentos, com destaque para os serviços de transportes com 9 estabelecimentos.

6.4.1.4 - Estrutura Fundiária

A estrutura fundiária vigente no município revela de imediato, a grande concentração fundiária típica da região Nordeste, onde a pequena e a média propriedade prevalecem em número sobre a grande propriedade ocupando, entretanto, um baixo percentual da área total.

Em 1999, conforme dados do IPLANCE, as pequenas propriedades classificadas como minifúndio chegavam a representar 62,9% do número total de propriedades ocupando apenas 20,4% da área total dos imóveis. Por outro lado, as médias e grandes propriedades, representando apenas 7,1% do total dos imóveis rurais, ocupavam 45,2% da área total das propriedades rurais.

6.4.2 - Área de Influência Física

6.4.2.1 - Generalidades

Foram efetuados levantamentos expeditos de campo na área da bacia hidráulica da Barragem Feijão, em meados de 2002, por equipe do Consórcio ANB/HIDROSTUDIO, os quais procuraram englobar todas as propriedades que serão afetadas com a implantação do reservatório.

Os levantamentos efetuados procuraram obter informações relativas ao número de propriedades a serem desapropriadas e suas respectivas áreas, infra-estruturas de uso público a serem atingidos, populações a serem remanejadas e atividades econômicas a serem paralisadas, entre outros. Apresenta-se a seguir a caracterização da área da bacia hidráulica elaborada com base nos dados levantados em campo.

6.4.2.2 - Estrutura Fundiária

Os levantamentos preliminares de campo efetuados pelo Consórcio ANB/HIDROSTUDIO permitiram identificar que o número de imóveis atingidos pela formação do reservatório será da ordem de 46 imóveis rurais.

A situação fundiária vigente na área da bacia hidráulica da Barragem Feijão caracteriza-se pelo predomínio de pequenas e médias propriedades, com 17,39% dos imóveis apresentando área inferior a 20 ha e 41,3% com área entre 20 e 100ha. Apenas três propriedades contam com áreas superior a 200 ha, respondendo por 25,8% da área dos imóveis aí existentes, enquanto que os imóveis com área entre 100 e 200 ha perfazem 17,39% do total, ocupando 38,84% da área total. Ressalta-se que, oito propriedades não tiveram suas áreas informadas.

6.4.2.3 - População Atingida

Quanto aos aspectos demográficos, a área onde será implantada a Barragem Feijão apresenta, em geral, densidade demográfica significativa, sendo pouco comum a presença de habitações desocupadas.

6.4.2.7 - Patrimônio Cultural, Histórico, Arqueológico e Paleontológico

Não foi constatada na área da bacia hidráulica do futuro reservatório a ocorrência de monumentos históricos, sítios arqueológicos e paleontológicos, ou cavernas e grutas tombados, em processo de tombamento ou apenas identificados preliminarmente pelos órgãos competentes.

Em consulta realizada ao IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – 4ª Coordenação Regional e ao DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral sobre a ocorrência de sítios arqueológicos e paleontológicos na região do estudo, estes órgãos informaram que consta em seus arquivos o registro de sítios arqueológicos (líticos polidos) e paleontológicos no município de Morada Nova.

Além disso, qualquer área escolhida para a implantação de obras hídricas pode ser considerada como de elevado potencial arqueológico e paleontológico. Com efeito, a experiência tem revelado que áreas até 500m das margens das drenagens mais importantes, apresentam alta incidência de artefatos pré-históricos, pois são áreas preferenciais para assentamento de populações dado a boa oferta de água, alimentos e matéria-prima para fabricação de instrumentos líticos. Além disso, os terraços fluviais e aluviões em geral recebem materiais fósseis transportado pelos rios. Assim sendo, deverá ser implementada a realização de estudos mais acurados na área antes do início das obras.

7 - IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

7 - IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

7.1 - METODOLOGIA ADOTADA

O método de avaliação adotado para a análise ambiental do projeto será uma listagem de controle (checklist) escalar. Consiste numa lista de todos os parâmetros e fatores ambientais que podem ser afetados pela implantação e operação do empreendimento, acrescidas da atribuição de uma escala de valores subjetivos aos parâmetros. O referido método atribui valores numéricos ou em forma de símbolos (letras e sinais) para cada fator ambiental, permitindo assim que sua avaliação qualitativa.

Desta forma, os impactos ambientais identificados serão discriminados de modo sistemático na checklist, considerando o seu caráter benéfico ou adverso, à nível dos meios abiótico, biótico e antrópico. Na análise dos impactos serão considerados os critérios de extensão; natureza; horizonte temporal, ou seja, a partir de quanto o impacto passa a ocorrer; reversibilidade; intensidade e duração/periodicidade, sendo adotado os seguintes indicadores:

- **Extensão:** 1- Restrita a área parcial dentro do projeto, 2- Abrange toda a área do projeto, 3- Abrange a área do projeto e atinge parcialmente a área de influência funcional, 4- Abrange a área do projeto e atinge toda a área de influência funcional, 5- Abrange a área de influência funcional do projeto e 6- Abrange parcialmente a área do projeto e a área de influência funcional;
- **Natureza:** D - Direto e I - Indireto
- **Horizonte Temporal:** i - Imediatamente, m - A médio prazo e l - A longo prazo;
- **Reversibilidade:** R - Reversível e Ir - Irreversível;
- **Intensidade:** F - Fraco, M - Médio e Ft - Forte;
- **Duração/Periodicidade:** T - Temporário (Tc - De curta duração, Tm - De média duração e Tl - De longa duração), P - Permanente e C - Cíclico.

Objetivando melhorar a visualização da dominância do caráter dos impactos na checklist, o método adota a prática de colorir de verde os impactos benéficos e de vermelho os adversos. As tonalidades forte, média e clara dessas cores indicam, respectivamente, a importância significativa, moderada ou não significativa do impacto. Complementando a análise empreendida é designada a probabilidade de ocorrência dos impactos como alta, média e baixa.

7.2 - CHECKLIST DE AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS

A checklist de identificação e avaliação dos impactos ambientais concernentes ao Projeto da Barragem Feijão é apresentada no Quadro 7.1. Os impactos foram lançados segundo as etapas do empreendimento (implantação e operação), considerando os meios abiótico, biótico e antrópico. No caso específico da checklist elaborada para o projeto ora em análise os símbolos (letras ou sinais) foram substituídos pela grafia do significado correspondente visando facilitar a compreensão da avaliação empreendida.

QUADRO 7.1
CHECKLIST DE AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

Ação/Impacto	Caráter/Importância	Probabilidade de Ocorrência	Extensão	Natureza	Horizonte Temporal	Duração/Periodicidade	Reversibilidade	Intensidade
A - ETAPA DE IMPLANTAÇÃO								
CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	• Geração de emprego e renda	Alta	5	Direta	Imediatamente	Temporário Média Duração	-	Médio
	• Dinamização da economia da região	Alta	5	Indireta	Imediatamente	Temporário Média Duração	-	Médio
	• Geração de mini-inflação	Baixa	5	Indireta	A Médio Prazo	Temporário Média Duração	Reversível	Fraco
	• Pressão sobre a infra-estrutura dos núcleos urbanos	Baixa	5	Indireta	Imediatamente	Temporário Média Duração	Reversível	Fraco
	• Importação de doenças pelo contingente obreiro	Média	3	Direta	A Médio Prazo	Temporário Média Duração	Reversível	Médio
	• Pressão sobre os serviços do setor saúde	Baixa	5	Indireta	Imediatamente	Temporário Média Duração	Reversível	Fraco
	• Choques culturais entre o contingente obreiro e a população nativa	Média	3	Indireta	Imediatamente	Temporário Média Duração	Reversível	Médio
	• Paralisação de atividades produtivas	Alta	2	Direta	Imediatamente	Permanente	Reversível	Fraco
	• Mercado de trabalho (desemprego e queda do nível da renda)	Baixa	2	Direta	Imediatamente	Temporário de Curta Duração	Reversível	Fraco
	• Geração de tensão social	Baixa	2	Indireta	Imediatamente	Temporário de Média Duração	Reversível	Médio
DESAPROPRIAÇÕES	• Relocação População (cabalos ou ruptura de relações familiares e sociais)	Média	2	Indireta	Imediatamente	Temporário de Curta Duração	Reversível	Fraco
	• Aumento da demanda por bens de consumo	Alta	5	Indireta	Imediatamente	Temporário de Curta Duração	-	Médio
	• Perdas pontuais de solos agricultáveis	Alta	1	Direta	Imediatamente	Permanente	Irreversível	Fraco
	• Instabilidade das taludes das cavas de jazidas de materiais ferrosos e granulares	Alta	1	Indireta	Imediatamente	Temporário Curta Duração	Reversível	Médio
	• Alterações da morfologia do terreno nas áreas de empréstimo (formação de crateras)	Alta	1	Direta	Imediatamente	Permanente	Reversível	Forte
RECURSOS DAS OBRAS E EXPLORAÇÃO DAS ÁREAS DE EMPRÉSTIMOS	• Geração de poeira em larga escala	Alta	6	Direta	Imediatamente	Permanente	Reversível	Médio
	• Poluição sonora (uso de explosivos)	Alta	6	Direta	Imediatamente	Temporário Média Duração	Irreversível	Forte
	• Riscos de acidentes com o contingente obreiro (usos de explosivos e solapamento de taludes, etc.)	Média	1	Direta	Imediatamente	Temporário Média Duração	Reversível	Médio
	• Riscos de acidentes com a população periférica (atropelamentos)	Média	4	Direta	Imediatamente	Temporário Média Duração	Reversível	Médio
	• Riscos de dissipação do patrimônio arqueológico e paleontológico	Média	2	Direta	Imediatamente	Temporário Média Duração	Reversível	Médio
	• Pressão sobre a infra-estrutura do setor saúde	Baixa	5	Indireta	Imediatamente	Temporário Média Duração	Reversível	Fraco
	• Dinamização do setor terciário local	Média	6	Indireta	Imediatamente	Temporário Média Duração	-	Médio

QUADRO 7.1
CHECKLIST DE AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS (CONT.)

Ação/Impacto	Caráter/ Importância	Probabilidade de Ocorrência	Extensão	Natureza	Horizonte Temporal	Duração/Periodicidade	Reversibilidade	Intensidade	
DESMATAMENTO E LIMPEZA DA ÁREA DA BACIA HIDRÁULICA	<ul style="list-style-type: none"> Alta 	Alta	2	Direta	Imediatamente	Permanente	Irreversível	Médio	
									• Erradicação da cobertura vegetal na área da bacia hidráulica
									• Geração de poeira, ruídos e fumaça
									• Êxodo da fauna terrestre e atada
									• Redução da biodiversidade da fauna
									• Saúde da população e do contingente abeiro (acidentes com animais peçonhentos)
									• Desencadeamento de processos erosivos
									• Assoreamento e turbidez dos cursos d'água
									• Infra-estrutura de uso público atingida
									• Redução da recarga dos aquíferos
DESMATAMENTO E LIMPEZA DA ÁREA DA BACIA HIDRÁULICA	<ul style="list-style-type: none"> Alta 	Alta	2	Indireta	Imediatamente	Permanente	-	Forte	
									• Preservação da qualidade da água represada
									• Perda do emprego e renda
									• Desaquecimento da economia local
									• Geração de tensão social
									• Submersão de solos agricultáveis
									• Riscos de salinização da água represada
									• Redução do incremento dos sedimentos nas planícies aluviais
									• Riscos de desencadeamento de processos erosivos a jusante do reservatório
									• Aumento na disponibilidade de recursos hídricos superficiais
FORMAÇÃO DO RESERVATÓRIO	<ul style="list-style-type: none"> Alta 	Alta	2	Direta	Imediatamente	Permanente	Irreversível	Forte	
									• Riscos de poluição da água represada por efluentes sanitários e industriais
									• Riscos de poluição da água represada por agrotóxicos
									• Riscos de sísmica induzida
									• Interferência com outros usos da água a jusante
									• Interrupção do fenômeno da piracema
									• Criação de habitat para fauna aquática
									• Riscos de salinização da água represada
									• Redução do incremento dos sedimentos nas planícies aluviais
									• Riscos de desencadeamento de processos erosivos a jusante do reservatório
• Aumento na disponibilidade de recursos hídricos superficiais									
• Riscos de poluição da água represada por efluentes sanitários e industriais									
• Riscos de poluição da água represada por agrotóxicos									
• Riscos de sísmica induzida									
• Interferência com outros usos da água a jusante									
• Interrupção do fenômeno da piracema									
• Criação de habitat para fauna aquática									

QUADRO 7.1
CHECKLIST DE AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS (CONT.)

Ação/Impacto	Caráter/ Importância	Probabilidade de ocorrência	Extensão	Natureza	Horizonte Temporal	Duração/Periodicidade	Reversibilidade	Intensidade
B - ETAPA DE OPERAÇÃO								
• Abastecimento urbano		Alta	5	Direta	A Médio Prazo	Temporário Longa Duração	-	Forte
• Incrementos à poluição hídrica (efluentes sanitários)		Alta	5	Indireta	Imediatamente	Temporário Longa Duração	Reversível	Médio
• Melhoria nos padrões de saúde da população		Alta	5	Indireta	Imediatamente	Temporário Longa Duração	-	Médio
• Redução da pressão sobre a infra-estrutura do setor saúde		Baixa	5	Indireta	Imediatamente	Temporário Longa Duração	-	Médio
• Perenização do riacho Feijão		Alta	5	Indireta	A Médio Prazo	Permanente	-	Forte
• Abastecimento humano difuso (população rural)		Alta	5	Direta	Imediatamente	Permanente	-	Fraco
• Desenvolvimento Hidroagrícola (irrigação difusa)		Alta	5	Direta	A Médio Prazo	Permanente	-	Médio
• Incremento à poluição hídrica (agrotóxicos)		Alta	5	Indireta	A Médio Prazo	Permanente	Reversível	Médio
• Uso desordenado da água represada		Média	5	Indireta	Imediatamente	Permanente	Reversível	Médio
• Renovação da água represada na Barragem Feijão		Alta	5	Indireta	Imediatamente	Cíclico	-	Médio
• Diminuição do êxodo rural e da pressão sobre as grandes e médias cidades		Alta	5	Indireta	A Médio Prazo	Temporário Longa Duração	-	Fraco
• Redução dos problemas sócioeconômicos decorrentes do fenômeno das secas		Alta	5	Indireta	A Médio Prazo	Permanente	-	Fraco
• Piscicultura Extensiva		Alta	2	Direta	A Médio Prazo	Permanente	-	Forte
• Geração de emprego e renda		Alta	6	Indireta	A Médio Prazo	Cíclico	-	Forte
• Dessementação animal		Alta	5	Direta	Imediatamente	Permanente	-	Médio
• Riscos de disseminação de doenças de origem ou de veiculação hídrica		Baixa	3	Direta	Imediatamente	Permanente	Reversível	Fraco

LEGENDA ALFANUMÉRICA: **Extensão** (1 - Restrita a áreas parciais dentro do projeto, 2 - Abrange toda a área do projeto, 3 - Abrange a área do projeto e atinge parcialmente a área de influência, 4 - Abrange a área do projeto e toda a área de influência, 5 - Abrange a área de influência, 6 - Abrange parcialmente a área do projeto e a área de influência).

LEGENDA DE CORES:

Benéfico

de importância significativa

de importância moderada

de importância não significativa

Adverso

de importância significativa

de importância moderada

de importância não significativa

7.3 - DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS IDENTIFICADOS

7.3.1 - Impactos sobre o Meio Abiótico

Durante a implantação do empreendimento os impactos adversos incidentes sobre o meio abiótico da área das obras civis decorrem, principalmente, dos desmatamentos localizados e dos cortes, aterros e escavações requeridos durante a construção das obras e explorações das áreas de empréstimos. Haverá emissão em larga escala de poeiras e poluição acústica prejudicando temporariamente a qualidade do ar, além de pequenos abalos sísmicos provocados pelas detonações de explosivos durante a exploração da pedreira e as escavações requeridas na fundação e para construção do vertedouro.

Haverá perdas pontuais da qualidade dos solos decorrentes do desencadeamento de processos erosivos, resultando no carreamento superficial de sólidos para os cursos d'água periféricos. Consequentemente, haverá contribuições ao assoreamento dos leitos fluviais dos referidos cursos d'água e um aumento dos níveis de turbidez das águas.

Com o desmatamento da área da bacia hidráulica do reservatório (817 ha), haverá uma redução das taxas de infiltrações das águas pluviais, principalmente nas áreas com permeabilidade do solo baixa, com reflexos negativos sobre a recarga dos aquíferos. As condições climáticas da área serão alteradas ocorrendo uma pequena elevação da temperatura, ao nível de microclima, devido à erradicação da vegetação, visto que a bacia hidráulica apresenta uma parte de sua área com cobertura vegetal relativamente preservada. Em contrapartida, o desmatamento objetiva a preservação da qualidade da água represada, uma vez que evita a sua eutrofização pelo apodrecimento da vegetação que seria submersa.

As degradações impostas pela remoção da infra-estrutura existente na área da bacia hidráulica (poeira, ruídos, erosão dos solos e assoreamento dos cursos d'água) não serão muito significativas, estando restritas a áreas pontuais, uma vez que serão atingidas 108 habitações na área da bacia hidráulica, as quais encontram-se dispersas pelas propriedades rurais.

Durante a exploração das jazidas de empréstimos haverá retirada da camada de solo fértil e exposição das áreas exploradas a ação de agentes erosivos, com risco de instabilidade dos taludes laterais das cavas das jazidas de material terroso e do areal. Consequentemente, haverá carreamento de sedimentos para os cursos d'água periféricos produzindo turbidez e assoreamento, além de redução da infiltração das águas pluviais diminuindo a recarga dos aquíferos. A poeira e os ruídos gerados serão decorrentes dos desmatamentos pontuais, dos movimentos de terra, do intenso tráfego de máquinas e veículos, das operações da usina de concreto e da central de britagem, e do uso de explosivo na escavação do vertedouro e na exploração da pedreira.

Quanto à ocorrência de patrimônio paleontológico nas áreas das obras, os levantamentos de campo, desenvolvidos em caráter preliminar, não detectaram nenhuma evidência da presença de sítios paleontológicos na área do empreendimento. Entretanto, como há registros nos arquivos do DNPM de

evidências paleontológicas no território do município de Morada Nova e como os terraços fluviais e aluviões recebem material fóssil transportado pelos rios, pode-se afirmar que toda área escolhida para a implantação de obras hidráulicas apresenta elevado potencial paleontológico, razão pela qual os órgãos competentes exigem o desenvolvimento de estudos mais acurados antes do início das obras.

Quanto à submersão de grandes extensões de solos agricultáveis, pode-se afirmar que cerca de 85,0% dos solos existentes na área da bacia hidráulica do reservatório apresentam limitações ao desenvolvimento hidroagrícola. Apresentam como restrições ao uso agrícola a pedregosidade e/ou rochosidade superficial, a pouca profundidade efetiva e a susceptibilidade a erosão, no caso dos Litólicos. Já os Planossolos Solódicos e os Solonetz Solodizados apresentam elevados teores de sódio nos horizontes subsuperficiais e problemas de encharcamento/ fendilhamento. Os Solos Aluviais que apresentam potencial agrícola médio a elevado, por sua vez, sofrem riscos de inundações periódicas.

Merece ressalva, no entanto, o fato da Barragem Feijão contar com a presença de solos com elevados teores de sódio nos horizontes subsuperficiais (Planossolos Solódicos e Solonetz Solodizados) na própria bacia hidráulica e na sua bacia de contribuição, sendo considerados médios os riscos de salinização das águas aí represadas, apesar do reservatório apresentar tempo de detenção baixo (03 anos). Assim sendo, esta questão precisa ser considerada na operação do reservatório.

O meio abiótico sofrerá, ainda, a redução temporária do escoamento natural do riacho Feijão durante a época chuvosa por ocasião da construção das obras; alterações no nível do lençol freático nas áreas de entorno do reservatório com a formação do lago, e redução do incremento anual de sedimentos nas planícies de inundação das áreas de jusante, que não terão os nutrientes dos solos renovados naturalmente.

Haverá, ainda, a possibilidade de desencadeamento de processos erosivos a jusante do reservatório, uma vez que a retenção de sedimentos pelo barramento liberará para jusante uma água limpa com elevado potencial erosivo, entretanto está não deverá ser significativa, já que o riacho neste trecho apresenta uma planície fluvial não muito larga, não havendo riscos de deslocamento do talvegue do riacho e conseqüente formação de meandros.

Com o início da operação do reservatório haverá, também, aumento na disponibilidade de recursos hídricos superficiais na bacia do riacho Feijão permitida pela sua perenização e pela própria presença do reservatório, possibilitando o abastecimento d'água da população ribeirinha de jusante, bem como das comunidades de Boa Água e Nova Vida, beneficiando no horizonte do projeto uma população urbana da ordem de 1.610 habitantes. Haverá, ainda, o desenvolvimento da irrigação difusa nas áreas ribeirinhas de jusante e da piscicultura extensiva no lago a ser formado, além da dessedentação animal.

Ressalta-se ainda que o desenvolvimento da irrigação difusa proporcionado pela implantação do empreendimento ora em análise, certamente resultará num ligeiro aumento no consumo de agrotóxicos, havendo riscos de poluição hídrica principalmente nas imediações das áreas irrigadas. Tal impacto, no

entanto, pode ser revertido com a difusão através de um programa de educação ambiental de regras sobre o uso e manejo correto de agrotóxicos junto aos produtores rurais.

O fornecimento de uma vazão regularizada para o suprimento da demanda humana urbana, por sua vez, implicará em incrementos na poluição hídrica associados ao lançamento de efluentes sanitários "in natura" a céu aberto ou a sua canalização para os cursos d'água, o que pode ser contornado com a implementação de um sistema de esgotamento sanitário nos povoados contemplados com sistemas de abastecimento d'água (Boa Água e Vida Nova).

Os riscos de poluição das águas represadas por efluentes sanitários provenientes de núcleos urbanos posicionados a retaguarda da Barragem Feijão, podem ser considerados praticamente nulos, já que não se constata a presença de cidades de médio e grande porte na sua bacia de contribuição

Quanto à possibilidade de interferência hidrológica com outros reservatórios, a Barragem Feijão localiza-se numa bacia onde não existem grandes reservatórios a montante, nem a jusante, ou seja, não recebe aflúncias significativas de vertimentos a montante e os seus próprios vertimentos não podem ser armazenados a jusante.

Quanto aos riscos de sismicidade induzida estes são considerados pouco significativos, visto que os eventos sísmicos registrados na área de influência do barragem são de magnitude baixa a moderada e que a carga hidráulica associada ao reservatório é baixa, com valores máximos de 13,0 m e médios de 6,0 m.

7.3.2 - Impactos sobre o Meio Biótico

Os impactos negativos sobre o meio biótico ocorrerão logo após a desapropriação dos imóveis, pois haverá incentivo ao aumento da exploração extrativa vegetal, com o intuito de obtenção de benefícios em termos de renda. Tal atividade impactará negativamente a flora e provocará pequena evasão da fauna para as áreas circunvizinhas. Na instalação do canteiro de obras os desmatamentos requeridos atingirão pequena monta e estarão restritos a uma área pontual, incorrendo em danos a flora e degradação do habitat da fauna, só que, também, numa escala relativamente reduzida.

Assim sendo, o impacto mais significativo que incide sobre o meio biótico decorre do desmatamento da área da bacia hidráulica do reservatório. Devido à erradicação extensiva da cobertura vegetal haverá perda do patrimônio florístico e genético da flora e destruição do habitat da fauna terrestre e da avifauna, o que pode resultar em extinção de algumas espécies nativas, alterando a composição da fauna. Ressalta-se que na área da bacia hidráulica da Barragem Feijão a fisionomia da vegetação apresenta-se variável, observando-se um predomínio da caatinga arbustiva densa, alternando-se com cultivos agrícolas e áreas com capeamentos gramíneo/herbáceos e capoeira de caatinga de baixo porte. As matas ciliares encontram-se degradadas em diversos trechos ao longo do riacho Feijão, apresentando a cobertura vegetal original substituída por áreas antropizadas compostas por plantios agrícolas e herbáceas. Nos demais eixos de drenagem as matas ciliares apresentam-se relativamente preservadas.

A área a ser desmatada abrange cerca de 817 ha. A fauna apresenta-se pouco representativa, sendo composta basicamente por pequenos mamíferos, aves e répteis, os quais apresentam-se pouco diversificados, sendo os insetos o grupo faunístico com maior significância na área.

Não foi constatada a ocorrência de endemismo na composição da vegetação ou da fauna, e as áreas previstas para as obras, bem como a bacia hidráulica do reservatório não estão localizadas em território de unidades de conservação, nem irão resultar em pressão antrópica sobre estas áreas. Com efeito, as unidades de conservação situadas mais próximo da área do barramento, são representadas pela Estação Ecológica do Castanhão e pela APA da Lagoa do Uruaú. Estas unidades de conservação distam cerca de 85,0 e 80,0 km da área da bacia hidráulica da Barragem Feijão, respectivamente, estando a primeira situada na região da Serra da Micaela, nos municípios de Jaguaribara e Alto Santo, na Sub-bacia do Médio Jaguaribe, enquanto que a segunda localiza-se na região litorânea, no município de Beberibe, na bacia homônima.

A fauna expulsa da área do projeto pela operação de desmatamento migrará para a região periférica passando a competir com a fauna aí existente em termos territoriais e alimentares. Haverá êxodo de animais peçonhentos e o afastamento de algumas espécies de pássaros provocará o incremento nas populações de insetos, inclusive os vetores de moléstias e os predadores da agricultura. A turbidez gerada pelo carreamento de sólidos para o leito dos cursos d'água perturbará os hábitos da ictiofauna.

Durante a implantação das obras os impactos incidentes sobre o bioma decorrem principalmente dos cortes, aterros e escavações necessários e da exploração de jazidas de empréstimo. Os principais danos decorrentes destas atividades serão a perda do patrimônio florístico e expulsão da fauna, a exemplo do que foi descrito anteriormente, só que numa escala relativamente inferior.

A construção de estradas de serviços cortando os caminhos preferenciais da fauna terrestre, irá expô-la, bem como as aves ao contato humano, incentivando a prática da caça predatória e aumentando os riscos de atropelamentos. Além disso, a fauna terá seus hábitos alterados devido a grande movimentação de máquinas e veículos pesados e ao uso de explosivos durante as escavações requeridas na fundação, na construção do vertedouro e na exploração da pedreira, dado os elevados níveis de ruídos gerados.

A interrupção temporária do fluxo d'água na calha do riacho Feijão, durante a implantação das obras prejudicará a ictiofauna. Além disso, a presença física do barramento provocará a interrupção do fenômeno da piracema (migração dos peixes para as cabeceiras dos rios no período de desova), com extinção de algumas espécies.

Em contrapartida, com a formação do reservatório será criado um habitat permanente para a fauna aquática, muito embora algumas espécies não se adaptem a alteração do regime hídrico de lótico para lêntico. Além disso, o fornecimento de vazão regularizada para a área de jusante permitirá a renovação periódica das águas represadas na Barragem Feijão, preservando a sua qualidade e beneficiando de forma indireta o bioma aquático.

7.3.3 - Impactos sobre o Meio Antrópico

Durante a execução da pesquisa de campo, houve a difusão da notícia de que seria construído na região um reservatório para abastecimento das comunidades de Boa Água e Nova Vida, bem como para o suprimento da população ribeirinha de jusante e para a dessedentação animal. Tal notícia impactou de forma benéfica à população que tinha como anseio poder contar com uma fonte hídrica permanente suprimindo a carência hídrica da região. Observou-se também um certo receio de não receber indenizações justas e em tempo hábil.

Quanto à desapropriação de terras e conseqüente mobilização de um contingente populacional para fora da área. No caso do projeto ora em pauta, estes efeitos serão significativos, uma vez que resultará na relocação de 428 pessoas distribuídas em 102 famílias. Ressalta-se, no entanto, que uma parcela desta população poderá continuar residindo em áreas remanescentes das propriedades que serão apenas parcialmente atingidas. Com efeito, os 38 imóveis (exceto os 8 imóveis que não tiveram suas áreas informadas) que terão suas áreas total ou parcialmente submersas pelo reservatório, perfazem uma área total de 3.028,2ha. Como a área da bacia hidráulica da Barragem Feijão perfaz apenas 817 ha, pode-se afirmar que algumas propriedades contarão com áreas remanescentes.

A SRH ainda não se posicionou quanto à medida a ser adotada para o reassentamento das famílias desalojadas, entretanto tendo em vista que alguns imóveis atingidos terão áreas remanescentes, sugere-se a adoção do sistema de permuta, ou seja, casa por casa nestes casos. Para as famílias que não se enquadrarem nesta situação devem ser estudadas outras soluções, envolvendo o reassentamento em agrovila nas imediações do futuro reservatório, em núcleos urbanos próximos e a compensação monetária, sempre em comum acordo com a preferência do indivíduo atingido.

Haverá abalos ou até mesmo ruptura de relações familiares e sociais e é previsível a geração de tensão social face as incertezas criadas pelo processo desapropriatório, havendo o temor dos valores pagos pelas indenizações não serem compatíveis com os valores dos bens perdidos.

Além disso, o reassentamento da população devido envolver questões emocionais e de ordem cultural, embora seja efetuado dentro das normas técnicas pode não satisfazer as expectativas da população alvo, a qual pode não se adaptar ao novo modo de vida. Desta forma, o índice de indefinições é relativamente alto para o meio antrópico da área da área de influência física do empreendimento.

Quanto às atividades econômicas paralisadas, centradas na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência, estas são pouco significativas, dado à escassez de recursos hídricos na região e ao fato de boa parte dos solos da área apresentarem restrições ao uso agrícola. A infra-estrutura privada abandonada será de pouca monta, estando restrita a habitações, estábulos, currais e cercas. Não haverá desemprego significativo da mão-de-obra, uma vez que uma parcela da população pode continuar explorando o restante de suas terras.

Com relação à infra-estrutura de uso público atingida, esta se encontra restrita a trechos de estradas vicinais que permitem o acesso as propriedades rurais da região, a um posto de saúde e cinco escolas, das quais duas estão desativadas.

Durante a implantação das obras, as cidades de Morada Nova, localizada nas proximidades da área do projeto, terá suas funções econômicas e sociais sensivelmente alteradas pelo início dos trabalhos e, em particular, pelo aparecimento da nova comunidade operária. Dado a proximidade da área do empreendimento deste núcleo urbano, centro polarizador da economia da região, é muito provável que o contingente obreiro exerça um aumento na demanda de bens e serviços neste núcleo urbano, entretanto dado o grande porte apresentado por este, os impactos decorrentes desta ação só serão sentidos em áreas localizadas. Do conjunto de impactos que surgem desse contato, pode-se prever os seguintes:

- Geração de mini-inflação: com a chegada do contingente obreiro, haverá um aumento da demanda por bens e serviços na região. Como a oferta dificilmente irá aumentar na proporção necessária, pode-se prever uma elevação dos preços que, em alguns casos pode chegar a ser bastante significativa. Os principais prejudicados por este processo inflacionário serão os habitantes locais, cujas rendas não acompanham estes aumentos de preços. O contingente obreiro, por sua vez, tem remunerações normalmente superiores à média regional, estando assim mais imunes à carestia. Além disso, em torno do canteiro de obras geralmente surge um setor informal dedicado as atividades terciárias diversas, que interferem na disponibilidade de bens e serviços, aumentando sua oferta e sua demanda como consumidor. Como consequência, este setor tem um papel importante, ainda que dúbio, sobre a geração da mini-inflação regional;
- Provável ocorrência de choques culturais entre os costumes nativos e os dos recém-chegados, com reflexos sobre as relações familiares e sociais;
- Pressão sobre a infra-estrutura existente: o aporte do contingente obreiro gerado pelo empreendimento criará pressão de demanda sobre o conjunto de serviços públicos existentes, dimensionados apenas para o atendimento da população local;
- Mercado de trabalho: dada a sua magnitude, o empreendimento irá interferir no mercado de trabalho da região, através da oferta de um grande número de empregos para mão-de-obra não qualificada (cerca de 150 empregos). A oferta de empregos com salários superiores aos vigentes na região provocará a evasão da mão-de-obra dos setores produtivos tradicionais. Entretanto estes impactos não serão tão relevantes, já que a região conta com um grande contingente de mão-de-obra desempregada, se caracterizando como expulsadora de mão-de-obra;
- Economia regional: haverá também efeitos indiretos da obra sobre a economia regional, tanto devido aos gastos com pagamentos de salários, quanto a aquisição de material de construção, explosivos e gêneros alimentícios para a alimentação dos trabalhadores engajados na obra, entre outros.

A construção de vias de serviços e a manutenção da malha viária existente facilitará o deslocamento e pessoas e o escoamento da produção agrícola, com reflexos positivos sobre a opinião pública. Além disso, o reservatório servirá de hidrovia, facilitando o deslocamento através de um meio de transporte mais econômico.

Os problemas de saúde associados à implantação do empreendimento não constituem, em essência, problemas particularmente diferentes daqueles que atingem uma dada comunidade. No entanto, fatores tais como agrupamentos de operários numa área específica e uma cronologia rígida, que obriga uma sincronização de atividades, marcando o ritmo de todo o processo são responsáveis pela maior incidência de impactos negativos sobre saúde, visto que:

- Há possibilidade de proliferação de doenças trazidas pelo contingente obreiro radicado no canteiro de obras, ou atraído pelas obras e fixado nos núcleos urbanos da região e favorecidas pelas novas condições sanitárias agravadas com o aumento da população;
- O intenso tráfego de máquinas e caminhões pesados aumentará os riscos de acidentes envolvendo a população;
- Riscos de desmoronamentos dos taludes de valas durante as explorações das jazidas de material terroso e areia, dado a estrutura pouco coesa do terreno;
- Riscos de acidentes com explosivos durante a exploração da pedreira e as escavações da fundação e do vertedouro.

Além dos problemas de saúde acima mencionados, durante o desmatamento da bacia hidráulica do reservatório aumentam os riscos de acidentes envolvendo animais peçonhentos, tanto para os trabalhadores engajados nesta atividade, como para a população periférica. Assim sendo, durante a implantação das obras é previsível a ocorrência de pressão sobre a infra-estrutura do setor saúde regional, dimensionado apenas para o atendimento da população nativa.

Haverá ainda transtornos causados ao tráfego de veículos e empecilhos criados ao deslocamento de pedestres, por ocasião da relocação de trechos de estradas vicinais que permitem o acesso a propriedades rurais da região. Tais impactos podem ser contornados com a implementação de desvios temporários de tráfego. Estes trechos devem ser alvo de intensa sinalização, sendo para tanto contactado o órgão competente.

Com a implementação do desmatamento da área das obras é previsto, além da geração de empregos diretos, o surgimento de diversas oportunidades de empregos indiretos através do aproveitamento dos subprodutos dos desmatamentos (lenha, carvoaria, etc.), beneficiando o setor terciário.

A exemplo do que ocorre com o patrimônio paleontológico, os riscos de dilapidação do patrimônio arqueológico também podem ser considerados relevantes, visto que o município de Morada Nova abriga sítios arqueológicos (líticos polidos) no seu território. Além disso, qualquer área escolhida para a

implantação de obras hídricas pode ser considerada como de elevado potencial arqueológico. Com efeito, a experiência tem revelado que áreas até 500m das margens das drenagens mais importantes, apresentam alta incidência de artefatos pré-históricos, pois são áreas preferenciais para assentamento de populações dado a boa oferta de água, alimentos e matéria-prima para fabricação de instrumentos líticos. Assim sendo, deverá ser implementada a realização de estudos mais acurados antes do início das obras, inclusive com a execução de prospecções arqueológicas caso se faça necessário.

Com o término das obras haverá desemprego da mão-de-obra engajada no empreendimento, além do desaquecimento da economia local, com reflexos negativos sobre o nível de renda, o que contribuirá para a geração de tensão social. Os trabalhadores e a população da região devem ser alertados, desde o início da implementação do projeto, sobre o caráter temporário dos empregos ofertados e das atividades desenvolvidas.

Com o início da operação do reservatório, haverá um impulso no desenvolvimento do setor primário da região através do desenvolvimento da irrigação difusa nas áreas ribeirinhas pela iniciativa privada decorrente da perenização do riacho Feijão, o que permitirá ao homem rural auferir rendas superiores às obtidas na agricultura de sequeiro, tendo reflexos positivos sobre a arrecadação tributária.

Haverá, ainda, o desenvolvimento da piscicultura extensiva com o peixamento do reservatório pelo órgão empreendedor e conseqüente formação de colônias de pescadores no lago a ser formado, e a dessedentação animal.

O empreendimento ora em análise garantirá ainda o abastecimento d'água humano das comunidades de Boa Água e Nova Vida beneficiando no horizonte do projeto, uma população urbana da ordem de 1.610 habitantes, além da população ribeirinha de jusante.

O fornecimento d'água regularizado elevará os padrões de higiene da população, além de permitir o consumo de água de boa qualidade. Tudo isso impactará de forma benéfica à saúde da população e conseqüentemente o próprio setor saúde, pois são bastante representativos os números de casos de doenças de veiculação hídrica por ingestão de água contaminada na região.

Com relação à ocupação da mão-de-obra, haverá um aumento na oferta de empregos estáveis, tornando as relações de produção mais humanas e o modo de vida da população mais estruturado, dado o desenvolvimento da irrigação difusa pela iniciativa privada.

A operação e manutenção da infra-estrutura do reservatório demandarão serviços que geram uma oferta adicional de oportunidades de empregos permanentes. O aumento da renda do homem rural, por sua vez, propiciará uma maior demanda de bens e serviços de consumo que dinamizará as atividades econômicas dos centros urbanos próximos. Tudo isso resultará na redução dos problemas sócio-econômicos decorrentes do fenômeno das secas, dado a fixação do homem no campo.

8 - PLANOS DE MEDIDAS MITIGADORAS E/OU COMPENSATÓRIAS

8 - PLANOS DE MEDIDAS MITIGADORAS E/OU COMPENSATÓRIAS

8.1 - GENERALIDADES

O melhor aproveitamento dos impactos benéficos e a mitigação ou a absorção de impactos adversos decorrentes da implementação do empreendimento, somente serão possíveis mediante a adoção de medidas de proteção ambiental preconizadas a seguir. Os planos aqui apresentados compreendem diretrizes gerais, devendo ser posteriormente convertidos em projetos específicos, adequados a realidade local.

Ficará a cargo do empreendedor a elaboração e implementação dos projetos aqui sugeridos, cabendo ao órgão ambiental competente, no caso a SEMACE, supervisionar todas as etapas de implantação dos projetos, assim como auxiliar na orientação dos serviços a serem executados.

8.2 - PLANO DE DESMATAMENTO ZONEADO DA BACIA HIDRÁULICA

O desmatamento zoneado da área a ser inundada objetiva, além do atendimento à legislação vigente, atingir as seguintes metas: limpeza da área da bacia hidráulica, tendo em vista a conservação da água represada; salvamento da fauna e sua condução para locais de refúgio; preservação da faixa de proteção do reservatório definida pela Resolução CONAMA nº 004/85; aproveitamento dos recursos florestais gerados pelo desmatamento; proteção dos trabalhadores e da população circunvizinha contra o ataque de animais, principalmente os peçonhentos.

A Barragem Feijão, ora em análise, deverá inundar uma área de 817 ha, cuja cobertura vegetal encontra-se composta predominantemente por vegetação de caatinga arbustiva densa, enquanto que as áreas de várzeas apresentam em diversos pontos a vegetação nativa substituída por capeamentos gramíneos/herbáceos, capoeiras de caatinga de porte arbustivo e cultivos agrícolas. Cerca de 28,0% da cobertura vegetal da área da bacia hidráulica encontra-se degradada.

Para a concepção do projeto de desmatamento zoneado da área do reservatório deve ser elaborado, a princípio, um diagnóstico florístico e faunístico, visando, não só a identificação e caracterização destes recursos, como a verificação da necessidade de adoção de medidas que minimizem os impactos potenciais incidentes sobre estes, devendo ser executadas as seguintes tarefas: elaboração de perfis representativos de cada fâcie vegetal identificada na área; elaboração de um mapa da composição florística da área da bacia hidráulica e cercanias, identificando as áreas de reservas ecológicas e zonas de refúgio para a fauna; identificação das espécies da fauna, definindo as espécies de maior importância ecológica no que diz respeito aos seus hábitos, fontes de nutrição, migrações e interações com o meio natural; identificação dos locais de pouso e reprodução de aves, de desova dos répteis, além de refúgios e caminhos preferenciais da fauna.

Antes que sejam iniciados os trabalhos de desmatamento, deverão ser estimuladas as atividades de pesquisa florística por entidades científicas e a coleta de material para a formação de um herbário. Em

Fortaleza existem duas instituições científicas que podem ser engajadas nesta atividade, o Herbário Prisco Viana da Universidade Federal do Ceará e o Herbário Afrânio Fernandes da Universidade Estadual do Ceará.

A área a ser desmatada encontra-se delimitada pela cota de máxima inundação (110 m), ou seja, o desmatamento deve ser realizado apenas dentro da bacia hidráulica do reservatório. Ressalta-se, no entanto, que devem ser resguardadas áreas visando criar e posteriormente proteger o habitat paludícola/aquático para a ictiofauna e demais comunidades lacustres.

No caso específico da Barragem Feijão as áreas a serem preservadas estão restritas à faixa de proteção do reservatório, conforme dita a Resolução CONAMA nº 004/85. Assim sendo, deve ser desapropriada pela SRH uma faixa marginal de 100 m, medidos horizontalmente da cota de máxima inundação, a qual será destinada à faixa de proteção do reservatório. Esta área serve de barreira ao aporte de sedimentos e agentes poluentes, bem como de reserva vital à recuperação e/ou melhoria do sistema natural da área de influência do reservatório.

Quanto às técnicas de desmatamento, a área a ser englobada pela bacia hidráulica do reservatório apresenta solos rasos a medianamente profundos, com ocorrência de afloramentos rochosos, relevo suave ondulado a ondulado e densidade vegetacional média a densa nas áreas de matas e capoeiras. Logo, pelas suas características, é possível prever a necessidade da utilização dos métodos manual e mecânico. Nas operações de desmatamento e destoca, através do método mecânico, deverão ser utilizados tratores de esteiras com potência variando de 120 a 150 Hp, equipados com lâminas do tipo frontal reta-S, cujo rendimento aproximado é de 1,0 ha/hora. Nas operações de enleiramento, para que não ocorra o carreamento de terra juntamente com os restolhos, devem ser usados tratores de esteiras equipados com ancinhos enleiradores.

O desmatamento deve ser iniciado a partir do barramento em direção à montante, de forma a possibilitar um espaço de tempo necessário à fuga da ornitofauna e da fauna terrestre de maior mobilidade. Recomenda-se a execução do desmatamento durante o período de estiagem, dado a maior disponibilidade de mão-de-obra na região, principalmente, no caso de adoção do método manual.

À medida que as frentes de serviços forem avançando, deverão ser formados corredores de escape, que permitam a fuga da fauna para áreas de refúgio. Os corredores de escape constituem faixas de vegetação preservadas da ação antrópica, que permitem a interligação entre as áreas a serem desmatadas e as reservas ecológicas, cujas dimensões fixadas devem ser respeitadas, só devendo ser eliminados após a conclusão dos trabalhos de desmatamento nas diversas áreas. A largura dos corredores de escape deve ser de no mínimo 15 m, facilitando assim o livre trânsito da fauna de maior porte e mais arisca. De modo a permitir uma melhor acomodação da fauna, os corredores de escape deverão, também, fazer a interligação entre reservas ecológicas.

A população nativa e os próprios trabalhadores devem ser alertados para o fato dos corredores de escape constituírem áreas proibidas ao trânsito de pessoas, pois os animais acuadaos poderão provocar

acidentes. Além disso, deve ser estabelecida uma fiscalização que proíba a caça durante os trabalhos de desmatamentos.

Os recursos florestais da área contam com espécies de valor econômico e/ou medicinal, além daquelas fornecedoras de madeira e lenha. Com exceção das espécies destinadas a exploração da lenha, as demais espécies apresentam-se esparsamente distribuídas na área a ser desmatada. Para um melhor aproveitamento da madeira devem ser adotadas as seguintes recomendações:

- Concessão de franquia à população para a exploração da lenha e de tipos vegetais úteis à medicina caseira, proporcionando assim um estímulo ao replantio;
- Coordenação dos órgãos públicos envolvidos no sentido de orientar a população quanto às formas de acondicionamento e os melhores usos, segundo os vários tipos de vegetais;
- Acondicionamento de espécies vegetais raras em bancos de germoplasma para posterior replantio na área da faixa de proteção do reservatório.

A quantificação do estoque madeireiro existente na área a ser desmatada deverá ser efetuada através de amostragem aleatória de blocos com dimensões 10 m x 10m, dentro dos quais serão avaliados os seguintes parâmetros: diâmetro da altura do peito (DAP) de cada espécie; DAP médio de cada bloco; altura média (H) de cada espécie e dos blocos; volume médio (V) das árvores de cada bloco; fator de empilhamento (Fe) de cada bloco. Os valores obtidos são importantes para a análise do crescimento vegetal, bem como para a comercialização do estoque madeireiro.

A execução do desmatamento demandará um período de 37 dias, tendo como base o rendimento do método mecânico com 2 tratores de 120 HP (1 ha/hora cada trator), sendo efetivado próximo ao início do enchimento do reservatório. Tal medida deverá ser executada pela Empreiteira, sob a fiscalização da SRH, da SEMACE e do IBAMA. Os custos a serem incorridos com o desmatamento zoneado da área da bacia hidráulica do reservatório já foram previstos pela Projetista, estando inclusos no orçamento das obras da barragem.

8.3 - PLANO DE PROTEÇÃO E MANEJO DA FAUNA

Os impactos incidentes sobre a fauna, dada a erradicação do seu habitat natural durante os trabalhos de desmatamento, podem ser minimizados através de sua transferência para as áreas de reservas ecológicas. A implementação de corredores de escape, durante as operações de desmatamento, permitirá a fuga da fauna que ainda permanecer na área do reservatório para as zonas de refúgio. No entanto, alguns animais que tiverem retornado ao seu antigo habitat, precisarão ser capturados para posterior soltura nas reservas.

O manejo da fauna deverá ser executado por equipe técnica especializada, contratada pelo órgão empreendedor do projeto, podendo ser engajado nesta atividade as seguintes instituições de pesquisa: Núcleo de Ensino e Pesquisa em Ciência (NEPC), Centro de Ciência e Tecnologia (CCT), ambos

vinculados à Iniversidade Estadual do Ceará (UECE), Departamento de Biologia e Laboratório Regional de Ofiologia de Fortaleza (LAROF), pertencentes à Universidade Federal do Ceará.

Na captura, acondicionamento e transporte da fauna devem ser seguidas determinadas normas de acordo com as particularidades de cada espécie animal. Assim sendo, mamíferos, que na região são, em geral, de pequeno e médio porte, com várias espécies arredias, devem ser desentocados com o uso de varas compridas e/ou fumaça, e aprisionados através de redes para posterior acondicionamento em caixas apropriadas.

Parte da entomofauna, aqui representada por vespas e abelhas devem ter seus ninhos transferidos para árvores localizadas nas zonas de refúgio da fauna. Já as aranhas e outros invertebrados deverão ser capturados com pinças e colocados em vidro de boca larga com tampa rosqueada.

Tendo em vista que a época de procriação de uma parcela representativa da ornitofauna coincide com a estação das chuvas, recomenda-se que o desmatamento seja executado durante o período de estiagem, quando ocorrem poucas espécies nidificando, evitando-se assim a destruição de ninhos e ovos. Os métodos de captura mais aconselhados para pássaros são alçapão com chamariz e a rede de neblina com quatro bolsas, sendo o tranporte feito em sacos de algodão.

Quanto aos répteis, as serpentes deverão ser capturadas com o uso de laço ou de ganchos apropriados e acondicionadas em caixas especiais. As serpentes capturadas deverão ser enviadas vivas para o LAROF. Pequenos lagartos e anfíbios deverão ser coletados com as mãos e transportados em sacos de pano.

As caixas destinadas ao acondicionamento e transporte de animais, deverão oferecer segurança contra fuga e traumatismo, ventilação adequada e facilidade de transporte. Deve-se evitar a ocorrência de superlotação, sob a pena de acelerar o processo de "stress" dos animais, bem como a colocação de animais com incompatibilidade inter/intra-específica (predador x presa) numa mesma caixa.

Os animais seriamente debilitados e que tenham comprometida a sua sobrevivência, e os que, porventura, morrerem durante a operação de desmatamento ou resgate deverão ser enviados vivos ou mortos para instituições de pesquisa em Fortaleza, onde serão incorporados à coleções científicas, tornando-se registros da fauna da região.

Durante a operação de desmatamento os trabalhadores e a comunidade local ficarão expostos a acidentes com mamíferos, animais peçonhentos (serpentes, aranhas, escorpiões e lacraias), abelhas e vespas. Assim sendo, medidas que previnam estes acidentes deverão ser adotadas durante a execução dos trabalhos.

A equipe engajada no resgate da fauna deverá receber treinamento sobre identificação e técnicas de capturas de animais, especialmente dos peçonhentos, além de estarem adequadamente trajados com

botas e luvas de cano longo feitas de couro ou de outro material resistente. Deverão compor a equipe, indivíduos treinados na prestação de primeiros socorros.

Os responsáveis pelas operações de desmatamento e de manejo da fauna deverão, antes do início desta última atividade, manter contato com os postos de saúde da região, certificando-se da existência de pessoal treinado no tratamento de acidentes ofídicos, bem como de estoque de soros dos tipos antiofídicos e outros. Deverá, ainda, ser divulgado junto à população local, as principais medidas de prevenção de acidentes com animais peçonhentos através da distribuição de cartilhas.

A remoção de colméias e vespeiros deverá ser feita por pessoal especializado e devidamente equipado, sendo posteriormente transferidos para as áreas de reservas ecológicas.

Caso ocorra acidentes com cobras, devem ser tomadas as medidas de primeiros socorros recomendadas para estes casos, até que haja atendimento médico adequado. A serpente agressora deve ser capturada para que possa ser identificado com mais segurança o tipo de soro a ser ministrado.

Já na ocorrência de acidentes envolvendo mamíferos silvestres, deve-se manter o animal agressor em cativeiro pelo período de 10 dias, visando detectar uma possível contaminação pelo vírus da raiva. O trabalhador agredido deverá ser submetido imediatamente a tratamento anti-rábico. Caso o animal apresente os sintomas da doença deve ser sacrificado e cremado.

O resgate da fauna deve ser iniciado com uma semana de antecedência do desmatamento, passando, em seguida, os dois processos a serem executados de forma concomitante. O manejo da fauna da área da bacia hidráulica da Barragem Feijão poderá ser realizado em cerca de 39 dias, utilizando-se uma equipe de 30 homens trabalhando 8 horas/dia para o preparo de 15 ha para captura. O custo total estimado para esta atividade é de R\$ 13.364,00, valor expresso em reais de dezembro de 2002.

8.4 - PLANO DE RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS DE JAZIDAS DE EMPRÉSTIMOS, BOTA-FORAS E CANTEIRO DE OBRAS

8.4.1 - Generalidades

As áreas de exploração de material de empréstimos, bem como as áreas destinadas ao canteiro de obras e aos bota-foras sofrerão alterações da paisagem natural, com comprometimento da cobertura vegetal, da fertilidade dos solos e da topografia original, além do desencadeamento de processos erosivos com conseqüente assoreamento dos cursos d'água, e da geração de poeiras e ruídos provocados por máquinas e veículos pesados e pelo uso de explosivos.

Desta forma, faz-se necessário à implementação de projetos de recomposição paisagística das áreas degradadas. Ressalta-se, no entanto, que o cuidado com as áreas potencialmente degradáveis deve ser observado desde as primeiras etapas da implementação do empreendimento, com a empreiteira incorporando no processo construtivo, medidas tais como: redução dos desmatamentos operacionais ao mínimo necessário, disposição adequada dos resíduos sólidos do canteiro de obras, dotação de infra-

estrutura de esgotamento sanitário no canteiro de obras (fossas sépticas) e campanhas de esclarecimentos junto aos trabalhadores sobre a prevenção de doenças de veiculação hídrica, entre outras.

8.4.2 - Reabilitação das Áreas de Jazidas de Empréstimos

Os recursos minerais a serem explorados para utilização nas obras da Barragem Feijão são enquadrados na Classe II do Código de Mineração, sendo compostos basicamente por materiais terrosos, granulares e pétreos.

Para obtenção do material terroso foi indicado o desenvolvimento de estudos em duas áreas posicionadas uma a cerca de 100 m da Estaca 45 do eixo na ombreira direita e a outra cerca de 4.000 m a montante do eixo, no sentido do povoado de Boa Água (J-02), portanto fora da área da bacia hidráulica.

Para obtenção do material pétreo foram estudados afloramentos rochosos existentes a cerca de 4.000 m a montante do eixo, na margem direita do caminho de acesso a localidade de Retiro, na propriedade do Sr. Expedito dos Santos. O material granular poderá ser obtido na calha do riacho Feijão, imediatamente a montante ou a jusante do eixo, uma vez que as areias aí existentes apresentam excelente qualidade.

As atividades desenvolvidas na fase de implantação da lavra, tais como, abertura de vias de acesso, seleção de áreas para deposição de expurgos e decapeamento (remoção da camada de solo vegetal), devem obedecer determinadas normas sob pena de degradar o meio ambiente.

Deste modo, recomenda-se o aproveitamento das estradas vicinais existentes, sendo construídas apenas as vias de serviços imprescindíveis; a redução dos desmatamentos ao mínimo necessário; a umidificação das vias e a estocagem do solo vegetal retirado. Além disso, o percurso traçado para as vias de serviços deve evitar, ao máximo, atravessar áreas de reservas ecológicas.

Na operação de decapeamento, a camada de solo fértil deve, logo após o desmatamento, ser empilhada por trator de esteira e carregada em caminhões para as áreas de bota-foras, onde não haja incidência de luz solar direta, visando assim evitar a germinação das sementes que se encontram em estado de "dormência".

Durante a operação das lavras devem ser obedecidas algumas regras relativas ao uso de explosivos, transporte, sinalização, estocagem e tratamento das áreas mineradas. Durante a exploração da pedreira e as escavações da fundação e do vertedouro, caso estes se situem próximos de habitações ou rodovias, devem ser atendidas as seguintes exigências:

- Detonações limitadas a horários pré-determinados, os quais devem ser notificados à população, e estabelecimento prévio de um perímetro de segurança;

- A emissão de vibrações no solo e no ar provocadas pelas detonações deve ficar dentro dos valores toleráveis, a serem estabelecidos pelos órgãos competentes;
- Reduzir ao máximo o ruído, a fumaça, e a poeira geradas pelas detonações, através do uso de tecnologias avançadas;
- Evitar o ultralancamento de fragmentos fora do perímetro de segurança na execução das detonações, no planejamento das frentes de lavra e na escolha dos locais para o fogacho, entre outras.

No carregamento e transporte dos materiais de empréstimos e rejeitos, deve-se fazer uma otimização dos caminhos, de modo a reduzir a poluição da região circunvizinha por detritos e poeiras, e adotar o uso de sinalização de trânsito adequada para diminuir os riscos de acidentes. Na exploração das jazidas deve-se considerar, também, as condições geológicas, topográficas e hidrológicas das áreas de lavra, diminuindo assim os riscos de inundações e de deslizamentos de encostas.

Visando reduzir ao mínimo o aporte de sedimentos às áreas circunvizinhas às jazidas, deverão ser implantados sistemas de drenagem antes do início da lavra. Desta forma, todos os sistemas de encostas e toda a área minerada deverão ser protegidos através do desvio das águas pluviais por meio de canaletas.

O avanço das frentes de lavra poderá provocar, em alguns setores das jazidas de materiais terrosos e granulares, instabilidades das encostas marginais com riscos de desmoronamentos e desencadeamentos de processos erosivos. Diante disso, é recomendável a reconstituição topográfica dos taludes mais íngremes e o estabelecimento de programas de reflorestamento com espécies vegetais adaptadas à região.

Quanto à estocagem de materiais de empréstimos, deve-se evitar ao máximo a adoção deste procedimento, coordenando a sua utilização nas obras, concomitantemente com a sua exploração.

Durante a exploração das jazidas são produzidas grandes quantidades de rejeitos sólidos, os quais deverão ser depositados próximo à área de lavra, em cotas inferiores à da mineração, reduzindo assim os custos com transportes. Nunca devem ser colocadas pilhas próximas ao limite do "pit", pois haverá uma sobrecarga nos taludes finais da cava, podendo ocorrer desmoronamentos.

As pilhas de rejeitos constituídos por materiais não-coesivos devem ser formados por basculamento direto do terreno, sem compactação, e devem apresentar um ângulo de face de 37°, que é o próprio ângulo de repouso do material. Para os materiais coesivos, a inclinação dos taludes e as alturas permitidas são determinadas por testes de estabilidade.

Para a estabilização dos rejeitos no caso específico da Barragem Feijão, deve ser adotado o método botânico, pois a região dispõe de material que serve de cobertura de solo. Para que haja um pronto

restabelecimento da cobertura vegetal nas bermas de rejeitos, devem ser usadas técnicas que aumentem a fertilidade dos solos, associado ao uso de sementes selecionadas.

Após o abandono das áreas de lavra, deverão ser iniciados os trabalhos de reconstituição paisagística das jazidas de materiais terrosos e granulares localizadas fora da bacia hidráulica, através da regularização da superfície topográfica, espalhamento do solo vegetal e posterior reflorestamento com vegetação nativa.

O solo vegetal deve ser depositado em camadas finas, de modo a evitar a necessidade de futuras importações de solos de outras regiões, utilizando tratores de esteira, caminhões basculantes e pás carregadeiras. Em seguida devem ser efetuadas adubações e correções do solo, de acordo com os resultados de análises químicas.

O reflorestamento deve ser efetuado, logo após a recomposição do solo, sendo o plantio executado preferencialmente por hidro-semeadura (aspersão de pasta formada pela mistura de sementes, fibras de madeira, adesivo resinoso, fertilizantes e água) ou pelo plantio de mudas.

Quanto à pedreira, deve-se cercar a área a ser utilizada especialmente eventuais buracos surgidos durante a lavra, a fim de evitar acidentes envolvendo animais ou pessoas durante a sua exploração.

8.4.3 - Disposição Adequada da Infra-estrutura e Recomposição da Área do Canteiro de Obras.

As degradações impostas ao meio ambiente pela implantação e operação do canteiro de obras envolvem danos à flora, deterioração pontual dos solos, desencadeamento de processos erosivos e de assoreamento dos cursos d'água e redução na recarga dos aquíferos. Além disso, ocorre geração de poeira e ruídos provocados pelos desmatamentos e terraplenagens, e pela operação da usina de concreto. Deste modo, faz-se necessário à adoção das seguintes medidas:

- Reduzir os desmatamentos ao mínimo necessário;
- Na instalação da usina de concreto e da central de britagem, levar em conta a direção dos ventos dominantes, no caso do canteiro de obras se situar próximo a áreas habitadas;
- Adotar o uso de fossas sépticas como infra-estrutura de esgotamento sanitário, procurando localizá-las distante dos cursos d'água;
- Resíduos de concretos e outros materiais devem ser depositados em locais apropriados, sendo submetidos a tratamento adequado;
- Umidificar o trajeto de máquinas e veículos;
- Construir os paióis de armazenamento de explosivos em terrenos firmes, secos, livres de inundações, de mudanças freqüentes de temperatura e ventos fortes. Deve ser mantida uma faixa de terreno limpo com largura de 20 metros em torno dos paióis;

- Armazenagem de pólvora, dinamites e estopins em depósitos separados e desprovidos de instalações elétricas.

Após a conclusão das obras, caso as instalações do canteiro de obras não sejam aproveitadas para o monitoramento do reservatório, a área por este ocupada deve ser alvo de reconstituição paisagística, através do reflorestamento com espécies vegetais nativas. Já o tratamento a ser dado às áreas dos caminhos de serviços, consiste em espalhar o solo fértil estocado por ocasião de suas construções, regularizar o terreno e reflorestar com espécies nativas.

Os custos a serem incorridos na recuperação de 1 ha (um hectare) de área degradada foram estimados em R\$ 700,00 (valor expresso em reais de dezembro de 2002). Após a definição das áreas de jazidas a serem exploradas deverá ser elaborado um plano de recomposição paisagística das áreas degradadas, o qual deverá ser submetido a aprovação da SEMACE. Esta atividade é de competência direta da Empreiteira, devendo a mesma ser fiscalizada pela SRH.

8.5 - PLANO DE REMOÇÃO/RELOCAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA

A Barragem Feijão destina-se a usos múltiplos, tendo como principal finalidade o abastecimento d'água das comunidades de Boa Água e Nova Vida, razão pela qual a preservação da qualidade das águas represadas assume primordial importância, sendo para tanto necessária a eliminação de fatores potencialmente poluentes existentes na área a ser inundada.

As edificações quando submersas constituem graves obstáculos à pesca, às atividades balneárias e à navegação, além de prejudicarem o processo de autodepuração dos reservatórios. A submersão de fossas, esgotos domésticos, pocilgas e currais, sem limpeza ou tratamento prévio, também, representam focos potenciais de poluição. Assim sendo, faz-se necessário a adoção de normas para a limpeza da área englobada pela bacia hidráulica, evitando que o processo de preservação da qualidade dos recursos hídricos represados seja dispendioso.

Os componentes da infra-estrutura privada existentes a serem removidos e/ou receberem tratamento adequado deverão ser quantificados a partir dos dados levantados pelo cadastro. Com base nos dados do cadastro e da pesquisa de campo, há necessidade de adoção das seguintes medidas:

- Demolição de todas as edificações e cercas, e remoção do entulho para fora das áreas a serem inundadas. O material reutilizável deve ser separado e os materiais restantes, não combustíveis, devem ser enterrados a uma profundidade mínima de um metro;
- As fossas devem ser esgotadas, sendo os líquidos transportados para outros locais. Tendo em vista a quase inexistência de fossas na área a ser inundada, o tratamento destes efluentes pode ser feito com a simples adição de cal hidratada e posterior aterramento com material argiloso;

- Os detritos de hortas, pocilgas, currais, etc., devem ser removidos para cavas abertas, contendo cal hidratada e em seguida recobertos com material argiloso;
- O lixo doméstico, quando combustível, deverá ser recolhido e incinerado, sendo o material resultante da queima, posteriormente enterrado em solo argiloso, de modo que o local fique impermeabilizado.

A remoção da infra-estrutura deverá ser executada à medida que os trabalhos de desmatamento forem avançando, fazendo uso sempre que possível da mão-de-obra local. Compete à Empreiteira os trabalhos de remoção da infra-estrutura existente na bacia hidráulica, devendo a SRH fiscalizar o andamento do serviço.

A maior parte da infra-estrutura a ser removida da área da bacia hidráulica do reservatório pertence a particulares, e será alvo de indenizações, não precisando portanto ser relocada. A infra-estrutura de uso público existente, que necessita ser relocada, atinge pouca monta, sendo representada apenas por trechos de estradas vicinais que permitem o acesso às propriedades rurais, por um posto de saúde e por três escolas, já que dos cinco grupos escolares atingidos, dois estão desativados.

Na ocasião da remoção e posterior relocação da infra-estrutura de uso público da área da bacia hidráulica do reservatório, recomenda-se sejam firmados convênios com a Prefeitura Municipal de Morada Nova, no caso das estradas vicinais, do posto de saúde e das escolas.

Os custos incorridos com a limpeza da área da bacia hidráulica do reservatório foi estimado em R\$ 8.170,00 (valor expresso em reais de dezembro de 2002). Quanto ao cálculo dos custos a serem incorridos no processo de relocação das infra-estruturas de uso público, estes foram orçados apenas para as três escolas que estão em operação e para o posto de saúde, já que os custos com a relocação das estradas vicinais só poderão ser orçados após a definição da extensão dos trechos destas que realmente precisem ser relocados após o reassentamento da população desalojada da área do reservatório. Assim sendo, estes custos foram estimados em R\$120.000,00, tendo sido adotado um custo unitário de R\$ 30.000,00 para cada uma destas infra-estruturas.

8.6 - PLANO DE PEIXAMENTO DO RESERVATÓRIO

O programa de peixamento proposto para a Barragem Feijão contempla apenas a exploração da piscicultura extensiva, uma vez que a grande quantidade de matéria orgânica gerada pela piscicultura superintensiva (tanques-redes), torna o seu cultivo pouco recomendável em açudes cujas águas se destinam ao abastecimento humano.

Na piscicultura extensiva o povoamento inicial do reservatório deverá adotar inicialmente a adaptação das espécies nativas da bacia do riacho Feijão às condições lênticas do lago formado. Posteriormente devem ser introduzidas espécies aclimatadas selecionadas, tendo em vista maior exploração de valor econômico. A escolha das espécies a serem introduzidas no açude deverá ser fiel aos seguintes

critérios: ecológicos - posição na cadeia trófica, potencial reprodutivo, produtividade da biomassa, etc.; e econômicos-culturais - facilidade de manejo, fonte protéica e energética, palatabilidade, boa aceitação comercial, etc.

Dentre as várias espécies propostas para o peixamento da Barragem Feijão citam-se: curimatã-comum (*Prochilodus cearaensis*), piau lavrado (*Leporinus fasciatus fasciatus*) e sardinha (*Triportheus angulatus angulatus*) entre as espécies nativas, e carpa comum (*Cyprinus carpio*), Tilápia do Nilo (*Oreochromis niloticus*), tilápia do Congo (*Tilapia rendalli*), tambaqui (*Colossoma macropomum*), piau verdadeiro (*Leporinus elongatus*), apaiari (*Astronotus ocellatus ocellatus*) e pescada do Piauí (*Plagioscion squamosissimus*), entre as aclimatizadas.

Deve-se dar ênfase, ainda, a espécies que consomem caramujos (apaiari, tambaqui, tilápias do Nilo e do Congo e piau verdadeiro), pois estas contribuem para controlar o caramujo hospedeiro intermediário do vetor da esquistossomose. Não deve ser adotado no peixamento do reservatório o uso das espécies de tucunarés ocorrentes no Estado do Ceará a não ser com o objetivo de competir com a piranha e a pirambeba.

A primeira etapa do programa de peixamento da Barragem Feijão deve compreender a formação de estoque de matrizes e reprodutores. A duração prevista dessa etapa é de aproximadamente 2 anos. No povoamento inicial deverão ser utilizados alevinos de espécies que se reproduzam naturalmente e espécies reofílicas, que se reproduzem artificialmente. Além destes, convém acrescentar exemplares de camarão canela, os quais completarão o povoamento do açude.

A segunda etapa consiste no repovoamento com espécies que não se reproduzem no reservatório. Realizado a cada 2 anos, o repovoamento deverá constar da adição de alevinos de carpa comum, tambaqui, piau verdadeiro, entre outros. Algumas espécies poderão requerer repovoamento dependendo do grau de depleção das mesmas. Caso seja necessário, recomenda-se utilizar o mesmo número de alevinos do povoamento inicial.

De acordo com pesquisas realizadas em vários açudes públicos de porte similar a Barragem Feijão, um programa de alevinagem bem conduzido, pode levar à captura de aproximadamente 250 kg/ha/ano de pescado, no oitavo ano após o enchimento do reservatório.

À SRH caberá implantar a administração dos recursos pesqueiros do açude, onde vigorarão as leis e normas referentes à regulamentação da pesca em águas interiores, com vistas à proteção da ictiofauna. A proibição da pesca na época das cheias, quando ocorre o fenômeno da piracema, e o controle do tamanho da malha da rede de espera, constituem umas das principais normas disciplinares a serem seguidas na área.

O empreendedor deve estimular a população ribeirinha, à prática pesqueira incentivando, inclusive, a criação de um clube de pesca ou cooperativa de pesca que poderá ter as seguintes atribuições: comercialização; regulamentação e fiscalização da pesca no reservatório; promoção de cursos de

treinamento e campanhas de conscientização sobre a importância deste tipo de uso do açude, entre outras.

O programa de peixamento do açude deverá ser iniciado logo que se complete o enchimento do lago, devendo em 4 (quatro) anos, no mínimo, estar em plena operação. A pesca comercial, no entanto, poderá ser iniciada 1 (um) ano após o enchimento do açude. Estima-se que com essa atividade, sejam criadas 430 novas oportunidades de emprego para pescadores e mais 860 empregos indiretos.

Os investimentos na atividade pesqueira do açude, bem como a receita gerada na ocasião da estabilização do programa de peixamento deverá ser devidamente quantificada em projeto específico, cuja elaboração deverá ser contratada pela SRH. Estimativas efetuadas pelo Consórcio ANB/HIDROSTUDIO prevêm uma receita gerada na atividade pesqueira, quando da estabilização do programa de peixamento, da ordem de R\$ 1.890.122,00 (preços de dezembro de 2002). Com relação aos investimentos, estimou-se um custo de R\$ 11.850,00 para o peixamento inicial do reservatório.

8.7 - ADOÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Durante a execução das obras de engenharia os riscos de acidentes com os operários são relativamente elevados requerendo a adoção de regras rigorosas de segurança no trabalho.

A empreiteira através de palestras ilustrativas, deverá educar e orientar os operários a seguirem regras rigorosas de segurança do trabalho, esclarecendo-os sobre os riscos a que eles estão sujeitos e estimulando o interesse destes pelas questões de prevenção de acidentes. Tal medida visa evitar não só prejuízos econômicos, como também a perda de vidas humanas. Entre os cuidados a serem seguidos com relação à segurança pode-se citar os seguintes:

- Munir os operários com ferramentas e equipamentos apropriados para cada tipo de serviço
- Dotar os operários de proteção apropriada: capacetes, óculos, luvas, botas, capas, abafadores de ruídos, etc., e tornar obrigatório o seu uso;
- Instruir os trabalhadores a não deixarem ferramentas em lugares ou posições inconvenientes;
- Evitar o mau hábito de deixar tábuas abandonadas sem lhes tirar os pregos;
- Zelar pela correta maneira de transportar materiais e ferramentas;
- Evitar o uso de viaturas com freios em más condições, ou com pneus gastos além do limite de segurança, pois podem advir perdas de vidas por atropelamentos ou batidas;
- Alertar sobre o risco de desmoronamento das valas escavadas na área das jazidas podendo ocorrer soterramento, com perdas de vidas humanas;

- Estabelecimento de sinalização de trânsito nas vias de serviços e na estrada de acesso à área do empreendimento, de modo a evitar acidentes com veículos.

A empreiteira deve manter os operários sempre vacinados contra doenças infecciosas, tais como, tétano e febre tifóide. E alertá-los para após o serviço efetuarem a higiene pessoal com água e sabão em abundância, como forma de combater as dermatoses. Deve, também, efetuar um levantamento prévio das condições de infra-estrutura do setor saúde, de modo a agilizar o atendimento médico dos operários, no caso da ocorrência de acidentes. Deve, ainda, promover treinamentos sobre o uso e manuseio de explosivos.

Por se tratar de normas trabalhistas, a adoção de medidas de segurança no trabalho deve ser cumprida pela empreiteira sem ônus para o empreendimento.

8.8 - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Entre os principais tensores de origem humana que ocorrem e/ou são passíveis de ocorrer na região onde será implantado o empreendimento estão: desmatamento da vegetação marginal dos cursos d'água para cultivos agrícolas e pastagens; desencadeamento de processos erosivos e de carreamento de sedimentos com conseqüente assoreamento; diminuição da capacidade de acumulação dos mananciais e aporte de poluentes, causando o surgimento de turbidez e trazendo prejuízo ao pleno desenvolvimento dos ecossistemas; acondicionamento impróprio do lixo doméstico com riscos de poluição dos recursos hídricos subterrâneos e superficiais, além do uso de agrotóxicos e fertilizantes na atividade agrícola.

Com tais parâmetros em mente, é necessário que se formule um projeto de educação ambiental destinado aos proprietários e moradores da região, potenciais usuários dos reservatórios, pois somente com a formação de uma consciência ecológica popular se poderá alcançar uma convivência satisfatória entre o homem e o equilíbrio da natureza.

O projeto de educação ambiental ora proposto consiste na atuação junto à comunidade, visando, através da transmissão de determinadas práticas e informações, educá-la em suas relações com o meio ambiente. Nos seus objetivos, o projeto de educação ambiental deve focar os seguintes pontos:

- reuniões e outros eventos envolvendo professores das escolas da área de entorno do empreendimento e da sede do município de Morada Nova, tendo como objetivo a incorporação do enfoque ambiental nas disciplinas curriculares;
- divulgar informações sobre práticas de uso e conservação dos recursos naturais, através de rádio e televisão visando ampliar o nível de conhecimento da população sobre o assunto;
- realizar palestras para associações e/ou grupos formais e informais, tendo em vista promover a participação da população na defesa e proteção do meio ambiente.

O papel da população deverá ser dinâmico, sendo imprescindível sua fiscalização junto às degradações do meio, bem como a real efetivação das diversas medidas mitigadoras a serem adotadas para o sucesso do empreendimento.

Sugere-se para tanto, que o empreendedor realize palestras com os usuários e distribua cartilhas educativas, transmitindo conhecimentos sobre as principais questões ambientais concernentes à área, procurando inculcar nestes noções relativas à importância ecológica do ecossistema e da reconstrução e preservação da mata ciliar do reservatório, de modo que a faixa de proteção a ser estabelecida passe a constituir um patrimônio paisagístico do município e do estado, permitindo que eles atuem eficientemente no processo de manutenção e até mesmo de recuperação do equilíbrio ambiental da área. Outro ponto que merece especial destaque no programa de educação ambiental a ser implementado encontra-se associado à divulgação de normas técnicas para o uso e manejo adequado de agrotóxicos, inclusive quanto a deposição final de embalagens junto aos agricultores da região.

A elaboração das cartilhas, bem como a definição do conteúdo das palestras e até mesmo as suas execuções poderá ficar a cargo da SEMACE. Assim sendo, faz-se necessário o estabelecimento de um convênio entre a SRH e o referido órgão para este fim. Foi prevista uma verba de R\$ 8.000,00 para implementação do Programa de Educação Ambiental, a preços de dezembro de 2002.

8.9 - PLANO DE REASSENTAMENTO DA POPULAÇÃO

8.9.1 - Generalidades

Tendo por objetivo a relocação das famílias a serem desalojadas da área objeto de desapropriação, recomenda-se a elaboração de um projeto de reassentamento rural pautado nas especificações técnicas do Banco Mundial e na estratégia de reassentamento rural desenvolvida pela SRH, órgão responsável pela efetivação do mesmo.

Estima-se que residam atualmente nos imóveis atingidos pela construção do açude cerca de 458 pessoas agrupadas em 102 famílias, compostas predominantemente por proprietários rurais. Todavia espera-se um número menor de famílias a serem relocadas, visto que a pesquisa de campo realizada identificou que uma parte dos imóveis contam com áreas remanescentes.

Quanto às expectativas da população ante a implantação do empreendimento, dado a escassez de recursos hídricos permanentes, observou-se uma boa aceitação do projeto tanto na região do empreendimento quanto nos povoados de Boa Água e Nova Vida, que serão beneficiadas com a garantia do seu suprimento hídrico.

O presente plano dispõe apenas sobre as diretrizes a serem adotadas em um projeto de reassentamento de populações. Tendo em vista o número de famílias a serem relocadas deverá ser adotado o sistema de permuta de imóveis para as famílias que residem em propriedades que contam com áreas remanescentes. Para as famílias que terão suas propriedades totalmente submersas deverão ser

estudadas outras alternativas que vão desde a relocação em agrovila a ser construída nas imediações do futuro reservatório, em núcleos urbanos próximos ou a compensação monetária. Recomenda-se que seja contemplado no Projeto de Reassentamento a construção das novas moradias com padrão similar ou superior ao existente na região e munidas de instalações sanitárias.

Uma recomendação de grande importância, a ser definida no projeto de reassentamento da população desalojada, será a retomada da atividade econômica da população local. O desenvolvimento da irrigação difusa nas áreas ribeirinhas de jusante e da piscicultura no lago a ser formado constituem atenuantes desse problema.

8.9.2 - Diretrizes a Serem Adotadas no Projeto de Reassentamento

Antes da execução da pesquisa sócio-econômica propriamente dita, deverá ser efetuado um levantamento e análise dos dados secundários existentes, visando o fornecimento de subsídios para a definição da estratégia de execução dos trabalhos de campo, bem como o delineamento preliminar da realidade a ser estudada.

A participação dos reassentados não voluntários e das populações hospedeiras nas fases do planejamento anteriores à mudança é de extrema importância para o sucesso do projeto de reassentamento. Assim sendo, para obter-se cooperação, participação e "feedback", os reassentados e os hospedeiros deverão ser sistematicamente informados e consultados sobre os seus direitos e sobre as opções possíveis, durante a preparação do projeto de reassentamento.

Contudo, outras medidas deverão ser estabelecidas, como programações das reuniões entre encarregados do projeto e comunidades dos reassentados e hospedeiros, onde os membros das equipes possam avaliar as preocupações das pessoas, durante as fases de planejamento e execução. Propõe-se a realização de 3 (três) reuniões comunitárias, estrategicamente distribuídas ao longo do processo de elaboração.

Dessa análise deverão surgir elementos para formulação de alternativas, não apenas de locais de reassentamento, como também de alternativas de soluções para a retomada da atividade econômica da população, consideradas as novas perspectivas que surgirão com a criação do reservatório.

A execução da pesquisa sócio-econômica tem por objetivo traçar o perfil da população rural impactada pela formação do reservatório através da aplicação de pesquisa censitária. Além do dimensionamento e caracterização da população alvo, a pesquisa deverá apropriar as expectativas da população face a construção do reservatório, e suas pretensões quanto ao local de residência futura, entre outras. A pesquisa sócio-econômica com registro dos nomes das famílias afetadas deverá ser realizada o mais cedo possível, a fim de evitar o influxo de populações não merecedoras de indenizações. Deverão ser aplicados questionários para levantamento de ocupantes (proprietários e arrendatários/posseiros), conforme modelo fornecido pela SRH.

Como produto desta etapa inicial deverá ser formulada uma agregação da população, segundo grupos homogêneos do ponto de vista da natureza do impacto sofrido e cujos integrantes deverão receber tratamento análogo para efeito de reassentamento. Como exemplo de prováveis grupos a serem encontrados tem-se:

- Famílias que poderão permanecer nas áreas remanescentes das propriedades;
- Famílias com solução própria, englobando proprietários de outros imóveis fora da área em apreço, com dimensão suficiente para a sua subsistência e ascensão social;
- Famílias com solução própria, englobando proprietários que em função da indenização a receber, terão condições de adquirirem áreas de produção com dimensões suficiente para sua subsistência e ascensão social;
- Famílias sem solução própria, impactadas apenas no tocante às suas moradias, simples moradores sem atividade agropecuária na área a ser inundada;
- Famílias sem solução própria, com atividades agropecuárias na área, notadamente produtores sem terra e pequenos produtores.

A avaliação sócio-econômica tem por objetivo avaliar os efeitos da construção da barragem e respectivas infra-estruturas sobre as pessoas da região; detectar as possibilidades do desenvolvimento social proporcionado pela barragem; e, identificar as necessidades e preferências da população afetada. Com base nessa avaliação, o plano de reassentamento deverá fornecer a base para uma combinação de medidas a serem tomadas pela SRH, considerando cada família afetada individualmente, cumprindo assim os objetivos da Política de Reassentamento do Estado.

O estudo deverá avaliar os recursos usados pela comunidade, localizados dentro e fora da área afetada, bem como reunir informações sobre disponibilidade, capacidade e acessibilidade de infra-estrutura de transporte, inclusive trilhas e passagens molhadas; serviços de transporte; serviços utilitários, como eletricidade, abastecimento d'água; outros serviços, inclusive postos de saúde, escolas, mercados, agências de correio; infra-estrutura comunitária, como igrejas, campos de futebol, etc. e fontes de combustível, especialmente lenha.

A avaliação social identificará as características principais da vida social na comunidade, inclusive associações formais e informais, grupos religiosos e grupos afins. Todas características deverão ser levadas em conta no Projeto de Reassentamento.

8.9.3 - Estudo de Alternativas e Anteprojeto de Reassentamento

Com base na caracterização sócio-demográfica da população impactada deverá ser procedida a definição das proposições de reassentamento para os diferentes casos existentes.

Dentre as opções que podem ser adotadas e que deverão ser discutidas com as famílias afetadas pode-se citar: o reassentamento nas áreas remanescentes; o reassentamento em agrvilas nas imediações do futuro reservatório e em centros urbanos próximos e a compensação monetária, entre outros. Serão avaliadas, também, as alternativas propostas pela população alvo, tanto em termos de custos, como de satisfação das necessidades da comunidade local.

Estabelecidas às alternativas de reassentamento, deverão ser selecionadas as mais interessantes do ponto de vista econômico e social, mediante a execução de análises expeditas de custos e benefícios. As soluções alternativas deverão oferecer uma probabilidade razoável para a população afetada manter ou melhorar o seu atual nível de vida.

Após a seleção das melhores alternativas de reassentamento, serão elaborados os seus anteprojetos, os quais deverão contemplar as obras de engenharia relativas às habitações, sendo estimados os custos a serem incorridos.

As alternativas deverão ser submetidas à apreciação social da população afetada, mesmo que tal participação seja resumida a uma representação.

8.9.4 - Arcabouço Legal

Para a montagem de um projeto viável de reassentamento torna-se necessária uma perfeita compreensão dos aspectos legais envolvidos. Assim sendo, deverá ser feita uma análise que determine a natureza do arcabouço legal do reassentamento pretendido, baseada nos seguintes pontos:

- A extensão e importância dos apossamentos existentes, a natureza das indenizações decorrentes, tanto em termos de metodologia das avaliações quanto dos prazos de desembolsos;
- Os procedimentos legais e administrativos aplicáveis, incluindo os processos de recursos e os prazos legais desses processos;
- Titulação das terras e procedimentos de registro;
- Leis e regulamentos pertinentes aos organismos responsáveis pela execução do reassentamento e àqueles relacionados com a desapropriação de terras e indenizações, com os reagrupamentos de terras, com os usos de terras, com o meio ambiente, com o emprego das águas e com o bem estar social.

8.9.5 - Programas de Reativação da Economia

O Plano de Reassentamento deverá identificar a necessidade da manutenção dos níveis de renda da população durante a interrupção das suas atividades econômicas normais. Devendo ser estimada a necessidade de pagamentos de emergência temporários ou serem propostas medidas de geração de

renda que serão sujeitas à análise de pré-viabilidade, considerando a disponibilidade de capital, demanda local, suprimento de insumos, mercados, transportes, etc..

Não se pode excluir, dentro de um projeto de reassentamento, o estabelecimento de estratégias que assegurem a subsistência e ascensão social das famílias de agricultores que serão deslocados de suas atividades atuais. Isto se torna mais importante face a carência de alternativas viáveis em áreas que se caracterizam pelas limitações da agricultura de sequeiro e da falta de novas oportunidades de emprego.

Dentro deste contexto, procurar-se-á, definir modelos de produção (irrigação difusa, pesca, etc.) capazes de melhorar as condições de vida da população a ser reassentada, de modo a fortalecer a comunidade e facilitar o seu processo de emancipação.

8.9.6 - Programa de Implementação do Projeto de Reassentamento

Por fim, será elaborado o programa de implementação do Projeto de Reassentamento, o qual contemplará inicialmente a quantificação e estimativa dos custos relativos às diversas etapas do projeto, bem como a confecção de um plano de financiamento, elaborado juntamente com a SRH, apresentando as fontes de recursos para todos os custos, e um cronograma de implantação das atividades a serem desenvolvidas.

Deverá, também, ser elaborada, juntamente com a SRH, uma matriz institucional indicando os órgãos públicos e/ou instituições privadas responsáveis pela implementação das atividades previstas, além de uma lista de acordos legais (convênios, contratos, etc.) que serão necessários à implementação do programa e das minutas dos referidos acordos.

Os custos a serem incorridos com o reassentamento da população desalojada das áreas das obras civis e da bacia hidráulica da Barragem Feijão foram orçados em R\$ 1.530.000,00, a preços de dezembro de 2002, tendo sido considerado um custo médio por família de R\$ 15.000,00, tendo como base custos de reassentamentos já executados pela SRH em outros açudes, no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará (PROURB-CE) e do próprio PROGERIRH. Para efetuar o cálculo do custo do reassentamento da população residente na área do reservatório, procedeu-se a contabilização do número de famílias residentes na área inundada.

8.10 - PLANO DE IDENTIFICAÇÃO E RESGATE DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E PALEONTOLÓGICO

Na região onde será implantada a Barragem Feijão não foram registradas ocorrências arqueológicas e paleontológicas pelos órgãos competentes até o presente momento. Todavia o município de Morada Nova conta com o registro de sítios arqueológicos (líticos polidos) no seu território. Além disso, qualquer área escolhida para a implantação de obras hidráulicas pode ser considerada como de alto potencial arqueológico e paleontológico, uma vez que áreas periféricas a cursos d'água até 500 m de cada margem, além dos limites das planícies de inundação, apresentam alta incidência de artefatos pré-

históricos por serem áreas preferenciais para assentamentos humanos, face à oferta de água, alimentos e matéria-prima para a fabricação de instrumentos líticos. Os fósseis, por sua vez, são mais comuns nas planícies de inundação, terraços fluviais e calhas dos rios, onde freqüentemente, são encontradas ossadas fossilizadas de grandes animais extintos, há cerca de 10 mil anos (mega-fauna quaternária).

Quanto ao patrimônio paleontológico, foi constatada a presença de evidências paleontológicas no município de Morada Nova. Assim sendo, deverão ser efetuados estudos científicos na área de implantação das obras, na área da bacia hidráulica do reservatório e nas áreas de empréstimos visando identificar inicialmente a evidência ou não de tais ocorrências, através da presença de material de superfície.

Deverá ser procedida a coleta total do material de superfície detectado, sendo este separado conforme seu tipo (cerâmico, lítico, ósseo, etc.) e acondicionado em embalagens apropriadas, devidamente etiquetadas. Tendo-se concluído os trabalhos de campo, serão desenvolvidas diferentes atividades de laboratório, envolvendo o processamento e análise dos materiais e informações coletadas.

Com base nos estudos preliminares efetuados deverão ser executadas prospecções nas áreas dos sítios identificados através da realização de escavações para aqueles que apresentam elevado potencial informativo acerca de características funcionais e de uso do espaço. Os demais sítios deverão receber diferentes níveis de complementação dos trabalhos anteriormente efetuados (abertura de poços-teste e/ou trincheiras para verificar estratigrafia e densidade, delimitação da área de assentamento, etc.).

Deverão ser engajados nesta atividade profissionais das áreas de arqueologia e paleontologia devidamente habilitados, os quais deverão contar com a autorização do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e do DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral, respectivamente.

Ressalta-se que, mesmo com a efetuação de prospecções na área de influência direta das obras, sempre é possível a descoberta ao acaso de uma nova ocorrência, principalmente nas atividades que envolvem movimentação de terra, como escavações e terraplenagem. Nesse caso, o procedimento necessário consiste na paralisação parcial das atividades naquele local, até a chegada dos profissionais especializados para o resgate do material, dentro dos critérios científicos.

Após encerramento dos trabalhos de campo, pode-se, então, solicitar o documento de liberação de área junto ao IPHAN. A definição do cronograma de salvamento deverá considerar o próprio cronograma de execução das obras, organizando antecipadamente as atividades de modo a evitar, de um lado, atrasos no cronograma do empreendedor e, de outro, a destruição das evidências arqueológicas.

O material resgatado nos levantamentos de campo deverá ser encaminhado para instituições científicas apropriadas, visando seu armazenamento e disponibilização para pesquisa. Nessas instituições deverá, se possível, ser implantado um Ecomuseu para guarda, proteção e exposição da coleção resgatada.

A responsabilidade pelo desenvolvimento das atividades concernentes ao salvamento do patrimônio histórico, arqueológico e paleontológico deverá ser da SRH, ficando a regulamentação e fiscalização a cargo do IPHAN, no caso dos achados históricos e arqueológicos, e do DNPM, no caso dos achados paleontológicos. Os custos a serem incorridos com esta medida foram orçados em R\$ 5.000,00, a preços de dezembro de 2002.

9 - MONITORAMENTOS AMBIENTAIS E GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

9 - MONITORAMENTOS AMBIENTAIS E GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

9.1 - GENERALIDADES

O gerenciamento dos recursos hídricos surge como um meio de assegurar a utilização múltipla e integrada deste recurso, garantindo às populações e às atividades econômicas, água em qualidade e quantidade suficiente para atender suas necessidades.

É sabido que os usos do solo e as atividades realizadas numa bacia hidrográfica definem a quantidade e a qualidade necessárias da água. Assim, torna-se imprescindível disciplinar-se os usos do solo e da água, de modo a se obter o melhor aproveitamento dos recursos hídricos.

A seguir são apresentadas as diretrizes gerais para a execução do gerenciamento dos recursos hídricos represados, as quais devem ser desenvolvidas ao nível de projetos específicos.

9.2 - GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS REPRESADOS/ESTABELECIMENTO DE OUTORGAS E TARIFICAÇÃO D'ÁGUA

Os planos e programas ligados aos recursos hídricos devem relacionar-se com os planos de desenvolvimento econômico dos âmbitos federal, estadual e municipal, de modo que o próprio investimento estabeleça formas de articulação entre as entidades de gestão dos açudes, e aquelas do planejamento e coordenação geral de programas públicos. Desta forma, a gestão do reservatório deve ser conduzida de acordo com uma perspectiva global, considerando a bacia hidrográfica como um todo.

O núcleo central do modelo de gestão dos recursos hídricos será constituído por um conjunto de entidades que deverá desenvolver ações de gestão unificada, considerando a quantidade e qualidade dos recursos hídricos, a integração dos usos múltiplos, o controle do regime das águas, o controle da poluição e dos processos erosivos.

O modelo de gestão a ser empregado deverá prever as formas de relacionamento entre as entidades de gestão e os usuários, compreendendo os direitos e as obrigações decorrentes do uso e derivação da água.

O Estado do Ceará vem atualmente desenvolvendo um planejamento global de utilização dos recursos hídricos, com vistas a um equilíbrio dinâmico do balanço demanda versus disponibilidade, procurando impedir que a água venha a ser um fator limitante ao desenvolvimento econômico e social do Estado.

Para propiciar as condições de desenvolvimento sustentável área do açude, de forma que o uso dos recursos naturais não supere sua condição de se renovar, garantindo a melhoria de vida para todos e evitando possíveis limitações ao desenvolvimento econômico e social das gerações futuras, é fundamental gerenciar com eficiência estes recursos.

Tendo como referencial o princípio de que a água deve ser gerenciada de forma descentralizada, integrada e participativa, sendo a bacia hidrográfica a unidade de planejamento e atuação, deve-se estimular a participação de usuários, instituições governamentais e não governamentais e da sociedade civil neste processo. Para que o gerenciamento se dê nesses moldes, faz-se necessário a utilização de vários instrumentos, tais como:

- Planejamento: visa realizar estudos na busca de adequar, o uso, controle e preservação dos recursos hídricos às necessidades sociais e/ou governamentais identificadas na bacia hidrográfica;
- Operação: objetiva definir a liberação de águas de forma a atender a demanda (os usos), levando em consideração a oferta disponível e as características do reservatório;
- Monitoramento: tem a função de realizar o acompanhamento dos aspectos qualitativos e quantitativos da água, servindo de informação para auxiliar a tomada de decisão da operação;
- Manutenção: é importante na realização de estudos da situação física das estruturas hidráulicas, verificando a necessidade da recuperação e definindo planos de conservação para as referidas estruturas;
- Apoio a organização dos usuários: conscientizar/educar os usuários para que, de forma organizada, possam gerenciar, com o apoio técnico, este bem tão precioso da natureza.

A utilização destes instrumentos tem por finalidade a implementação de um sistema gerencial que integre as ações dos diversos órgãos federais, estaduais ou municipais que atuam no setor, e que seja capaz de fornecer informações para a tomada de decisão com o objetivo final de promover, de forma coordenada, o uso, controle e preservação da água.

Para facilitar a implementação da lei de recursos hídricos (Lei nº 11.996/92) e, possibilitar um maior controle sobre a quantidade e distribuição de água necessária para atender todas as necessidades dos usuários, foram definidos alguns instrumentos legais:

- A outorga: que se constitui numa autorização, com validade anual, concedida pela Secretaria dos Recursos Hídricos que assegura ao usuário o direito de usar a água num determinado local, retirando-a de uma determinada fonte superficial ou subterrânea, com uma vazão definida e para uma finalidade também definida;
- A licença para obras hídricas: que se constitui numa autorização concedida pela Secretaria dos Recursos Hídricos à execução de qualquer obra ou serviço de oferta de água que altere o regime, a quantidade ou a qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos;

- A cobrança pelo uso da água bruta: prevista como forma de diminuir o desperdício, aumentar a eficiência no uso da água e como fonte arrecadadora de fundos para cobrir as despesas com gestão, operação e manutenção das obras hídricas.

O estabelecimento do sistema de outorga e tarifação d'água ficará a cargo da Companhia de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (COGERH) que, juntamente com a SRH e a Associação dos Usuários e/ou Conselho Gestor da Barragem Feijão, a ser criado posteriormente, tratará do gerenciamento deste manancial.

9.3 - PLANO DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA REPRESADA

O controle sistemático da qualidade da água da Barragem Feijão é de fundamental importância para a garantia dos empreendimentos localizados a jusante e o controle de atividades poluidoras na bacia hidrográfica, haja vista a destinação da água a ser reservada. Desta forma, o disciplinamento do uso deverá ser feito tanto no futuro reservatório, quanto nos eixos da bacia contribuinte. O monitoramento da qualidade da água represada deve ser conduzido visando detectar pontos ou níveis de poluição.

Tendo em vista que essa água servirá para o abastecimento das comunidades de Boa Água e Nova Vida, além da população ribeirinha de jusante, sua qualidade deverá se adequar, da melhor maneira possível, aos futuros usos (abastecimento humano, irrigação difusa e dessedentação animal).

Para um estudo básico de avaliação de qualidade das águas, em vistas de seus usos preponderantes, de acordo com a classificação da Resolução CONAMA n° 020/86, sugere-se o seguinte plano de coleta:

- Seleção de estações de monitoramento no reservatório junto à entrada dos poluentes;
- Levantamento e caracterização das principais atividades poluidoras da bacia que podem influir na qualidade da água do reservatório;
- Estabelecimento de pontos de amostragem nos principais tributários do reservatório;
- Determinação dos pontos de amostragem ao longo do corpo do reservatório.

Durante a formação do reservatório deverão ser coletadas amostras de água para análise, desde o início até o enchimento completo do açude. Após o enchimento, deverão ser coletadas amostras de água, ao final da estação seca, e início, meio e final da estação chuvosa. Portanto, além da fase de amostragem inicial (enchimento do reservatório), deverão ser feitas, no mínimo, quatro amostragens anuais.

Para exames de rotina, a coleta pode ser efetuada em um ou dois pontos do reservatório, de preferência junto ao local de captação da água para abastecimento humano e próximo a possíveis atividades poluidoras situadas nas imediações da bacia hidráulica.

As dosagens a serem feitas, os parâmetros de classificação das águas e a própria classificação constam na Resolução CONAMA n° 020/86. Até que a SEMACE defina a classe em que será adequada a água do reservatório, esta deverá ser considerada como pertencente à Classe 2, a qual se destina ao abastecimento doméstico, após tratamento convencional.

À SRH cumpre desempenhar as atividades de monitoramento da qualidade da água represada. Os custos anuais advindos com esta atividade foram estimados em R\$ 2.105,00 (valor expresso em reais de dezembro de 2.002), considerando a coleta de 8 amostras anuais, sendo duas a cada trimestre.

9.4 - PLANO DE MONITORAMENTO DO NÍVEL PIEZOMÉTRICO E DO RESER-VATÓRIO

9.4.1 - Monitoramento do Nível Piezométrico

Os recursos hídricos subterrâneos e superficiais são alterados no seu equilíbrio original ante as modificações imposta pela construção de reservatórios. O ajuste dos elementos naturais, decorrentes das alterações do meio abiótico como um todo, acarreta conseqüências que, dependendo do contexto geológico-hidrológico, podem ser danosas ou benéficas.

As áreas mais afetadas são aquelas marginais ao reservatório, onde a profundidade da superfície piezométrica original era inferior à cota final do lago. A superfície piezométrica quando sofre elevação tenderá a aflorar ou ficar muito próxima da superfície nos pontos topograficamente mais rebaixados. Esses efeito será menos pronunciado à medida que se caminha para a montante e perpendicularmente ao reservatório. Apesar desse fato ser benéfico por aumentar a espessura saturada do aquífero livre e conseqüentemente a vazão dos poços, implica também na deteriorização do meio, acarretando problemas tais como: manutenção de áreas permanentemente alagadas, afogamento de raízes, aumento da taxa de evapotranspiração, redução da taxa de infiltração, aumento da salinização das águas subterrâneas, saturação de sub-leito de estradas e diminuição da capacidade de carga dos solos.

A previsão ou análise de comportamento das águas subterrâneas diante da implantação de uma barragem, é uma técnica simples que se utiliza basicamente do conhecimento das características originais dos aquíferos, confrontando-se posteriormente com as novas condições de fronteiras impostas.

No caso específico da Barragem Feijão, são esperadas alterações de nível do lençol freático, principalmente nas regiões próximas ao reservatório, já que ao longo do trecho do riacho Feijão a influência do volume da vazão regularizada será bastante reduzida não chegando a implicar em riscos de elevação do lençol freático. O caminho a ser descrito pelas águas deverá ser conhecido, sendo para isso necessário que se determine à forma da superfície piezométrica ou nível freático, através do monitoramento de uma rede de poços, aproveitando-se os já existentes, localizados numa faixa de 2,0 km em torno do reservatório e às margens do riacho Feijão. Convém iniciar o monitoramento antes da formação do reservatório para que possa ser estabelecido o efeito do enchimento e a partir daí adotar soluções para os problemas que possam surgir.

9.4.2 - Monitoramento do Nível do Reservatório

A exploração do reservatório, cuja vazão se destinará ao abastecimento d'água das comunidades de Boa Água e Nova Vida (abastecimento humano e industrial) e a perenização do riacho Feijão, causará impacto sobre o volume armazenado, principalmente quando se considerar as variações climáticas ocorridas na região, resultando em oscilações no nível do reservatório. Em virtude dessas alterações, faz-se imprescindível o monitoramento do seu nível, com vistas à obtenção de elementos básicos que sirvam para propor soluções e tomadas de decisão.

Para o monitoramento do nível d'água do reservatório deverão ser efetuadas leituras periódicas da régua limnométrica instalada no reservatório, com vistas a controlar o seu nível de exploração. As leituras deverão ser efetuadas a cada trimestre. A efetivação dessa medida constitui ponto importante para que a exploração do manancial se processe de forma segura, garantindo, assim, os objetivos pretendidos pelo projeto.

O monitoramento do nível piezométrico e do reservatório ficará a cargo da SRH. O custo incorrido com tal atividade encontra-se incluso na administração da faixa de proteção do reservatório, devendo esta atividade integrar as tarefas a serem desenvolvidas pela fiscalização.

9.5 - PLANO DE MONITORAMENTO DA SEDIMENTAÇÃO NO RESERVATÓRIO

Uma vez implantado o barramento, a bacia será seccionada e o reservatório colherá a sedimentação oriunda de toda a área contribuinte. Portanto, a análise quantitativa e qualitativa dos sedimentos que serão depositados no reservatório permitirá o conhecimento das atividades exercidas na bacia hidrográfica, as quais possam vir a comprometer a qualidade do meio ambiente.

Após o desmatamento da área a ser inundada, deverão ser escolhidos pontos de amostragem da sedimentação, que serão materializados com marcos de concreto rentes ao solo, com áreas não inferiores a $1,0 \text{ m}^2$, os quais deverão ser demarcados por bóias.

As amostras devem ser feitas duas vezes por ano, constando dos seguintes tipos de análise dos sedimentos: granulometria; conteúdo de matéria orgânica; metais pesados e componentes de pesticidas, sempre que sinais de alerta ocorrerem a partir das análises da água.

O acondicionamento das amostras coletadas deve ser feitos em frasco de boca larga de polietileno para a análise de metais, nutrientes e carga orgânica (DBO/DQO/COT), ou de vidros para compostos orgânicos, óleos e graxas. É recomendável congelar as amostras a 20°C para preservar a sua integridade, deixando uma alíquota sem refrigeração, para determinação da composição granulométrica.

Os custos anuais incorridos na execução do monitoramento da sedimentação foram estimados em R\$ 1.568,00 (valor expresso em reais de dezembro de 2002), considerando a coleta de 4 amostras anuais, sendo duas a cada semestre. Esta atividade ficará a cargo da SRH/COGERH.

9.6 - PLANO DE DELIMITAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA FAIXA DE PROTEÇÃO DO RESERVATÓRIO

9.6.1 – Delimitação da Faixa de Proteção

A utilização de faixa de proteção vegetal em áreas marginais de recursos hídricos, neste caso a Barragem Feijão, tem uma enorme importância para a proteção destes empreendimentos, uma vez que serve de barreira ao aporte de sedimentos e poluentes, reduzindo sensivelmente os riscos de poluição da água represada, e de assoreamento e conseqüente perda da capacidade de acumulação do reservatório.

Quanto a delimitação da área da faixa de proteção, de acordo com a legislação ambiental vigente estas devem ter uma largura mínima de 100,0 m medidos horizontalmente a partir da cota de máxima inundação do reservatório.

9.6.2 – Administração da Faixa de Proteção do Reservatório

O estabelecimento de uma faixa de proteção periférica ao lago visa a preservação do meio natural, com reflexos positivos sobre a vida silvestre, impedindo atividades prejudiciais ao reservatório, e servindo de anteparo natural ao carreamento de sedimentos causado pela erosão laminar das encostas.

A proteção da reserva ecológica periférica ao reservatório exigirá a constituição de uma polícia florestal, que terá a seu cargo uma considerável tarefa educativa, devendo ser engajada nesta atividade a própria população local. Recomenda-se que a SEMACE estabeleça regras a serem seguidas pela população.

É importante que a área da faixa de proteção seja cercada, deixando-se apenas os corredores necessários para os acessos aos locais em que se desenvolvam as atividades de pesca, balneário, entre outras. No domínio da faixa de proteção não será tolerado o exercício de atividades agrícolas e/ou pecuárias de quaisquer espécies. No caso específico de pontos de bebida para o gado, recomenda-se a construção de valas que conduzam a água para fora da reserva, mesmo que seja preciso bombeamento. Outra atividade que pode vir a ser danosa ao ecossistema do reservatório é a pesca. A salga de peixe nas margens do lago deve ser expressamente proibida, haja vista o risco de salinização da água represada.

Os custos anuais incorridos com esta atividade foram orçados em R\$ 2.400,00 considerando a contratação de 1 (um) fiscal, recrutado junto à população residente na área periférica ao reservatório (valor expresso em reais de dezembro de 2002). A responsabilidade da implementação do presente plano é da SRH/COGERH, devendo tal órgão receber o apoio da SEMACE e do IBAMA.

9.7 - ZONEAMENTO DE USOS NO RESERVATÓRIO

Os usos da água armazenada na Barragem Feijão devem ser controlados, visto que muitos deles podem vir a ser conflitantes, resultando na poluição de suas águas, cuja destinação principal é o abastecimento de populações e a irrigação.

Uma prática importante é o zoneamento de usos no reservatório, devendo-se procurar afastar dos pontos de captação d'água para abastecimento doméstico aqueles usos que são incompatíveis com este fim. Nesse contexto, não deve ser permitido num raio de no mínimo 500 m em torno de áreas destinadas a captação d'água para abastecimento humano usos tais como banhos, lavagens de roupas, etc., devendo tais áreas serem demarcadas com cabos suspensos por bóias.

Deverá ser proibido o uso de lanchas e de outros equipamentos náuticos motorizados, com vistas a evitar a poluição do reservatório por óleos e resíduos de graxas. Além disso, as hélices dos motores contribuem para desestruturar a constituição física dos componentes planctônicos (fito e zooplâncton), ocasionando desequilíbrio na cadeia alimentar do ecossistema aquático.

Não se deve permitir o lançamento de papéis, garrafas, latas, vidros e outros resíduos na água, nem mesmo às margens do lago pois, além de poluir o mesmo, prejudicará o valor paisagístico e estético do manancial. As responsabilidades e custos da presente medida encontram-se inclusos no plano de administração da faixa de proteção do reservatório, descrito no item anterior.

9.8 - MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA IMPLANTADA

As obras de engenharia constituem infra-estruturas projetadas para durar muito tempo. Entretanto, com demasiada frequência, vê-se obras com pouco tempo de implantação já apresentando sinais visíveis de deterioração. O mau funcionamento de estruturas e outras situações indesejáveis, podem vir a impossibilitar o desenvolvimento das atividades rotineiras do empreendimento. Como resultado, surgem danos materiais e prejuízos financeiros, além dos inconvenientes da interrupção do suprimento da vazão regularizada.

No caso da Barragem Feijão, as principais atividades de manutenção previstas são as seguintes: limpeza de entulhos, tubulações, galerias, registros, válvulas, integridade do corpo do barramento e vegetação das ombreiras.

Outras atividades de manutenção em reservatórios compreendem o controle da proliferação de plantas aquáticas, remoção de grandes entulhos (por exemplo, troncos de árvores) que flutuam na água; controle da qualidade da água visando detectar possíveis focos de poluição; e levantamento da deposição de sólidos no fundo do reservatório. Estas atividades requerem pouco tempo, pois são periódicas, no entanto, são extremamente importantes, a fim de detectar imediatamente a necessidade de uma ação corretiva, mantendo assim a integridade do empreendimento e seu pleno funcionamento.

A atividade de manutenção da Barragem Feijão ficará a cargo da SRH/COGERH, que deverá formular um programa de manutenção, baseado no inventário de todas as obras que precisem de serviços, devendo ser contempladas as seguintes medidas: fixar o volume de atividades de manutenção a serem executadas anualmente; estabelecer o melhor ciclo de manutenção para cada tipo de obra; determinar as necessidades de equipamentos, material de consumo, mão-de-obra e contratação de firmas

especializadas para determinados tipos de serviços; orçamentar e estabelecer as prioridades de manutenção.

As estradas da rede rodoviária que permitem o acesso até o eixo do barramento, devem ter seus leitos regularmente restaurados, principalmente após o período chuvoso, de modo a evitar inconvenientes na operação de manutenção, administração da faixa de proteção do reservatório e monitoramentos concernentes ao empreendimento.

Recomenda-se ainda, no escopo dessa medida, a efetuação de vistorias no sentido de detectar falhas ao longo do eixo do barramento e no tratamento dado à fundação da barragem (injeções de cimento), buscando a identificação de possíveis vazamentos que venha a comprometer sua estrutura. Os custos a serem incorridos com esta medida já foram previstos no orçamento do projeto de engenharia.

9.9 – CUSTO DE IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE MONITORAMENTO E DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Os custos a serem incorridos com a implementação do programa de monitoramento e medidas de proteção ambiental referente ao Projeto da Barragem Feijão, cujas diretrizes são apresentadas nos Capítulos 6 e 7 do presente relatório, foram orçados em R\$1.702.457,00, a preços de dezembro de 2002. Ressalta-se que neste montante não estão inclusos os custos das medidas de adoção de normas de segurança no trabalho, desmatamento zoneado da área da bacia hidráulica do reservatório, gerenciamento dos recursos hídricos represados/ estabelecimento de outorgas e manutenção da infraestrutura implantada.

A adoção de normas de segurança no trabalho é uma exigência da legislação trabalhista devendo ser cumprida pela empreiteira sem ônus para o empreendedor. No caso específico do desmatamento zoneado da área da bacia hidráulica do reservatório e da manutenção da infra-estrutura implantada os custos incorridos nestas atividades são partes integrantes do orçamento do projeto de engenharia.

O programa de gerenciamento dos recursos hídricos represados/ estabelecimento de outorgas e tarifação d'água já são exercidos pela SRH não devendo incorrer em ônus para o empreendimento.

Os custos referentes aos monitoramentos dos níveis piezométrico e do reservatório, bem como as atividades pertinentes ao zoneamento de usos no reservatório, encontram-se inclusos no orçamento do plano de administração da faixa de proteção. Já os custos referentes a relocação da infra-estrutura de uso público atingida (trechos de estradas vicinais) e a recomposição paisagística das áreas de empréstimos, só poderão ser estimados quando forem definidas as jazidas que serão efetivamente exploradas e os trechos de estradas vicinais cujas relocações se façam realmente necessárias. O Quadro 9.1 apresenta os valores do programa de monitoramento e das medidas de proteção ambiental preconizadas, exceto as mencionadas anteriormente.

QUADRO 9.1**CUSTO DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL PRECONIZADAS**

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$) ¹
Administração da Faixa de Proteção do Reservatório	2.400,00
Plano de Proteção da Fauna	13.364,00
Programa de Educação Ambiental	8.000,00
Monitoramento da Qualidade da Água Represada	2.105,00
Monitoramento da Sedimentação no Reservatório	1.568,00
Reassentamento da População Desalojada	1.530.000,00
Identificação e Resgate do Patrimônio Arqueológico e Paleontológico	5.000,00
Limpeza da Área da Bacia Hidráulica	8.170,00
Peixamento do Reservatório	11.850,00
Relocação da Infra-estrutura de Uso Público (3 escolas e 1 posto de saúde)	120.000,00
TOTAL	1.702.457,00

(1) Valores expressos em reais de dezembro de 2002.

10 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

10 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O objetivo deste trabalho foi analisar a viabilidade ambiental do projeto da Barragem Feijão. Os resultados encontrados revestem-se de importância à medida que permitem visualizar que a implantação do empreendimento apesar de estar associada à geração de uma série de alterações negativas para a qualidade do meio ambiente, pode ter essa situação minorada ou até sanada com a implementação de medidas de proteção ambiental por parte do órgão empreendedor. Conclui-se, portanto, que com a adoção de tais medidas, o projeto se torna bastante recomendável, com um pronunciado caráter benéfico para o meio sócio-econômico e um nível de adversidades perfeitamente tolerável no que se refere ao meio natural.

O balanço dos efeitos econômicos do empreendimento revela que o custo de oportunidade da área a ser inundada é baixo, pois apenas cerca de 14,5% da área total das propriedades é explorada com agricultura, devido às limitações impostas pela escassez de recursos hídricos e pelas condições edáficas desfavoráveis. Em contrapartida, o uso dos recursos hídricos provenientes do reservatório permitirá o abastecimento d'água das comunidades de Boa Água e Nova Vida, bem como da população ribeirinha de jusante. A perenização do riacho Feijão contribuirá ainda para o desenvolvimento da irrigação difusa e para a desdentação animal. Haverá, ainda, o desenvolvimento da pesca no lago a ser formado.

Quanto ao contingente populacional a ser relocado, este apresenta-se relativamente significativo, sendo composto por 102 famílias, com parte destas podendo ser reassentada nas áreas remanescentes das propriedades. Para as famílias cujas propriedades serão totalmente submersas, deverão ser estudadas outras alternativas de reassentamento, que vão desde a relocação em agrovila nas imediações do futuro reservatório, em núcleos urbanos próximos ou a compensação monetária, sempre de acordo com as solicitações da população alvo. O projeto de reassentamento deverá contemplar um programa de reativação da economia da área, uma vez que a população terá sua atividade produtiva afetada. Deverá ser evidenciado, também, no seu escopo o caráter sanitário na construção das novas residências dos reassentados.

Outro ponto que merece destaque é o fato do reservatório não contar com áreas irrigadas, nem tão pouco com núcleos urbanos de médio e grande porte posicionados na sua bacia de contribuição, sendo atualmente os riscos de poluição das águas represadas pelo aporte de agrotóxicos ou de efluentes sanitários e industriais considerados praticamente nulos.

Merece ressalva, também, o fato do reservatório contar com solos salinos tanto na sua própria bacia hidráulica como na sua bacia de contribuição, o que resulta em médios riscos de salinização das águas aí represadas, apesar do reservatório apresentar um baixo tempo de detenção. Assim sendo, faz-se necessário que esta questão seja considerada na fase de operação do reservatório.

Quanto aos patrimônios arqueológico e paleontológico, tendo em vista que o município de Morada Nova conta com registro de sítios paleontológicos e arqueológicos em seu território e que as planícies fluviais são consideradas área ricas nestes tipos de patrimônios, faz-se necessário antes da implantação das obras o desenvolvimento de estudos detalhados nestas áreas.

11 - BIBLIOGRAFIA

11 - BIBLIOGRAFIA

- 01 - BRAGA, R., **Plantas do Nordeste, Especialmente do Ceará**. Fortaleza, ESAM, 1953. 523 p.
- 02 - BOTTURA, J.A. & SANTOS J.P., **Impactos Hidrogeológicos de Reservatórios**. São Paulo, 348 p.
- 03 - BRANCO, S.M., **Hidrobiologia Aplicada à Engenharia Sanitária**. São Carlos, CETESB, 1978. 620 p.
- 04 - BRANCO, S.M., & ROCHA A.A., **Poluição, Proteção e Usos Múltiplos de Represas**. São Carlos, Ed. E. Blucher, 1977. 185 p.
- 05 - CESP/DRN, **Reservatórios - Modelo Piloto de Projeto Integral**. São Paulo, CESP, 1978. 119 p.
- 06 - CETESB, **Guia de Coleta e Preservação de Amostras de Água**. São Paulo, CETESB, 1987. 149 p.
- 07 - COGERH, **Monitoramento Indicativo do Nível de Salinidade dos Principais Açudes do Estado do Ceará**. Fortaleza, COGERH/SEMACE, 2001.
- 08 - _____, **Plano de Gerenciamento das Águas do Rio Jaguaribe** Fortaleza, Engesoft, 1999. (Fase 1 - Diagnóstico).
- 09 - DUCKE, A., **Estudos Botânicos do Ceará**. Mossoró, ESAM, 1979. 130 p.
- 10 - FERNANDES, A., **Temas Fitogeográficos**. Fortaleza, 1990. 205 p.
- 11 - FUNCEME, **Projeto Áridas**. Fortaleza, FUNCEME, 1994. (Grupo de Trabalho 1 - Recursos Naturais e Meio Ambiente).
- 12 - HENRIQUES, A.G., **Aspectos Metodológicos da Avaliação de Impactos Ambientais de Empreendimentos Hidráulicos**. Revista da Associação Portuguesa de Recursos Hídricos. V.6, nº 1. 22 p.
- 13 - IBGE, **Censo Demográfico, 1991. nº 11 - Ceará**. Rio de Janeiro, IBGE, 1991. 523 p.
- 14 - _____, **Censo Demográfico, 2000 - Ceará**. Rio de Janeiro, IBGE, 2001.
- 15 - INMET, **Normais Climatológicas (1961-1990)**. Brasília, SPI/EMBRAPA, 1992. .84 p.
- 16 - IPLANCE, **Anuário Estatístico do Ceará, 1997**. Fortaleza, IPLANCE, 1997. 2v.
- 17 - JACOMINE, P.K.T. et alli, **Levantamento Exploratório - Reconhecimento de Solos do Estado do Ceará**. Vol. I. Recife, SUDENE, 1973. 301 p.
- 18 - JUREIDINI, P., **Autodepuração e Eutrofização: Conceitos, Causas e Conseqüências**. São Paulo. Instituto de Biociências da USP. 1987.
- 19 - MME, **Projeto RADAMBRASIL, Levantamento de Recursos Naturais**. Folha SB. 24/25 - Jaguaribe/Natal. Vol. 23. Rio de Janeiro, MME, 1981. 483 p.
- 20 - MOTA, S., **Preservação de Recursos Hídricos**, Rio de Janeiro, ABES, 1988. 222 p.
- 21 - NASCIMENTO, N.G., **Avaliação de Impactos Ambientais de Grandes Barragens: um estudo de caso**. Fortaleza, 1991. 203 p. (Tese de Mestrado).
- 22 - PAIVA, M.P., **Algumas Considerações sobre a Fauna da Região Semi-Árida do Nordeste Brasileiro**. Coleção Mossoroense 404 Ser. B. Mossoró, ESAM, 1983. 31 p.
- 23 - _____, **Distribuição e Abundância de Alguns Mamíferos Selvagens no Estado do Ceará**. Ciência e Cultura, Vol. 25, nº 5, p. 442-450, 1973.

- 24 - REY, L., **Prevenção dos Riscos para a Saúde Decorrentes dos Empreendimentos Hidráulicos**. Revista Médica de Moçambique, Vol. I, nº 2. Moçambique, 1982. 7 p.
- 25 - ROCHA, A.A., **Aspectos Biológicos a Serem Observados na Construção de Lagos Artificiais e Cuidados com a Preservação** . Belo Horizonte, 1986. 30 p.
- 26 - SEARA, **Zoneamento Agrícola do Estado do Ceará**. Fortaleza, SEARA, 1988. 67p.
- 27 - SEMA, **Legislação Federal sobre Meio Ambiente - Referências**. Brasília, SEMA, 1986. 29 p.
- 28 - _____, **Resoluções do CONAMA - 1984/86**. Brasília, SEMA, 1986. 96 p.
- 29 - SEMACE, **Meio Ambiente. Legislação Básica**. Fortaleza, SEMACE, 1990. 476 p.
- 30 - SICK, H., **Ornitologia Brasileira - Uma Introdução**. Brasília, Ed. da Universidade de Brasília, 1985.
- 31 - SILVA, F.B.R. et alli, **Zoneamento Agroecológico do Nordeste: Diagnóstico do Quadro Natural e Agro-sócioeconômico**. Petrolina, EMBRAPA/CPATSA, 1993. 2 v.
- 32 - SRH, **Estudos de Viabilidade Técnica, Ambiental, Econômica e Financeira da Barragem Feijão**. Fortaleza, ANB/HIDROSTUDIO, 2002.
- 33 - _____, **Estudo de Atendimento das Demandas Hídricas da Região Metropolitana de Fortaleza – Ceará**. Fortaleza, Consórcio COBA/VBA/HARZA, 2000. (Etapa A - Diagnóstico).
- 34 - _____, **Plano Estadual dos Recursos Hídricos**. Fortaleza, SRH-CE, 1992., 4 v.
- 35 - _____, **PROGERIRH – Projeto Piloto. Relatório de Avaliação Ambiental Regional – RAA**. Fortaleza, TC/BR,2000. 262 p.
- 36 - TUNDISI, J.G., **Limnologia de Represas Artificiais**. Boletim de Hidráulica e Saneamento nº 11. São Carlos, 1986. 41 p.

12 - DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA

12 - DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



Foto 01/09 - Vista da planície aluvial do riacho Feijão a partir da ombreira esquerda.



Foto 02/09 - Vista da ombreira direita a partir da planície aluvial.



Foto 03/09 - Calha do riacho Feijão no local do eixo barrável.



Foto 04/09 - Vista a partir da ombreira direita do local onde será implantada a barragem auxiliar.



Foto 05/09 - Vista geral da área da jazida J-02, onde observa-se em primeiro plano uma antiga área de lavra.



Foto 06/09 - Areal do riacho Feijão, constituído de areia fina a média, apropriada para obras de barragens. Observa-se que a mata ciliar do curso d'água encontra-se preservada neste ponto.



Foto 07/09 - Vista geral dos extensos afloramentos rochosos que compõem a área da pedreira.



Foto 08/09 - Estrada vicinal que permite o acesso as propriedades rurais da área da bacia hidráulica.



Foto 09/09 - Vista parcial do povoado de Boa Água, que será beneficiado com o fornecimento d'água regularizado.

